



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

DARCIO CESAR CONSTANTE

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ECOLÓGICO DO MST NOS  
CADERNOS DE FORMAÇÃO (1984-2000)**

---

Londrina  
2017

DARCIO CESAR CONSTANTE

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ECOLÓGICO DO MST NOS  
CADERNOS DE FORMAÇÃO (1984-2000)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Letras e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Londrina, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História Social.

Orientador: Gilmar Arruda

Londrina  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Constante, Darcio Cesar.

A construção do discurso ecológico do MST nos cadernos de formação (1984-2000) / Darcio Cesar Constante. - Londrina, 2017.  
129 f. : il.

Orientador: Gilmar Arruda.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, , 2017. Inclui bibliografia.

1. MST - Tese. 2. ambientalismo - Tese. 3. agricultura alternativa - Tese. 4. discurso ecológico - Tese. I. Arruda, Gilmar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. . III. Título.

DARCIO CESAR CONSTANTE

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ECOLÓGICO DO MST NOS  
CADERNOS DE FORMAÇÃO (1984-2000)**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Gilmar Arruda  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Celma Borges  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -  
UFMS

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Rivail Carvalho Rolim  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 14 de agosto de 2017.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho só foi concluído graças ao apoio e incentivo de diversas pessoas. De uma forma geral, gostaria de agradecer à minha família pelo suporte, aos meus amigos pelas conversas cheias de ideias e sugestões e ao meu orientador pela sensibilidade em perceber minhas dificuldades e também pela paciência, sendo imprescindível para a superação das mesmas. Gostaria de agradecer também a todos que, a sua maneira, ofereceram e oferecem resistência aos ataques covardes do governo deprimentemente mesquinho de Beto Richa ao funcionalismo público e em especial a educação no Paraná.

CONSTANTE, Darcio Cesar. **A construção do discurso ecológico do MST nos Cadernos de Formação (1984-2000)**. 2017. 130f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas. – Universidade Estadual de Londrina, Londrina 2017.

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo o estudo do processo de incorporação do discurso ecológico pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), através principalmente da análise dos Cadernos de Formação produzidos pelo Movimento desde 1984, ano de sua fundação. Por ser o MST um movimento social de amplitude nacional, os Cadernos de Formação se tornaram uma das importantes ferramentas para dispersão de informação, de demanda e de construção de ideais dentro do Movimento. Desde sua fundação, a luta do MST é por acesso à terra. No entanto, a maneira de olhar para a terra, justificar sua necessidade e produzir nela, foram sofrendo alterações no decorrer dos anos, até que em 2000, no seu IV Congresso Nacional, o MST assumiu a Agroecologia como bandeira de luta política. Este trabalho analisa as relações que o MST teve com o contexto histórico da Revolução Ambientalista e apresenta evidências de como estas relações podem ter influenciado na construção do discurso ecológico do Movimento.

**Palavras-chave:** MST. Ambientalismo. Agricultura Alternativa. Discurso Ecológico.

CONSTANTE, Darcio Cesar. **The making of MST ecological discourse in Cadernos de Formação (1984to 2000)**. 2017. 130 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas. – Universidade Estadual de Londrina, Londrina 2017.

### **ABSTRACT**

This work proposal is to study the process of incorporation of ecological discourse by the Landless Workers' Movement (MST), mainly through the analysis of the Cadernos de Formação produced by the Movement since 1984, the year of its foundation. As the MST is a social movement of national scope, Cadernos de Formação has become one of the important tools to share information, demand and building ideals within the Movement. Since its foundation, MST struggles for access to land. However, the way of looking at the land, justifying its necessity and producing in it, has undergone changes over the years, until in 2000, at MST IV National Congress, when the Movement assumed Agroecology as a point of political struggle. This work analyzes the relations that the MST had with the historical context of the Environmentalist Revolution and presents evidences of how these relationships may have influenced in the construction of the Movement 's ecological discourse.

**Key-words:** MST. Environmentalism. Alternative Agriculture. Ecological Discourse.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AEASP	Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AMDA	Associação Mineira de Defesa do Ambiente
CATELI	Centro Acadêmico Terra Livre
CIEC	Coordenadoria Interestadual Ecológica Para a Constituinte
CIMADE	Service Oecuménic d'Entraide
CLOC	Congresso Latino Americano de Organizações do Campo
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
CPA	Cooperativas de Produção Agrícola
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992.
EMATER-MT	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Mato Grosso
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz
EUA	Estados Unidos da América
FAEAB	Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (do inglês Foodand Agriculture Organization)
FBCN	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FENATA	Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas
GALO	Grupo de Agroecologia de Londrina
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTES/UEL	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários

MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST	Movimento do Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTA/FASE	Projeto Tecnologias Alternativas/ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SOLAGRAL	Solidarités Agro-Alimentaires
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UPAN	União Protetora do Ambiente Natural
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** – organograma da estrutura organizacional do mst – década de 1990..... 63

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1. TRAJETÓRIA E REFERENCIAIS TEÓRICOS DA HISTÓRIA AMBIENTAL</b> .....	19
<b>2. A EXPANSÃO DO AMBIENTALISMO</b> .....	27
2.1. O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO MUNDO .....	27
2.2. MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL .....	33
<b>3. A FORMAÇÃO DO MST E SUA RELAÇÃO COM A ECOLOGIA E OS MOVIMENTOS AMBIENTAIS</b> .....	47
3.1. A POLÍTICA AGRÍCOLA DO PERÍODO DA DITADURA MILITAR .....	47
3.2. O MST, A CPT E O ESTADO .....	51
3.2.1. Estrutura Organizacional Do Mst .....	57
3.2.2. Mst e Identidade Ecológica .....	64
3.2.3. O Mst e Omovimento Ambientalista .....	66
<b>4. A INCORPORAÇÃO DO DISCURSO ECOLÓGICO PELO MST</b> .....	83
4.1 A CONSTRUÇÃO DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA DO MST: ENTRE ENCONTROS, CONGRESSOS E CADERNOS DE FORMAÇÃO .....	85
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	114
6.1. FONTES .....	114
6.2. BIBLIOGRÁFICAS .....	116
<b>ANEXOS</b> .....	121
ANEXO A – Caderno de Formação nº 5, de 1985 .....	122
ANEXO B – Caderno de Formação nº 10, de 1986. ....	123
ANEXO C – Caderno de Formação nº12, de 1987. ....	124
ANEXO D – Caderno de Formação nº 17, de 1989 .....	125

ANEXO E –	Caderno de Formação nº 5, de 1985. ....	126
ANEXO F –	Caderno de Cooperação Agrícola nº 1, de 1993. ....	127
ANEXO G –	Caderno de Formação nº 23, de 1995 .....	128

## INTRODUÇÃO

Em consonância com Marc Bloch (2002) e a primeira geração dos Annales, a história é desvelada a partir dos problemas presentes que nos colocam com os olhos e ouvidos voltados para o que pode ter acontecido no passado em busca de conexões, e até respostas. E afirmando isto, passo a dizer um pouco do que me trouxe ao Mestrado em História Social. Enquanto cursava História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), tive a oportunidade de prorrogar para cinco anos a duração do meu curso. No meu quinto ano, estava sentindo falta de contato com áreas do conhecimento aparentemente mais distantes da História, e assim fui cursar matérias como ouvinte em outros cursos enquanto escrevia meu Trabalho de Conclusão de Curso. Assisti Entomologia com a Biologia, Hidrografia com a Geografia e Agrometeorologia com a Engenharia Agrônômica. Em ambos os três cursos, possuía amigos com quem já conversava sobre os temas das aulas e encorajaram-me a assistir aula com eles. Em 2011 concluí minha graduação no curso de História pela UEL, e neste mesmo ano prestei o vestibular da mesma instituição com o intuito de entrar para o curso de Engenharia Agrônômica, já sabendo da composição dos professores do Departamento e da tendência mais voltada para o agronegócio, envolvi-me no Grupo de Agroecologia de Londrina (GALO), no Centro Acadêmico Terra Livre (CATELI) de Agronomia e no estágio com agricultura orgânica e economia solidária, organizado na Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES/UEL). Estas experiências me aproximaram das discussões acerca da Agroecologia, que eram novas para mim, mas abordava também temas, como movimentos sociais, reforma agrária, discussões de gênero e outras. Com isso fui percebendo que não estava me afastando tanto da história como temia de início, e na procura por uma corrente histórica que me possibilitasse unir a Agronomia com a História, encontrei, na história ambiental, o caminho.

Sendo assim, ao iniciar o mestrado e discutindo a temática com meu orientador, nos propomo a estudar a relação do MST com as propostas ecológicas de produção e reprodução da vida, de forma a entender a relação do movimento com a reprodução do capitalismo e a exploração da terra para além de um viés econômico, como eu costumava pensar. Entendemos a história ambiental como uma corrente que se propõe a dialogar com a economia, a política e a sociedade, aproveitando trabalhos destas outras escolas históricas e aplicando novas perguntas e vieses à elas.

Foi escolhido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) pois, como ressaltou Bernat, segundo os dados levantados em suas pesquisas e entrevistas com dirigentes

e assentados pelo MST, o Movimento pode ser considerado, no início do século XXI, um dos movimentos de maior expressão nacional na luta pela terra, tanto em caráter quantitativo como qualitativo (BERNAT, 2012, p. 52).

Observamos que além das dificuldades sócio-culturais de se organizar o Movimento para a produção ecológica, visto que apesar de disposição dos integrantes em construir outro modelo de produção, existiram também resistências vinculadas ao modelo de produção convencional difundido sobre a produção durante o Regime Militar. As condições ambientais do espaço também são elementos importantíssimos para a constituição de costumes e práticas ecológicas, pois podem dificultar a aplicação da ideologia ao campo e obter bom rendimento produtivo.

Esperamos, a partir da história ambiental aplicada a este trabalho, poder demonstrar uma gradual alteração da relação com a natureza que o movimento sem-terra foi adquirindo no espaço de tempo da sua fundação até 2000, quando assumiu a agroecologia definitivamente como bandeira de luta. Assim, procuramos entender como se deu a relação do MST com a ecologia e se houve a formação de uma identidade ecológica pelo movimento.

Para tanto, foi feito o uso de fontes escritas e produzidas pelo próprio MST, sobretudo os Cadernos de Formação, com o intuito de apresentar discussões e demandas do Movimento de forma que elas chegassem até as bases, fossem debatidas e voltassem até a direção através dos espaços coletivos apropriados, como Encontros e Congressos.

A proposta desta dissertação é trabalhar com fontes produzidas pelo MST, porém sempre que possível tentaremos fazer adendos que possam demonstrar que apesar de não termos trazido para o corpo do trabalho a voz dos sujeitos que formam o MST em sua base, ou seja, nos acampamentos e assentamentos, estamos cientes da importância de se dar abertura para estes indivíduos enquanto sujeitos históricos. Faremos isto, através dos estudos de Maria Celma Borges, professora especialista em estudos da luta de movimentos rurais no campo, especialmente o MST.

São utilizados neste trabalho alguns documentos emitidos pelo MST entre o período de 1984 a 2000. Os documentos selecionados foram os que traziam deliberações de Encontros Nacionais, de Congressos Nacionais, Cadernos de Formação, Cadernos de Cooperação Agrícola e outros documentos emitidos como formas de denúncia ou convocações de mobilização que possam ser pertinentes a discussão.

A seleção dos documentos que trazem as deliberações nacionais, tanto dos Encontros quanto dos Congressos, foi feita por serem instâncias máximas de representatividade do Movimento. Como definido pelo próprio Movimento, os congressos não são espaços

De discussão de teses: as idéias fundamentais do MST, as teses sobre como enfrentar a conjuntura da luta pela reforma agrária, não são discutidas no Congresso. Aprendemos que o Congresso não representa um espaço ideal para aprofundar idéias. Ele é um espaço mais apropriado para agitar idéias e para troca de experiências. Por isso nossas teses, nossos documentos fundamentais nós preparamos e discutimos em outros momentos nacionais, como Encontros Nacionais, reuniões da Coordenação Nacional ou Plenárias especialmente convocadas para isso. (MST, 1995c, p. 14)

E ainda, sobre o Congresso, frisam que

- h) Em todas as bases do MST, grupos de famílias, assentamentos, acampamentos e municípios, deve ser lida e discutida a cartilha de preparação do congresso, independente da escolha do delegado.
- i) Cada comunidade ou grupo de base pode enviar suas sugestões para a pauta de reivindicações, independente se vai participar ou não do congresso (MST, 1995c, p. 21).

Assim, mesmo que a instância seja para a participação só de delegados, como é o caso do Congresso, existe a possibilidade de as reivindicações serem levadas até ele mesmo sem a participação no evento.

O Caderno de Formação foi escolhido como fonte, pois é uma publicação impressa, embora sem uma periodicidade definida, que concentra discussões desde características práticas de organização, que os assentados precisam atentar no dia a dia, a informes de decisões de Congressos e Encontros e também traz propostas e demandas que precisam ser trabalhadas e discutidas em âmbitos locais, regionais e estaduais, com o intuito de preparar os acampados/assentados para os Congressos e Encontros Nacionais.

Os Cadernos de Formação começaram a ser produzidos em 1984, como forma de difundir mais informações sobre conjuntura e planejamento aos integrantes do movimento recém formado, na esperança de que a informação seria um caminho para estimular debates e melhorar a organização do movimento.

Apesar de ser possível encontrar os Cadernos impressos, foram utilizadas para esta pesquisa as digitalizações deste material por facilidade de acesso. De maneira geral, os primeiros cadernos, entre 1984 e 1993, traziam bastantes fotos de assentados, dos encontros, tirinhas com situações enfrentadas pelos pequenos produtores no campo e/ou pelos sem-terras (ANEXO A,B e C). Geralmente os Cadernos se iniciam com uma apresentação em que é feito um rápido resumo do momento do MST, o que o caderno se propõe frequentemente é uma reafirmação da validade da luta através de palavras de ordem (ANEXO D). Essas palavras de ordem são encontradas principalmente nos cadernos que antecedem como preparação para os

encontros e congressos e nos que trazem as deliberações dos congressos, como sinônimo também de renovação das forças para a luta. Em sequência, os Cadernos trazem capítulos sobre análise de conjunturas em que discutiam o papel do estado, da assistência técnica, ressaltavam a importância da organização interna do movimento e reafirmavam as funções de algumas instâncias de decisão, entre outros (ANEXO E).

A partir de 1993, os cadernos passam a apresentar menos fotos e tirinhas, focando no conteúdo escrito e mais técnico, principalmente os Cadernos de Cooperação Agrícola (ANEXO F). No entanto, a estrutura de apresentação, análise de conjuntura e discussão proposta no caderno se mantiveram (ANEXO G).

De acordo com Ceres Hadich (2016), o processo de escolha dos temas e discussões de cada caderno segue a estratégia das dirigências para atingir os fins políticos do Movimento, que, por sua vez, seguem as diretrizes políticas acordadas no Congresso Nacional, ou seja, os temas são propostos a partir da linha política do Movimento, baseados no contexto em que o movimento está inserido. Isso ocorre em um processo de retroalimentação.

No Congresso Nacional se definem pautas políticas para o Movimento. Essas pautas geram novas discussões nas bases, essas discussões e suas novas demandas são apresentadas e produzidas nas instâncias até que geram novas propostas de ação a serem aprovadas ou não no Congresso Nacional. No entanto Hadich (2016) admite que existe uma intencionalidade das lideranças na seleção dos temas, que vai de acordo com o que as instâncias acham que precisa ser reforçado nas bases para o andamento da política assumida no Congresso Nacional.

Entre 1984 e 2000, foram publicados pelo MST 35 Cadernos de Formação. Estes Cadernos não possuem uma periodicidade e são produzidos conforme a demanda. O número de páginas varia bastante de caderno para caderno. Entre 1984 e 1999 dificilmente encontramos cadernos com mais de 50 páginas, sendo mais comum Cadernos entre 30 e 40 páginas e chegando no máximo a 73 páginas no Caderno nº 28, de 1998. Ao mesmo tempo que temos 58 páginas no Caderno de Formação nº11, “Elementos Sobre a Teoria de Organização no Campo”, de 1986, o Caderno de Formação nº 12, de 1987, que se trata da divulgação dos resultados do 3º Encontro Nacional possui 23 páginas. Sendo os dois Cadernos de Formação de 2000, nº 34 e nº 35 os maiores, com 94 e 91 páginas respectivamente.

A tiragem varia, dependendo do assunto a ser discutido e da importância que a direção do MST acredita que tenha para o momento. O material é escrito em uma linguagem que o MST considera a mais acessível possível, uma vez que existem vários graus de escolarização

diferentes entre os militantes. Hadich refere-se a isso como uma intencionalidade pedagógica do Movimento, uma ação de sem-terra produzindo conhecimento para sem-terra (2016).

Para Hadich, além da importância da formação política que os Cadernos de Formação ajudam a promover, esta forma de produção possui uma importante função na formação de um sentimento de pertencimento, uma vez que as demandas das bases fazem parte dos temas abordados nos Cadernos e fazem parte da afirmação da identidade camponesa do MST, uma vez que são membros do MST escrevendo para o Movimento (2016).

Cabe, então, à Secretaria Nacional centralizar o debate para fazer a sistematização, revisão, diagramação e a impressão antes de enviar o material para os Estados. A distribuição é feita via instâncias, o material vai sendo enviado para cada uma, que se torna responsável pela redistribuição para as outras instâncias que a formam, assim até chegar aos assentamentos e acampamentos (HADICH, 2016).

Porém, segundo Hadich (2016), por uma questão econômica, o material pode não chegar a todas as famílias. Neste caso a coordenação do assentamento deve se responsabilizar por fazer o debate promovido no caderno chegar até os assentados/acampados, via espaços de discussão internos do acampamento/assentamento.

O Caderno de Cooperação Agrícola foi uma idealização após o Plano do MST de 1989 a 1993 em que se constatou que era fundamental a união cooperativada dos trabalhadores assentados para superação da exploração capitalista. Assim foi elaborada a ideia de uma cartilha de cooperação agrícola em 1989 e dado início a sua tiragem em 1993, pela CONCRAB<sup>1</sup>, com o objetivo de levar aos assentados instruções e discussões acerca de modos de produção e da cooperação no campo (CONCRAB, 1999, p. 5-9).

Hadich salientou que a produção do Caderno de Cooperação Agrícola é uma parceria entre os setores de Produção e de Formação do MST, que fazem a elaboração teórica dos cadernos (2016). A CONCRAB não assume essa produção teórica, mas se apresenta como uma ferramenta que apoia materialmente a produção dos cadernos, sendo assim, possui uma forma de organização para produção parecida com a dos Cadernos de Formação, mas ao invés de se concentrar na Secretaria Nacional para impressão e dispersão, essa etapa fica a cargo da CONCRAB.

O trabalho foi dividido em 4 capítulos. O primeiro capítulo está organizado basicamente nas produções científicas e nos pensamentos de José Augusto Drummond, José

---

<sup>1</sup> CONCRAB é a Confederação de Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil, fundada em 1992 por uma base que em geral possui vínculo com o MST. A CONCRAB compõe o Sistema Cooperativista dos Assentados, criado pelo setor de produção do MST para promover a cooperação (BORSATTO, 2011, p. 38).

Augusto Pádua, Donald Worster e John McCormick. Nele iremos tratar do surgimento da história ambiental como campo científico inserido em um momento histórico específico de revolução ambiental e das ciências no mundo Ocidental e suas contribuições para a pesquisa histórica.

O segundo capítulo trará uma contextualização de eventos e acontecimentos que produziram transformações na maneira da sociedade se relacionar com a natureza. Em um primeiro momento, esta apresentação é feita tendo em vista o cenário internacional e posteriormente aborda a relação do Brasil com essas transformações, de forma a já ir abrindo caminho para a introdução do MST que será feita na sequência.

O terceiro capítulo abordará a contextualização do campo durante o Governo Militar e, focado na ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto a trabalhadores rurais, no surgimento do MST e suas demandas e no embate destes dois agentes com o Estado. Serão abordados também neste capítulo as transformações na pauta política do MST, traçando paralelos com o movimento ambientalista e a construção, dentro do Movimento Sem-Terra, de demandas ecológicas que levaram a adoção da agroecologia como bandeira de luta.

Por fim, no quarto capítulo será abordado com mais ênfase os documentos selecionados para este trabalho. Serão utilizados para ressaltar as relações que o MST foi desenvolvendo com a pauta ecológica, a participação em eventos de agricultura alternativa, como o Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), e a inclusão de premissas ecológicas em seus Cadernos de Formação.

## 1. TRAJETÓRIA E REFERENCIAIS TEÓRICOS DA HISTÓRIA AMBIENTAL

O aparecimento da história ambiental, como um campo da história, está inserido em um processo muito maior de revolução nas ciências. O historiador José Augusto Pádua fez uma síntese dos processos de transformação na sociedade que influenciaram no surgimento do campo da história ambiental (2010). Sendo esta uma escola histórica que pretende estudar a relação recíproca entre homem e ambiente natural, deve parte do seu material de trabalho às mudanças epistemológicas no campo das ciências. Assim, o autor apresenta três destas mudanças que ele considera mais significativa para as transformações da percepção do homem sobre a natureza (2010, p.83). Pádua entende que estas transformações epistemológicas nos ajudaram a perceber 1) nossa capacidade de gerar impacto na natureza, 2) alterou nossa maneira de medir a passagem do tempo e 3) terminou por alterar a nossa perspectiva da natureza, fazendo com que esta passasse a ser vista como algo em constante processo de construção (2010).

Uma destas transformações, então, foi a noção de que nossas ações enquanto seres humanos é capaz de produzir grandes impactos na natureza. A discussão ambiental contemporânea não é inédita no sentido de dar atenção a natureza, pois desde a antiguidade já se tratava da natureza e suas influências na sociedade humana. Até o século XVIII, se queria investigar até onde a natureza influenciava na vida do homem e não a via contrária. O que é característico da discussão ambiental contemporânea, segundo Pádua (2010), é até onde vai a capacidade humana de transformar o mundo natural. A primazia nessa discussão não é dos historiadores, podemos encontrar alguns esboços mais antigos dessa preocupação quando procuramos por trabalhos de biólogos e juristas, por exemplo. Os historiadores vieram a aparecer um pouco mais tarde nesta discussão.

A institucionalização da ciência, como modo de entendimento do mundo, possibilitou a comparação de regiões, produção, economias e culturas, porém as ciências que estudavam a natureza precisaram passar por algumas reformas que as possibilitaram enxergar o mundo natural como um sistema complexo em que cada parte é importante para o funcionamento do todo (PÁDUA, p. 84). Essa transformação não ocorreu apenas nas ciências, mas afetou, por exemplo, também a literatura, que, com o romantismo no Brasil do século XIX, evocou uma valorização do natural. Nos Estados Unidos o avanço sobre o Oeste, influenciou cientistas e escritores não só norte-americanos, mas também europeus, a escreverem sobre as belezas naturais das terras, que do ponto de vista dos colonizadores eram virgens e recém descobertas.

A outra mudança a que se refere Pádua foi a que transformou nossos marcos cronológicos, que deixaram de ser religiosos e passaram a ter bases geológicas (2010, p. 87). Outro historiador que trouxe contribuições ao estudo da história ambiental e especificamente nesta questão dos marcos cronológicos foi José Augusto Drummond<sup>2</sup> (1991, p.2), que ressaltou a importância de que estejamos atentos à ideia de tempo cronológico, pois como afirma este autor, também essa constatação de que medimos a vida em unidade de tempo, às vezes, passa uma certa naturalidade, porém são construções humanas arbitrárias.

Drummond (1991, p. 2) e Pádua (2010, p.87) fizeram uma reflexão acerca de como marcamos a passagem do tempo e afirmaram que até aproximadamente o início do século XIX, por influência da Bíblia, acreditava-se que o mundo tinha cerca de 6 mil anos. Foi nesse início de século XIX que os cientistas da natureza começaram a contestar essa medida de tempo, pois perceberam que precisava de um período de tempo transcorrido maior do que alguns mil anos para que desse conta dos processos de formação do planeta que vinham sendo analisados. A ciência que surgiu no século XIX, no Ocidente, causou um colapso dos postulados anteriores, desafiando o que se tinha de certezas canônicas.

Isto ajudou a dirigir a ciência para o que Pádua (2010, p. 83) considera a terceira transformação epistemológica. Com o aumento do lapso de tempo para que os processos naturais viessem a ocorrer, a natureza passou a ser vista como inacabada, em constante processo de transformação e não mais como um meio acabado disponível para ser utilizado pelo homem. Assim percebeu-se que a natureza é muito anterior ao aparecimento do ser humano.

Durante muito tempo, as ciências sociais ficaram distantes deste tempo geológico. O motivo para isso, supõe Drummond (1991, p. 3), pode ter sido por que as ciências sociais se colocavam contra as explicações da cultura através das ciências naturais, seus reducionismos e determinismos geográficos e raciais do século XIX.

Outro autor que nos ajuda na compreensão do surgimento da história ambiental é John McCormick ao atentar para o processo de desenvolvimento do movimento ambientalista, e como se deu uma Revolução Ambientalista, tese do autor, que seria o processo pelo qual as relações do homem com a natureza passaram de preocupações preservacionistas para um ativismo sócio-político que buscava transformações dos valores sociais (1992).

---

<sup>2</sup> Drummond foi um dos pioneiros da história ambiental no Brasil e com o intuito de trazer as variáveis ambientais para serem incorporadas por profissionais das ciências humanas, também escreveu um artigo (1991) a respeito da construção do campo da história ambiental em que discute conceitos, métodos e fontes desta área que em 1991 era ainda incipiente no Brasil.

Nos anos de 1960 e 1970, com sua conjuntura sociopolítica imersa em testes atômicos, desastres ambientais, avanços científicos e a emergência de movimentos sociais diversos, possibilitaram a revolução ambientalista com a participação mais ampla da sociedade, sem estar concentrada no meio academicista.

Como afirma McCormick (1992, p. 66), a possibilidade de uma guerra nuclear e a prova de destruição que os testes na Austrália e nos EUA na década de 1950 haviam apresentado, de maneira geral, deu às pessoas a noção de que a contaminação ambiental provocada por artifícios nucleares poderiam afetar a toda a humanidade, e assim levar a problemas ambientais que poderiam ser de ordem global.

A história ambiental surgiu, então, como uma reação de historiadores a este momento em que seu campo de estudo, a sociedade, percebia que em sua interação com a natureza, mesmo indiretamente, as ações tomadas por uma nação em determinada parte do mundo poderiam influenciar na vida a quilômetros de distância de onde estas ações haviam sido executadas. Isto estava influenciando diretamente nas decisões políticas e econômicas e na organização social.

Donald Worster (1991, p. 202), um dos fundadores da história ambiental, sugere que a História com suas perguntas características não dá conta dessa nova abordagem histórica que envolve o meio natural. É preciso buscar na linguagem das ciências naturais as ferramentas para entender a expressão do mundo natural. A ecologia seria a ciência base para se fazer uma história ambiental<sup>3</sup>, pois, pelo menos desde Darwin, ela já se preocupava em historicizar a natureza e tem muito material ainda por ser estudado.

Uma das dificuldades de se ter a ecologia como ciência básica para o historiador ambiental, é que ela é formada por muitas outras ciências básicas. Isso exige do historiador um domínio de áreas distintas do saber. Porém, como nos adverte Worster (1991, p. 205), nem todo conceito da ecologia serve ao historiador. Ao historiador é preferível, por exemplo, trabalhar com um conceito mais neutro de “mudanças” provocadas pelo homem na natureza do que falar de “danos” provocados pelo homem na natureza.

A historiadora Regina Horta Duarte, que também fez uma retrospectiva da relação história e natureza, com ênfase em História do Brasil, complementa esta afirmação ao apontar que esse posicionamento mais ponderado é importante por parte do historiador, pois toda vez que se tenta dizer que o homem é o destruidor da natureza ou o bem feitor dela, se assume

---

<sup>3</sup> Segundo Donald Worster (2003, p. 23) um dos primeiros esboços de relatos históricos para explicar a natureza, aparecem em Aldo Leopold e a jovem ciência da ecologia. Os historiadores levariam alguns anos ainda para dar atenção a esta área da ciência que já vinha despertando interesses de outras ciências, da política e da sociedade.

posições que carregam em si a ideia de que existe uma essência em todo homem em sua relação com a natureza, como se ela não fosse construída historicamente (2005, p. 75).

A história ambiental problematiza este ponto em que as experiências humanas não estão isentas das variáveis naturais. São tão pouco isentas que interferem nestas variáveis produzindo rumos da história.

Worster (2003, p. 31) exemplifica uma dessas interferências do homem na natureza discorrendo a respeito das mudanças que a agricultura trouxe para a sociedade. Para o autor, não cabe ao historiador julgá-las, pois tem-se que perceber cada tecnologia em seu tempo e entender os processos e técnicas, danosos ou não a natureza, que uma infinidade de agricultores tradicionais desenvolveram. Independente do lugar onde foram desenvolvidos, os sistemas agroecológicos<sup>4</sup> sempre tiveram dois pontos em comum: 1) baseavam-se em estratégia de subsistência; e 2) apesar de criarem modificações na natureza, preservaram em grande medida sua diversidade, que se converte em fonte de estabilidade social.

Para Worster (2003, p. 32), foi assim até a ascensão do modo de produção capitalista, que revolucionou a maneira do homem se relacionar com a terra<sup>5</sup>, e uma vez que a maior parte dos estudos sobre o capitalismo foi escrita com vieses econômicos ou sociais, existia pouca coisa escrita a partir do ponto de vista ecológico dessa transformação.

Se pensarmos que uma sociedade não tem como alterar a energia de um sistema, seja por qual meio for, sem alterar a diversidade e o ritmo deste sistema, a história ambiental, com sua abordagem ecológica, tem a capacidade de elucidar por que a agricultura acontece nos moldes que acontece em determinado tempo e espaço, por exemplo. Ajudaria a percebermos por que a terra, sob o olhar do capital, foi transformada em uma ferramenta de produção de monoculturas no modelo capitalista de agricultura.

Não podemos reduzir a existência humana em seu ambiente a simplesmente natural, pois desconsideramos assim as dimensões socioculturais complexas de nossa existência. Isso não significa que não somos afetados pelas leis da física e não respondemos, por exemplo, a lei da gravidade como os outros seres vivos, mas mesmo não tendo asas e ossos pneumáticos, somos capazes de voar pois desenvolvemos uma tecnologia que nos liberta, de certa forma, dos limites físicos do nosso corpo.

Para Worster, essa relação homem-natureza se mostra tão importante de ser averiguada quanto mais nos deparamos com a interferência da engenharia humana no que

---

<sup>4</sup> No conceito de Worster, sistemas agroecológicos de produção sugerem uma organização do trabalho da natureza para atingir fins agrícolas, mantendo, na medida do possível, seu equilíbrio energético interno.

<sup>5</sup> No viés capitalista o que existe em um determinado espaço de natureza pode ser reduzido em um bem comercializável definido como “terra”, se tornando uma ferramenta especializada de produção.

antes ocorria de maneira natural, ficando assim quase impossível distinguir o natural do cultural nestas situações (1991, p. 26).

A respeito da capacidade de interferência da engenharia humana nas leis da natureza, Worster nos alerta, em um artigo originalmente publicado em 2010<sup>6</sup>, que é preciso cuidado ao afirmarmos essas interferências pois não temos total controle sobre as transformações que provocamos no meio ambiente. Nossa atuação não é exatamente como a da natureza, nós a forçamos a fazer seu papel, porém as respostas evolutivas não cabem, de maneira geral, a nós controlarmos (WORSTER, 2015).

Quanto às percepções que temos da natureza, Drummond (1991, p. 5) também nos traz contribuições muito válidas ao observar que a maneira como percebemos a natureza passa por concepções historicamente construídas e que guiarão as compreensões do natural por parte das sociedades. A exemplo do ouro, que nem sempre é obviamente importante para uma sociedade, passando a ter importância quando adquire uma função dada a ele pelo homem (DRUMMOND, 1991, p. 5). Sendo assim, culturas diferentes tem percepções diferentes da natureza. Dessa forma, é preciso que o historiador ambiental se atente ao fato de que a natureza não se apresenta de forma direta ao ser humano.

Outra contribuição de José Augusto Drummond se encontra em “História Ambiental – temas, fontes e linhas de pesquisa” (1991, p. 4), em que o autor afirma que fazer história ambiental não significa usar metáforas ambientais para explicar a história, mais do que isso, significa mesmo reconhecer às forças da natureza o papel de agente modificador e agente modificado pela cultura.

Em uma tentativa de elucidar algumas características metodológicas e analíticas da história ambiental o autor se propõe a traçar padrões observáveis nos trabalhos produzidos por um grupo do American Society for Environmental History<sup>7</sup>. Assim, Drummond (1991) aponta cinco características básicas encontradas nesses estudos.

Como primeira delas, entende que quase todas as pesquisas seriam focadas em uma região com alguma identidade natural, por exemplo: um vale ou uma ilha, etc. Às vezes com algum caráter político, é verdade, como um parque nacional, mas o enfoque são suas características físicas (DRUMMOND, 1991, p. 5).

---

<sup>6</sup> O artigo se chama “HistoriansandNature” e foi publicado em março de 2010 pela revista The American Scholar. Pode ser acessado pelo link <<https://theamericanscholar.org/historians-and-nature/?key=55504200#>>.

<sup>7</sup> American Society for Environmental History (ASEH) é uma organização social fundada em 1977 nos EUA trazendo para o campo da História questões acerca do meio ambiente que eram contemporâneas a década de 1970. Mais informações a respeito da ASEH podem ser encontradas no seu site, <http://aseh.net/>.

Como segunda característica, o autor reconhece o diálogo que a história ambiental seria forçada a manter com as ciências naturais e/ou aplicadas: geologia, agronomia, biologia, e outras, utilizando por vezes dos seus métodos e conceitos. Além de aliadas, as ciências naturais podem ser parte do objeto de estudo, já que algumas vezes é preciso estudar a cultura científica que pode ter gerado determinada relação entre o homem e a natureza, para que se tenha uma compreensão do momento histórico desejado (DRUMMOND, 1991, p. 5).

A terceira característica é o estudo dos recursos e da cultura de uso destes recursos pelas sociedades humanas. É importante lembrar aqui que um elemento só se torna um recurso quando identificado como útil a uma cultura (DRUMMOND, 1991, p. 5).

Como quarta característica, Drummond ressalta que diante de tão diversificadas culturas, a possibilidade de fontes da história ambiental se torna gigantesca, podendo-se trabalhar com escrituras de venda e compra de terras, memórias e relatos de viajantes e pinturas. Podem ainda ser utilizadas a história social, econômica e/ou política como referência para novos questionamentos, e outras fontes mais (1991, p. 6).

A quinta e última característica sobre as quais Drummond discorre é o trabalho de campo (1991, p. 6). É comum que o historiador ambiental viaje ao local do seu objeto de estudo para registrar por ele mesmo as características ambientais que puder perceber. É importante que exista esse trabalho de campo, pois existem marcas deixadas na natureza que são difíceis de serem encontradas em documentos escritos. Isso tudo precisa ser feito sem perder de vista que o trabalho de campo traz pistas que, por sua vez, devem ser colocadas a prova em contraponto com trabalhos anteriores.

Diversos autores sugeriram metodologias e caminhos que a história ambiental percorreu ou pode percorrer. Entre eles temos Donald Worster, que em “Transformações da Terra”<sup>8</sup> (2003, p. 26), sugere três níveis em que a história ambiental pode ser analisada: 1) representa a busca da história da própria natureza, onde o historiador se baseia nas fontes, evidências e métodos das ciências naturais; 2) está ligado a tecnologia de produção humana e como ela interage com o meio ambiente transformando a si mesma e ao homem, estando mais ligada aos estudos da sociedade; e 3) está em uma questão imaterial a respeito de em que momento as percepções, ideologias, éticas se cruzam com as questões ambientais e se tornam expressões do discurso de um grupo de indivíduos, interagindo com seus valores, mitos e leis. Embora separados para fins didáticos, estes três níveis ocorrem de maneira dinâmica, onde natureza, organização social e pensamento formam o momento.

---

<sup>8</sup> Artigo publicado originalmente em março de 1990 na *Journal of American History*.

Apesar de serem potencialmente ideias, elas existem em um mundo material e devem ser estudadas a partir desse mundo material e suas relações de subsistência, embora com a consciência de que não se deve reduzir todo pensamento a valores de base material.

Em resumo, como colocado por Worster (1991, p. 211), devemos ter em mente que as ideias são socialmente construídas e refletem as organizações que estabelecemos enquanto sociedade, porém sem perdermos de vista a subjetividade do indivíduo que pensa. Assim evita-se generalizações sobre a mentalidade de grupo social.

O campo da história ambiental não pretende reduzir a análise histórica ao biofísico. Ao contrário disso, ela pretende ampliar a análise no sentido de ser um complemento do que foi pensado por outras escolas históricas, mas não foi aprofundado. Nem pretende extrair de sociedade passadas, conceitos ambientais ecológicos do presente, mas usar estes conceitos para refletir acerca destas sociedades e da nossa, perceber rupturas e permanências das relações históricas entre homem-natureza. Também não se trata aqui de fazer uma história das catástrofes ocorridas na natureza por consequência da ação humana. O campo da história ambiental é interdisciplinar e sua originalidade está na proposta de estudar a influência recíproca entre sociedade e natureza.

Após estas considerações, podemos afirmar que este trabalho se aproxima da história ambiental de terceiro nível de que fala Donald Worster (2003, p. 26), ou seja, este trabalho está imerso no campo das ideias. Mas apesar de serem ideias, elas são construídas socialmente e sendo assim, elas refletem as organizações do presente do indivíduo. A luta pela terra foi inicialmente uma das bandeiras do MST. Posteriormente onde o acesso existiu em certa quantidade, garantido pelas lutas e pressões de movimentos sociais por reforma agrária, as bandeiras do MST foram se tornando mais amplas, abrangendo desde qualidade de vida digna no campo, a segurança alimentar e respeito a natureza através de uma organização que pretende o fim do Capital e focado no processo agroecológico de produção, como demonstraremos com este trabalho.

Dando um maior foco a terceira característica dos estudos da história ambiental que Drummond nos apresenta, e a importância de entendermos que um elemento natural só se torna importante para uma sociedade quando identificado como útil por uma cultura, ou seja, que a importância da natureza e seus recursos é uma construção histórica, voltamos assim a questão da terra e como o Capitalismo a capitaliza e a transforma em um meio de produção especializado. Assim, organizações de produção que não se enquadram em um processo capitalista de produção de bens podem ser esquecidas ou relegadas a condição de atrasadas

pois não atingem com eficiência o objetivo do capitalismo que é o lucro, em especial e em maior quantidade para o detentor do meio de produção.

Essa ideia que nos coloca um ideal como desenvolvido e outro como subdesenvolvido, ineficaz ou atrasado, é parte do todo que forma a identidade de um sujeito. O MST não surgiu senão do meio de uma sociedade onde o capitalismo já estava consagrado, em que se tinha construído uma identidade que via no modelo capitalista de exploração da terra o caminho para o desenvolvimento, e procurou promover um contraponto a este modelo. A história ambiental dispõe de ferramentas e pode ajudar na reflexão mais ponderada acerca da relação entre necessidades materiais e responsabilidades ecológicas, e ajuda-nos a perceber que a tecnologia que produzimos é dependente da abundância e acessibilidade dos recursos naturais, e dessa forma, ela não liberta o homem das necessidades do mundo natural, mas exige dele um trabalho cooperativo com a natureza.

Com o intuito de demonstrar o surgimento de uma identidade ecológica no MST, optamos por investigar as fontes produzidas pelo Movimento, como relatórios de Congressos, boletins e principalmente os Cadernos de Formação produzidos entre 1984 e 2000. Mas, fazendo uma menção rápida a Michel de Certeau em *Invenção do Cotidiano* (1998), não se pode ignorar de forma alguma os conflitos pessoais e culturais que as identidades e subjetividades individuais dos acampados e assentados, expressos enquanto estratégias, possam ter com a formulação destes símbolos oficiais do Movimento, as chamadas táticas.

A realidade é sempre demasiadamente complexa demais para que a abordemos em sua totalidade e recortes sempre serão necessários. Definir o processo de construção da identidade ecológica do MST é praticamente impossível, tanto pela pluralidade de identidades que formam o MST em uma escala de micro-histórias, quanto pela gama enorme de símbolos que chegam aos sujeitos da história e interagem com os mesmos de maneiras materiais e psicológicas que inevitavelmente escapam à nossa capacidade de apreensão. É esperado, com o esforço deste trabalho, conseguir contribuir para que alguns pontos sejam pensados acerca da construção de uma identidade ecológica formada dentro de um Movimento Social que aproximou sua crítica aos movimentos ambientalistas.

## 2. A EXPANSÃO DO AMBIENTALISMO

Como mencionado anteriormente, a história ambiental surgiu em meio a um contexto de questionamentos de ordem sócio-ambiental. Foram as conjunturas, os processos e transformações que ocorreram na sociedade que permitiram às ciências também transformassem-se epistemologicamente. Assim é importante a produção de um capítulo que faça uma retrospectiva de acontecimentos que levaram a uma transformação na maneira de olhar para a natureza. Não só por que estas transformações mudaram a maneira da ciência pensar o ambiente natural, mas por que estas mudanças atingiram a organização social, política e econômica da sociedade e inclusive os movimentos sociais. Entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, objeto de estudo deste trabalho.

### 2.1.O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO MUNDO

John McCormick (1992, p. 21), autor que estudou e descreveu o surgimento do movimento ambientalista, afirma que não é possível datar um início para este movimento, ele não possui um marco inicial. O movimento ambientalista surgiu em diversos locais, e em tempo variado no decorrer dos anos 1970. Assim, apesar de diversos autores apontarem várias datas de origem, pensemos que como um movimento de ideias, ele foi se expandindo na mentalidade das populações e em algum momento adquiriu um destaque maior, como se fosse algo novo, porém, foi fruto de uma semente que veio se desenvolvendo no cotidiano das relações sociais, dia a dia. Dessa forma, não é pretensão deste trabalho estabelecer um marco para o surgimento do ambientalismo no Brasil, mas discutir algumas conjunturas nas quais o pensamento e/ou a ação ecológica se fizeram mais presentes na história do país.

Neste capítulo a proposta é tecer uma trajetória percorrida pelo movimento ambientalista em um âmbito internacional, principalmente a partir da década de 1950 para, adentrando nos anos de 1970, passarmos a discutir o desenrolar do ambientalismo no Brasil e seus desdobramentos.

Desde o século XIX no Ocidente, puderam ser observadas correntes ecológicas que de alguma forma se preocuparam em pensar o meio ambiente. Na Inglaterra e nos Estados Unidos pode ser percebido o embate entre Preservacionistas e Conservacionistas já no século XIX. O Preservacionismo pensava o meio ambiente como algo que deveria ser protegido da interferência do homem, precisava se manter intocável, enquanto que o Conservacionismo pensava a possibilidade de exploração de recursos naturais em um nível que não degradasse a

natureza para assim continuar a explorá-la por mais tempo (MCCORMICK, 1992, p. 31-32). Um ponto importante de se ressaltar a este respeito, que McCormick reconhece, é que tanto o discurso Preservacionista como o Conservacionista desenvolvidos nos EUA, estavam mais restritos aos meios científicos e técnicos.

Nos anos 1950, após as duas Guerras Mundiais e o avanço das ciências inclusive no sentido da produção de armas de destruição em massa, alguns eventos levaram alguns desastres que foram chamados de ambientais a serem percebidos também pela sociedade em geral, saindo do campo da comunidade científica. Entre eles esteve a ocorrência de uma chuva radioativa de granizo próxima à zona britânica de testes atômicos na Austrália em 1952 e a chuva ácida, em 1953, ocorrida em Nova York em decorrência dos testes com armas atômicas em Nevada.

Para McCormick (1992, p. 66-67), foi este o momento histórico que lançou as bases para uma transformação de proporções internacionais do movimento ambientalista na década de 1970. O autor destaca, como principal transformação, a maior amplitude de questões com que lidaram os ambientalistas do período pós 1950 e aponta para o fato de que para além da preocupação com a depredação dos recursos naturais, esse ambientalismo em transformação passou a abranger também questões de poluição, superpopulação e os custos do desenvolvimento tecnológico e econômico.

A partir da década de 1960, a questão ambiental pôde ser encontrada nos meios de comunicação em massa, educacionais, na arte, no imaginário coletivo e nas ciências com mais frequência do que na década anterior. Ela tomou espaço de maneira globalizada, acompanhando o movimento de globalização.

Durante esse período se tornou mais explícito o movimento de mão dupla em que a ciência influenciou e foi influenciada pelas ações públicas. Em 1962 foi publicado *Silent Spring* de Rachel Carson, e logo se tornou um *best-seller* com destaque entre revistas estadunidenses de renome. Entre 1960 e 1970, ocorreu uma transformação cultural que atingiu diversos países pelo mundo, que John McCormick (1992, p. 63) comparou a uma revolução ambientalista na qual as preocupações de alguns poucos cientistas e de grupos conservacionistas se tornou uma bandeira de movimentos de massa. Para o referido autor, o impacto foi tanto que antigas organizações para a conservação da natureza, administradas por pequenos grupos de líderes, foram deixadas de lado para dar espaço a um movimento de base mais ampla e popular, que diferente destes antigos órgãos conservacionistas/preservacionistas, não se pautava apenas em preocupações em preservação da vida selvagem ou dos seus

habitats, mas se focavam nos riscos para a própria sobrevivência do homem, se essa fauna e flora não fossem preservadas (MCCORMICK 1992, p. 63).

Diferindo também das bases mais filantrópicas e/ou econômicas dos antigos movimentos, o ambientalismo da década de 1970, ao abordar o papel do homem na natureza, possuía reivindicações de bases políticas que atingiam diretamente os valores e instituições da sociedade. A percepção de que os recursos naturais e assim também o meio ambiente não são algo infinito, que está para nos servir em nossas necessidades de desenvolvimento econômico e tecnológico, pode ter sido uma das variáveis mais importante para que ocorresse em 1972, em Estocolmo, na Suécia, a Conferência sobre Meio Ambiente, organizada pela ONU. Esta conferência tinha o objetivo de identificar problemas ambientais pelos quais o mundo estava passando e propor políticas governamentais e soluções que pudessem reduzir os danos ao meio ambiente.

Para Eduardo Viola, "A década de 1970 marca o despertar da consciência ecológica no mundo: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972); relatório Meadow (1972) sobre os limites do crescimento [...]” (1987, p. 2-3). A preocupação em incluir a questão ambiental na política pública dos países pode ter sido mais uma das variáveis que serviu para progressivamente aproximar as discussões técnicas a respeito do meio ambiente da vivência cotidiana das pessoas, possibilitando, em contrapartida, a estas pessoas ampliarem suas margens de crítica e ação nos assuntos ambientais.

Os movimentos ambientalistas dos anos 1970 eram movimentos portadores de interesses universais que pretendiam transcender as fronteiras de classes, gênero e raças. Estes movimentos seriam, para Viola, uma organização histórica nova de movimentos sociais, pois faziam parte deles homens e mulheres de diferentes idades, etnias e posições sociais (1987, p. 4). O movimento ambientalista cresceu também dentro de outros espaços organizativos, pois a diversidade de pessoas que estava aos poucos entrando em contato com o discurso ecológico participavam cotidianamente de outros movimentos sociais, movimentos sindicais e associações de bairro. Como sugere Viola, diante de uma crise do marxismo enquanto modelo explicativo da sociedade, em vista da imagem totalitarista do socialismo que o mundo estava presenciando, somada a complexidade atingida pelo capitalismo nos anos 1970, destoando do capitalismo descrito por Marx no século XIX e a crise ecológica, o movimento ambientalista pôde ganhar espaço, de certa forma, como herdeiro da crítica social marxista, mas capaz de voltar seu olhar para a relação homem e natureza de maneira crítica (1987, p. 3-4). A este respeito, Marcos Lobato Martins (2007, p. 20) aponta que a tradição dos partidos de esquerda, do Brasil e da Europa, os mantiveram afastados do vanguardismo do movimento ambientalista. Isto

porque, diferente de Marx em “Manuscritos econômicos-filosóficos”, de 1844, os marxistas não atentaram para o papel da natureza na construção social, focando a discussão exclusivamente no âmbito econômico e no embate das classes sociais.

Durante a Conferencia de Estocolmo, de 1972, o Brasil, junto com outros países que formavam o grupo de países subdesenvolvidos, se colocou contra as tentativas dos países desenvolvidos em criar limites para o processo de degradação da natureza, alegando que era preciso ter liberdade para o desenvolvimento econômico e acusavam os países desenvolvidos de estarem conspirando para frear o desenvolvimento dos emergentes. Para reafirmar seu posicionamento contrário às propostas da Conferência, o Brasil afirmou que estava de portas abertas para receber indústrias poluidoras no seu território nacional.

Viola (1987, p. 6) analisou que os problemas de degradação ambiental em países de primeiro e terceiro mundo eram similares, porém, os problemas de degradação social não eram, pois nos países de terceiro mundo, as necessidades materiais básicas não foram atingidas em um grau de satisfação mínimo<sup>9</sup>. Pensando esses problemas em conjunto, a degradação sócio-ambiental do terceiro mundo é mais grave do que as de primeiro mundo, sendo assim, os setores populares dos países de terceiro mundo, entre eles estão inclusos alguns movimentos sociais urbanos e rurais, apresentaram certa resistência ao discurso ambientalista. Apresentaram antes uma relação mais próxima com questões que garantiam aos indivíduos condições básicas de vida e talvez por isso também o movimento ambientalista no Brasil começou a se ampliar de maneira mais progressiva após a década de 1980.

É a partir da década de 1970 que percebemos a questão ambiental se infiltrando no cotidiano da vida social e se aproximando da sociedade civil como um todo, para na década de 1980 se encontrar de forma mais caracterizada, ao menos burocraticamente, nas políticas públicas, em partidos políticos, espaços de legislação, em espaços de educação e produção científica, em espaços de militâncias e da vida cultural artística da sociedade.

Como possível fruto da expansão da discussão das questões ambientais, McCormick (1992, p. 16) aponta que surgiu na década de 1980 em alguns países como Inglaterra, Suíça, Alemanha, Itália, França e Nova Zelândia, os Partidos Verde com propostas políticas mais voltadas à sustentabilidade<sup>10</sup>. Segundo Viola (1987, p. 9), o objetivo desses partidos não era

---

<sup>9</sup> A denominação de primeiro e terceiro mundo foi utilizada aqui apenas para manter a fidelidade à análise de Viola que fez uso destes conceitos referindo-se especificamente aos grupos de países que os termos representavam naquele contexto histórico.

<sup>10</sup> Aqui um adendo torna-se importante para esclarecimentos conceituais, pois é preciso tomar cuidado ao falar de sustentabilidade, antes de 1983. Segundo referência do site das Nações Unidas no Brasil (ONUBR), o conceito de sustentabilidade é derivado do conceito de desenvolvimento sustentável, que foi criado em 1983 pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento fundada Pela ONU também em 1983, e se

tomar o Estado pela revolução, mas influenciarem na transformação dos valores materialistas da política, pretendendo introduzir valores pós-materialistas na política, ou seja, valores que não priorizassem apenas o trabalho e consumo material, mas à medida que fosse possível gozar de maior segurança econômica e ter atendida as necessidades materiais básicas, valorizar laços sociais, intelectualidade e proteção ambiental.

Ainda na década de 1980, mais precisamente em 1987, foi produzido um relatório pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamado de Relatório Brundtland que, segundo McCormick (1992, p. 189), tem sua relevância associada ao fato deste documento ter exposto a importância de se tentar atacar as causas dos problemas e não os efeitos dos problemas ambientais para que as ações políticas existentes fossem mais efetivas. De acordo com o referido autor, até o momento da elaboração deste relatório a discussão acerca das políticas de meio ambiente eram mais focadas em como mitigar os efeitos, tendo em vista que a Conferência de Estocolmo, de 1972, não contou com a aderência dos países ditos subdesenvolvidos na política de redução dos danos causados ao meio ambiente no processo de desenvolvimento econômico dos países.

Essa postura de alguns países na Conferência de Estocolmo pode ser pensada a partir da afirmação de Viola (1987, p. 11) de que o liberalismo econômico se opunha ao movimento sócio-ambiental, pois está baseado na exploração, sobretudo competitiva, dos recursos naturais escassos, assim, a luta ambiental se fazia também contra o liberalismo econômico. Também para McCormick, o movimento ambientalista posterior a década de 1970 estava questionando a essência do Capitalismo (1992, p. 61).

No entanto, é preciso ressaltar que o movimento ambientalista não era promovido apenas pela esquerda, dando a entender que os problemas ambientais são por essência de governos capitalistas. Eduardo Viola (1987) identifica 4 posicionamentos político-ecológicos centrais que caracterizavam o fim dos anos 1980: o ECOLOGISTA FUNDAMENTALISTA possuía uma herança anarquista niilista com perspectivas bastante pessimistas de que a sociedade ecológica não era adaptável a parâmetros globais de transformação. Não acreditavam que se poderia transformar de maneira global a lógica predatória do mundo contemporâneo, por isso previam o desenvolvimento da sociedade ecológica às margens da sociedade materialista; 2) o ECOLOGISTA REALISTA, seriam herdeiros do socialismo

---

refere a utilização dos recursos naturais para atender as necessidades das gerações atuais, sem que se esgote estes recursos ou comprometa sua resiliência para usufruto das futuras gerações (fonte acessada em 13 de maio de 2016, disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>). Não penso que seja incabível falar de sustentabilidade antes desse período, mas é preciso ter muito claro que o conceito nos moldes que é empregado hoje surgiu no período referido de 1983.

utópico em grande parte, acreditavam na transformação cultural e política da sociedade como forma de se estabelecer um sistema sócio-econômico diferente do capitalismo e do socialismo, que fosse baseado em pequenas propriedades privadas e/ou cooperativas baseadas em autogestão; 3) o ECOSOCIALISTA, pretendiam uma ruptura tanto com o capitalismo quanto com o socialismo real, pois estes não seriam passíveis de uma ecologização. Acreditavam que o sistema produtivo deveria ser estatizado e a gestão deveria ser participativa. Sua herança segundo o autor, viria do socialismo revolucionário; e 4) o ECOCAPITALISTA, para esta vertente o Estado teria a função de guardião ecológico da sociedade, porém permitia a existência de grandes propriedades e confiava na regulação do mercado como adaptável as necessidades ecológicas.

Segundo o referido autor, no cenário mundial, dentro do movimento ambientalista, o posicionamento ecologista realista era predominante sobre os outros três, no entanto, fora do movimento ambientalista, a posição ecocapitalista era predominante. Pensando essa organização, percebemos um movimento da sociedade em geral, inclusive do mercado, no sentido de se adaptar aos apontamentos ecológicos que desde os anos 1970, com maior impacto internacional, estavam sendo inclusos no cenário político, social e econômico mundial.

Após 20 anos da primeira Conferência Internacional sobre Meio Ambiente organizada pela Organização das Nações Unidas em Estocolmo, em 1992, foi realizado no Rio de Janeiro a Rio-92, outra conferência organizada pela ONU com o objetivo de discutir políticas ambientais. Esta Conferência teve uma especificidade marcante para o movimento ambientalista, pois a participação da sociedade civil na Conferência Rio-92 foi assegurada através do Fórum Global 92, uma organização de eventos propostos e realizados paralelamente a Rio-92 por ONGs de várias partes do mundo. A Rio-92 e posteriormente a Rio+5, em 1997, pautaram a necessidade da educação ambiental para que fossem atingidos os objetivos em torno do desenvolvimento sustentável. No entanto Pedro Jacobi faz uma crítica a esta pauta dizendo que “[...] as recomendações são vagas e sem maiores efeitos práticos, sendo que muitas delas apenas servem para alimentar a lógica de mercado e as políticas liberais.” (JACOBI, 2005, p. 242).

Para Jacobi (2005, p. 239), a década de 1990 não conseguiu atingir as expectativas criadas na Rio-92 e os debates acerca do desenvolvimento sustentável não foram aprofundados. Segundo o autor, os princípios de desenvolvimento sustentável continuaram sendo vistos como um entrave para o desenvolvimento econômico, e salienta

O quadro atual, claramente demonstrado por estudos científicos, indica que os ecossistemas continuam sentindo o impacto de padrões insustentáveis de produção e de urbanização. Além disso, durante a última década, muitos países aumentaram sua vulnerabilidade a uma série mais intensa e frequente de fenômenos que tornam mais frágeis os sistemas ecológicos e sociais, provocando insegurança ambiental, econômica e social, minando a sustentabilidade e gerando incertezas em relação ao futuro. Prevalece ainda a ideologia do progresso, que rejeita ou minimiza as questões ambientais, seja no discurso ou na prática. (2005, p. 239)

Em contrapartida, Jacobi reconhece um aumento no número de atores promotores de práticas sustentáveis mais dependentes do empreendedorismo e de atores locais e regionais (2005, p. 239).

Até aqui fizemos uma breve revisão do movimento ambientalismo internacional, passemos agora para os desdobramentos que o ambientalismo teve no Brasil.

## **2.2. MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL**

Um ponto de concordância entre os trabalhos que abordam a questão ambiental no Brasil é de que a década de 1970 foi um momento de expressão mais destacada dessa corrente ainda incipiente no Brasil. Porém desde 1958, ano em que foi criada no Rio de Janeiro a Fundação Brasileira para Preservação da Natureza (FBCN), já podemos perceber uma certa preocupação com o papel da natureza na nossa organização social e econômica. Pádua aponta alguns cientistas, como José Bonifácio, que no fim do século XIX, preocupavam-se com o desmatamento provocado pela relação extrativista predatória com a natureza (2010, p. 85). Faz-se necessário ressaltar aqui que preocupar-se com o meio ambiente não é a mesma coisa que um movimento ambientalista. A preocupação pode surgir de necessidades como as econômicas de encontrar a melhor e mais rentável maneira de se explorar um recurso sem nunca se questionar as causas, meios e consequências desta exploração.

Existem relatos de indivíduos que tiveram ideias e ações com caráter preservacionista e conservacionista durante a história, e é certo que tenham existido outros indivíduos que não tiveram suas ideias e ações registradas. Pretendemos tecer aqui alguns apontamentos a indícios ambientalistas anteriores à década de 1970, porém com ressalvas ao anacronismo dos conceitos, pois o momento de destaque para o que entendemos ainda hoje por ambientalismo, foram os anos 1970. Sendo assim, nos dedicaremos com mais empenho ao estudo a partir deste ano.

Como mencionado anteriormente, o movimento ambientalista foi fruto de uma construção histórica de ideias e se recriou durante o tempo. Ana Raquel Ferreira (2008, p. 40) afirma que no Brasil também existiu o movimento ambientalista protecionista, que, nas primeiras décadas do século XX, devido as suas preocupações relativas a proteção das florestas e algumas específicas espécies de animais, contribuiu com a criação do primeiro Código Florestal, o Código das Águas e o Decreto de Proteção aos Animais, ambos os três de 1934, respectivamente, Decreto n. 23.793/1934<sup>11</sup>, Decreto 24.643/1934<sup>12</sup> e Decreto 24.645/1934<sup>13</sup>.

Pedro Jacobi apresenta a fundação, em 1955, da União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), no Rio Grande do Sul, e da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), em 1958, no Rio de Janeiro, como exemplos de ações de grupos estritamente preservacionistas e conservacionistas desde a década de 1950 (2003b, p. 2).

O movimento ambientalista da década de 1970, à diferença do Conservacionismo e do Preservacionismo que se preocupavam com a preservação do ambiente não humano, tem em foco as relações sociais e a sociedade em sua relação com a natureza como alvos da sua atuação. Assim como o foi em outros países, o movimento ambiental no Brasil foi um movimento plural e durante a década de 1970 diversos grupos e setores envolveram-se com discussões acerca do meio ambiente em seu diálogo com as sociedades humanas<sup>14</sup>.

Como exemplo da pluralidade de ativistas que compunham o ambientalismo na década de 1970, podemos citar a fundação, em 1971, da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN). Em 1973, foi fundado em São Paulo o Movimento Arte e Pensamento Ecológico; em 1978 surgiu dentro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA). Ainda em 1978, sob coordenação de Manoel Baltasar Baptista da Costa, foi criado um grupo de agricultura alternativa do qual também passou a fazer parte Ana Maria Primavesi<sup>15</sup>, que neste referido momento ainda não havia publicado seu livro “O manejo ecológico do solo”, de 1980.

---

<sup>11</sup>[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/dec%2023.793-1934?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%2023.793-1934?OpenDocument)

<sup>12</sup>[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%2024.643-1934?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2024.643-1934?OpenDocument)

<sup>13</sup>[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/dec%2024.645-1934?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%2024.645-1934?OpenDocument).

<sup>14</sup>Embora esta relação mais próxima entre proteção ambiental e questões sociais tenha se caracterizado mais claramente a partir da segunda metade da década de 1980 (JACOBI, 2003b, p. 6).

<sup>15</sup>Ana Maria Primavesi<sup>15</sup>, agrônoma austríaca que veio ao Brasil. Primavesi também participou, a partir do fim da década de 1970, do grupo de agricultura alternativa, um segmento da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) e publicou em 1980 o livro “Manejo Ecológico do Solo”, em que criticava o uso de técnicas advindas de outros países, na realidade brasileira. Primavesi também ajudou a implantar na Universidade Federal de Santa Maria-RS, o curso de pós-graduação com foco em manejo ecológico do solo.

Figura também entre as instituições envolvidas com a preservação do meio ambiente a Igreja Católica Apostólica Romana brasileira que por meio da Campanha da Fraternidade, de 1979, sob coordenação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), promoveu uma reflexão sobre o meio ambiente com o lema “preserve o que é de todos”, e assim, no julgamento de Ana Raquel Pinto Guedes Ferreira (2008, p. 55), pretendia-se responder aos anseios da sociedade que estava imersa em discussões sobre a preservação do ar, da água, da flora e da fauna. No entanto, é preciso ponderarmos até que ponto podemos dizer “anseio da sociedade”. Sem desmerecer os movimentos assessorados pela igreja e outros tantos de associações de bairro, em 1979 não era a maior parte da sociedade brasileira que se lançava nestas discussões, ficando o assunto mais focado entre parte das camadas da sociedade com acesso ao ensino superior e especificamente aqueles já graduados (VIOLA, 1987).

Segundo Eduardo Viola, durante a ditadura brasileira, a atuação de organizações autônomas era dificultada pelo regime, e as que tinham maiores chances de sucesso eram as que se tutelavam à Igreja católica (1987, p. 20). A Campanha da Fraternidade era uma realização anual da CNBB, e tinha por objetivo trazer a discussão de problemas concretos diversos que envolviam a sociedade brasileira para a solidariedade de seus fiéis. Por sua proximidade com a ampla maioria católica da população<sup>16</sup>, esta pode ter sido uma via que contribuiu na translocação da discussão ambientalista do mundo acadêmico profissional para o corpo maciço da sociedade.

Para Viola, o ano de 1974 é marcante para o movimento ambientalista brasileiro, pois compreende o início de uma gradativa liberalização política do país que foi acompanhada por uma ampliação da atuação de associações ecológicas já existentes, a exemplo da AGAPAN, e o surgimento de outras associações pelo sul e sudeste do Brasil.

Ainda, como apresentado por Viola e Jacobi, de forma geral essas associações ambientalistas eram quase que exclusivamente constituídas por pessoas com formação universitária, renda acima da média, uma minoria de estudantes e com maior número de membros do sexo masculino (VIOLA, 1987, p. 24) (JACOBI, 2003b, p. 7).

Nesse momento, Viola acredita que o movimento ambientalista era formado basicamente por dois segmentos paralelos que futuramente viriam a se concatenar: um de denúncia de degradações ambientais de caráter mais urbano e outro de comunidades rurais alternativas, formado em sua maioria por jovens que saíam de regiões metropolitanas que vinham com propostas de um modo de vida que fugisse do esquema egoísta e predatória que

---

<sup>16</sup> Outras informações sobre demografia religiosa podem ser encontradas no artigo "Mudança religiosa no Brasil: uma visão demográfica" de René Decol (1999).

identificavam na política de milagre econômico e nas cidades<sup>17</sup>. Ambos, neste momento, tinham em comum a declaração de serem apolíticos (1987, p. 25).

Viola considera as comunidades alternativas, de forma geral, como movimento inicialmente mais romantizado, e aponta que a vida no campo pode ter se apresentado mais dura do que estes militantes previam, o que refletiu na grande rotatividade entre os membros dessas comunidades, fragilizando com isso sua organização. No entanto, algumas organizações conseguiram superar as dificuldades iniciais e se tornaram, segundo afirmou Viola (1987, p. 29), ecologistas mais realistas em comparação ao fanatismo inicial que os levou a formar as comunidades, voltando a procurar um diálogo com a cultura urbana pela qual havia uma repulsa inicial. Esse diálogo não significou que abandonaram os ideais ecológicos para voltarem para o cotidiano urbano, mas que perceberam uma importância também da prática ambiental nos centros urbanos. Essa reaproximação foi importante para os rumos do movimento ambientalista das décadas seguintes.

Em 1972, momento da Conferência de Estocolmo, o Brasil passava pelo chamado milagre econômico, e segundo Ferreira, não interessava limitar seu uso de recursos naturais para manter o ritmo de crescimento (2008, p. 50) e sendo assim, esse contexto pode ter sido determinante para o posicionamento contrário ao de racionalização dos recursos naturais tomado pelo Brasil na Conferência. Viola afirma que a ideologia de um crescimento acelerado e predatório desde JK se intensificou com o governo Médici, em que indústrias poluidoras eram convidadas a se instalarem no Brasil pois aqui não teriam gastos com equipamentos antipoluentes (1987, p. 19). Esse posicionamento pode ser confirmado pela argumentação da delegação brasileira na Conferência Internacional de Meio Ambiente (1972), relacionando as preocupações ecológicas a manobras imperialistas que visariam bloquear a ascensão dos países em desenvolvimento.

Viola (1998, p. 9) aponta para a imagem que se tinha do ambiente natural em 1970, como sendo um espaço de recursos infinitos, aliado a exploração de mão-de-obra barata e de baixa qualificação e abertura política para instalação de indústrias altamente poluidoras como bases para o crescimento econômico do Brasil neste momento. Para Ferreira (2008, p. 51), apesar do Brasil junto com outros países conseguirem impedir a limitação do crescimento dos países mais pobres, isso custou a depreciação da sua imagem pela opinião pública internacional.

---

<sup>17</sup> Viola percebe uma grande influência do movimento de contracultura estadunidense com revalorização do trabalho manual, proximidade no cotidiano com a natureza, autossuficiência na produção de alimentos, alimentação alternativa, com a exclusão da carne da dieta e práticas de medicina alternativas (homeopatia).

Viola (1987, p. 20) acredita que a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em 1974, durante o governo Geisel, foi com o fim de cumprir burocracias necessárias para, junto com os relatórios de impacto ambiental, conseguir a aprovação e liberação de empréstimos para o setor de obras públicas. Ferreira (2008, p. 51) e Jacobi (2003b, p. 3) também apontam que a criação da SEMA foi uma possível saída para o governo atenuar a depreciação de sua imagem.

Com a criação dessa Secretaria, as leis referentes ao meio ambiente que antes eram tratadas de formas isoladas poderiam ser coordenadas de forma integrada por este órgão. A Criação da SEMA e sua política de incentivo a criação de secretárias estaduais de meio ambiente, segundo a autora aponta, podem ter sido um passo importante para o ambientalismo no Brasil, pois junto com o espaço nos meios de comunicação e nas pesquisas universitárias, a descentralização da política ambiental possibilitou a regionalização da atenção às questões ambientais.

No entendimento de Eduardo Viola, "[...] Pelo menos até o fim do regime militar os movimentos ecológicos não tiveram nenhuma influência no debate político global sobre o futuro da sociedade brasileira. [...]" (1987, p. 20). Partindo desse pressuposto o autor afirma, no mesmo artigo, que as propostas que levavam em consideração a defesa do meio ambiente, além dos problemas socioeconômicos do desenvolvimento acelerado, eram poucas e vinham de alguns políticos ou economistas da oposição como Celso Furtado e Fernando Gabeira.

Na avaliação de Jacobi, durante os anos 1970 e meados de 1980

[...] um dos fatores que explica a pouca aderência do discurso ambiental na sociedade foi, sem dúvida, o isolamento das organizações ambientalistas dos outros movimentos sociais, uma vez que priorizava em seu discurso a necessidade de garantir a qualidade ambiental, ignorando as demais demandas sociais. (2003b, p. 8)

O momento entre os anos 1974 e 1981, Viola (1987, p.23) considera ser a fase ambientalista do que chamou de “movimento ecológico” brasileiro, e sugere que a eficácia das lutas não foi muito satisfatória em termos de ganhos objetivos, porém os ganhos indiretos, ao influenciar na dispersão das ideias ambientalistas, foram altos, pois apesar de não barrarem nem reverterem os processos de degradação, a percepção dessa degradação pela sociedade, em geral, aumentou. Assim sintetiza seu ponto de vista com o apontamento de que "Como corresponde a qualquer processo de ação coletiva, é no decorrer destas lutas que vai constituindo-se a identidade coletiva do movimento ecológico. [...]" (VIOLA, 1987, p. 27).

Foi com essa expansão para setores mais amplos da sociedade e atingindo um número maior de pessoas que o ambientalismo começou a se transformar de um movimento que tinha como base a denúncia, para um movimento que articulava a denúncia com soluções alternativas (JACOBI, 2003b, p. 11).

A volta de alguns exilados para o Brasil também contribuiu para a ampliação cultural do debate ecológico, principalmente entre as pessoas de renda mais alta. Entre eles, podemos destacar a volta de Fernando Gabeira, em 1979, militante dos direitos humanos e defensor das causas ecológicas. O movimento em defesa da Amazônia, submetida desde 1970 a depredações sistemáticas, se tornou na década de 1980 um dos pontos fortes do movimento ambientalista brasileiro e com repercussões internacionais.

O Ano de 1982, com a realização de eleições competitivas para os governos estaduais, foi marcante no processo de transição democrática no Brasil e contou com atuação direta de movimentos sociais, como o feminista e comunidades eclesiais. No entanto neste momento o movimento ambientalista ainda seguia majoritariamente a margem das questões políticas partidárias, com algumas exceções. Nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul houve envolvimento do movimento ambientalista no cenário político das eleições apoiando candidatos do PT e PMDB que levantavam bandeiras ecológicas, e nos três estados foram eleitos candidatos apoiados pelo movimento<sup>18</sup>.

Ferreira (2008, p. 56), a respeito deste momento do movimento ambientalista afirma que embora para alguns fosse certa a necessidade de criação de uma frente política de ação, houve divergência entre os ambientalistas acerca da criação de um partido político, com medo da desvirtuação do movimento pela partidarização. E assim, inicialmente, a autora aponta que uma estratégia adotada pelos ambientalistas foi se espalhar por vários partidos de oposição.

Em 1981 foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente pela Lei 6938/81. A partir desta lei, os recursos naturais tornaram-se uma figura jurídica, e com a lei criou-se também o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que tem como representantes os órgãos ambientais federais e municipais, ONGs e entidades de classe envolvidos diretamente com as questões ambientais. Para Ferreira (2008, p. 54), a importância da criação do CONAMA dá-se por possibilitar a inclusão e participação da sociedade civil organizada em decisões políticas acerca do meio ambiente.

---

<sup>18</sup>Liszt Vieira (PT), deputado no Rio de Janeiro, Walter Lazzarini (PMDB), deputado em São Paulo, e Caio Lustoza (PMDB), vereador em Porto Alegre.

Viola (1987, p. 21) resume o momento de reabertura política do país, no fim da década de 1980, como tendo por valor básico, a implantação de um modelo econômico que cumpria a justiça social e de maneira secundária começou-se a estruturar a questão ambiental. A abertura dessa margem à preservação do meio ambiente, mesmo que secundária, reforçou a ampliação do debate político com vozes ambientalistas. Assim, abriu espaço para que o movimento ambientalista passasse a ter setores que começaram a cogitar a importância de uma participação ativa na política, ou seja, manter ativistas ocupando cargos políticos.

Para Pedro Jacobi, até meados de 1980, as iniciativas ambientais ocuparam papel secundário na ação dos movimentos sociais devido a dois motivos principais: "[...] De um lado, o maior interesse dos movimentos sociais em torno dos problemas ligados mais diretamente à pobreza e à satisfação das necessidades básicas dos homens [...] De outro, a herança militar do golpe de 64 que, tendo na sua base os ideais de Ordem e Progresso, procurava se legitimar através de uma intervenção estatal voltada para o crescimento econômico [...]" (2003b, p.6)

Segundo Viola (1987, p. 32), em 1984, na campanha pelas eleições diretas para presidente, à diferença de 1982, os ambientalistas participaram em sua grande maioria das mobilizações. Junto com essa introdução do movimento ambientalista no cenário político eleitoral, aflorou a discussão acerca da defesa do meio ambiente e sua relação com a organização do poder na sociedade. O autor entende que essa discussão não é desse momento especificamente. Ela já havia sido travada em 1982, porém a conjuntura do movimento era outra e não foi levada adiante pela maioria (1987, p.32).

Com a ampliação do debate ambiental durante a campanha das diretas, em 1984, em São Paulo e no Rio Grande do Sul foram realizados, pelo movimento ambiental destes estados, encontros regionais com a intenção de coordenar as ações das diversas entidades ecológicas atuantes. Em 1985, estes encontros regionais também foram realizados em Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. Entre os pontos comuns de pauta destes encontros, Viola destacou: a preocupação em identificar os principais tipos de degradação ambiental no Estado, entender e pensar a relação entre movimento ambiental e partidos e discussão envolvendo a possibilidade de formação de um partido Verde no Brasil (1987, p. 33).

Do ponto de vista de Viola (1987, p. 33), desde 1985, já podemos falar de um consenso entre os movimentos ecológicos dos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, de que o movimento deveria intervir no Congresso Constituinte. Com esse fim, foi fundada, no Rio de Janeiro, a Coordenadoria Interestadual Ecológica Para a Constituinte (CIEC), em que participavam representantes dos seis estados.

Viola também afirma que em meados da década de 1980 se deu uma aproximação entre as comunidades alternativas rurais e o ambientalismo urbano (1987, p. 16). Segundo o referido autor, devido ao aprendizado da vida prática ecológica no campo, o ambientalismo urbano passou a reconhecer a experiência do campo e recorria a este movimento para pensarem a economia alternativa nas cidades (VIOLA, 1987, p. 34). O movimento urbano beneficiou-se muito da experiência de 10 anos da corrente ecológica rural e a aproximação entre os movimentos rurais e urbanos foi importante para o posicionamento desse movimento quanto ao uso de agrotóxico nos estados do Sul e Sudeste, e a aprovação das leis que regulamentavam o seu uso.

Além do movimento ambientalista urbano, a corrente ambientalista rural e suas experiências influenciaram também a formação de um setor ecológico dentro da Sociedade Brasileira dos Engenheiros Agrônomos, alimentada também pelos questionamentos acerca das políticas de modernização tecnológicas da agricultura (VIOLA, 1987, p. 35). De forma geral, Viola considera que, a partir de 1985, é possível se falar em vitórias concretas do movimento ambientalista, que ainda não ocorriam no âmbito federal, mas começavam a se concretizar nos municípios e na esfera estadual. Durante esse momento de transição, em linhas gerais, podemos dizer que cresceu o número de integrantes e simpatizantes por entidades, com aumento da participação de mulheres (1987, p. 36).

No 2º Encontro do CIEC, realizado em 1986, em Curitiba-PR, foi estabelecida a plataforma ambientalista nacional para a Constituinte, que incluía a função social e ecológica da propriedade, reforma agrária ecológica, ecodesenvolvimento, entre outras. Foram estabelecidos critérios para a formação de listas transpartidárias estaduais que tinham a função de divulgar os candidatos membros do movimento ambientalista que se comprometiam a defender a plataforma ecológica na Constituinte, além de dar parte de sua renda para o desenvolvimento das bases.

Jacobi aponta que a partir de meados da década de 1980, o movimento ambientalista brasileiro passou a ampliar conexões com os movimentos sociais, e dessa forma estabeleceu diálogo com sindicatos e grupos comunitários (2003b, p. 12). Ainda para Jacobi (1999, p. 178), meados de 1980 foi um momento de transição do movimento, de ambientalista para um movimento ambientalista com características sociopolíticas. Com um número maior de militantes e simpatizantes do movimento ambientalista, as pessoas que faziam também parte de sindicatos operários e associações de bairro levaram o debate ecológico para dentro destas outras instâncias e os estudantes universitários passaram a ter mais contato com o movimento ambientalista. Assim, olhando para a dispersão do debate ecológico por diversas esferas da

sociedade, supomos que alguns movimentos sociais podem ter se sensibilizado pela causa ecológica, como no caso do MST, que demonstraremos no decorrer deste trabalho.

Viola afirma que conforme o movimento ambientalista adquiria maior destaque, os espaços dedicados ao meio ambiente na imprensa televisiva e escrita passaram a atingir a classe média. (1987, p. 36).

O ambientalismo ganhou mais espaço de debate, respaldo e visibilidade na Constituição de 1988, com a inclusão de um capítulo exclusivo para tratar juridicamente do Meio Ambiente. Esse grau de destaque é importante pois se baseia em certas definições de meio ambiente que acompanham a construção do movimento ambientalista de que comenta Viola (1987) (1998) na passagem de um movimento ambiental para um movimento de caráter sócio ambiental, enquadrando as estruturas sociais como partes constituintes do meio ambiente.

Jacobi aponta que no fim de 1980 e início de 1990 com a fundação da Sociedade Brasileira para Desenvolvimento Sustentável, o empresariado brasileiro também acompanhou a revolução ambientalista a partir de um crescente apoio financeiro a entidades ambientalistas no debate a respeito da sustentabilidade (2003b, p. 16).

Ferreira (2008, p. 60) afirma que durante a década de 1990 se tornou mais expressivo o ramo empresarial como agente ambientalista. As empresas acompanharam o ritmo da evolução do pensamento ambientalista na sociedade brasileira. O mundo empresarial passou a investir mais em sustentabilidade, não necessariamente por ativismo, mas como estratégia para manter seu produto aceitável no mercado.

Ainda, a inclusão de um capítulo específico para o Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988 estabelecia regras para utilização do mesmo, às quais o mundo empresarial deveria se adaptar. Assim sendo, além de ONGs e poder público, o setor empresarial passou a fazer parte dos espaços de decisão político-ambiental.

Para Ferreira (2008, p. 60), a questão ambiental afetou o mercado de forma que em 1995 empresários brasileiros e de outros países se organizaram em um conselho para discutir desenvolvimento sustentável no ramo empresarial e em 1997 se fundou no Brasil o Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável.

A referida autora também expõe que ao longo da década de 1990 as empresas que podem ter aderido inicialmente ao discurso ambientalistas por pressão social e do mercado, acabaram percebendo que algumas medidas de gestão ambiental conservacionistas contribuía para a racionalização dos recursos, e assim contribuía também com lucro da empresa (FERREIRA, 2008, p. 62).

Ao analisar o ambientalismo na década de 1990, Viola (1998, p. 10) nos apresenta que José Lutzenberger<sup>19</sup> foi nomeado secretário do meio ambiente no governo Collor. A partir disso, o autor sugere que essa guinada ambientalista deste governo na política brasileira foi uma manobra especialmente com a intenção de conquistar a confiança dos países desenvolvidos para posteriormente colocar em prática seu plano econômico, que entre outras coisas requeria o investimento estrangeiro no Brasil. Como nos lembra o autor, no início dos anos 1990, o ambientalismo havia conquistado a opinião pública da maioria dos países desenvolvidos e atingido destaque também na agenda política destes países.

Durante o Governo Collor foi convocada uma reunião com os países membros do Pacto Amazônico e do Mercosul em que se reconheceu, ao contrário do posicionamento do Brasil em Estocolmo em 1972, a necessidade de reformas ambientais que seguissem o caminho do desenvolvimento sustentável mesmo entre os países emergentes. Esse posicionamento foi reafirmado na Rio-92, ratificando o caráter global da crise ambiental e legando a comunidade internacional o trabalho para sua superação, com uma peculiaridade: afirmou-se que a responsabilidade pelos problemas ambientais era relativa e que os países mais ricos deveriam arcar com um custo maior desta responsabilidade.

Durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 1998, foi retomada a construção da usina de Angra 2 com sua tecnologia já obsoleta. A política energética tinha como eixo a produção de petróleo e gás natural deixando em segundo plano as energias renováveis<sup>20</sup>, a privatização de setores energéticos, uma política agrícola que não incentivava a conservação dos solos e não se preocupava em impor limites ao uso indiscriminado de agroquímicos. A política industrial automobilística deixou de lado a política de transporte público, focada em maximizar a produção de carros, maximizou também a produção de CO<sub>2</sub>, principalmente nos grandes centros urbanos. Os impostos ambientais não estavam sendo aplicados e não se punia, assim, sobre a poluição e degradação de recursos naturais (VIOLA, 1998).

Ao final dos anos 1990, podemos ver a educação ambiental ser instituída como forma da Lei 9795 de 1999. Entre outras deliberações instituiu a obrigatoriedade do Poder Público

---

<sup>19</sup> José Lutzenberger foi um dos fundadores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), e vinha se mantendo ativo nas lutas em defesa do meio ambiente, com publicações importantes no cenário nacional acadêmico especialmente, criticando o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha, e denunciando a crise ecológica brasileira.

<sup>20</sup> Em 1997, na Convenção de Mudanças Climáticas, em relação ao Protocolo de Kyoto e a redução da emissão de CO<sub>2</sub>, Eduardo Viola aponta que o Brasil se aliou a países emergentes dependentes de combustíveis fósseis, ignorando sua potencialidade ao uso de formas de energia renovável.

promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino formais e não formais e o engajamento da sociedade na conservação, melhoria e recuperação do meio ambiente.

Feito este retrospecto do ambientalismo no Brasil, pensemos que concomitante aos processos dos anos 1980 de transição do movimento ambientalista de um caráter político para o sócio-político, temos que destacar dois desdobramentos importantes para a formação do pensamento ecológico relacionado a produção rural: a realização do Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), a partir de 1981, e o início da experiência e atuação do Projeto Tecnologias Alternativas/Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA/FASE) em um assentamento de reforma agrária em Paraty-RJ, em 1983.

Durante a década de 1980, as críticas ao modelo de modernização tecnológica do campo, vigente no Brasil desde a década de 1960, foram feitas por diversos setores da sociedade. Inicialmente, essas críticas e discussões vieram dos meios intelectuais, com publicações mais técnicas acerca dos impactos da agricultura moderna, como por exemplo, o aumento no consumo de agrotóxicos que vinha sendo identificado na agricultura.

Para Eduardo Ehlers<sup>21</sup>, como relata Nilsa Luzzi (2007, p. 83), de forma geral, essas críticas não foram inicialmente bem aceitas nos meios acadêmicos e em outras instituições de pesquisa e extensão rural. Mas em alguns meios, a exemplo da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), estas publicações estavam sendo discutidas.

Em 1981 a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) teve a gestão assumida por uma ala mais crítica dos engenheiros agrônomos, e continuou assim até o início dos anos 1990, quando a ala conservadora, financiada pelas multinacionais, retomaram a direção.

Entre 1981 e 1984 ocorreram os dois primeiros Encontros Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA)<sup>22</sup>, organizados pela Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) e pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB). Os dois eventos contaram com a participação basicamente de engenheiros agrônomos, com palestras mais voltadas para questões técnicas da área agrícola, destacando problemas de fertilidade de solo e queda da biodiversidade causadas pelo pacote tecnológico. No II EBAA já se encontravam presentes alguns secretários estaduais e começaram a aparecer

---

<sup>21</sup>Luzzi (2007, p. 83) se refere ao livro *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*, de Eduardo Ehlers.

<sup>22</sup>O I EBAA ocorreu na cidade de Curitiba-PR, de 20 a 24 de abril de 1981. Já o II EBAA ocorreu em Petrópolis-RJ, de 2 a 6 de abril de 1984.

questões menos técnicas e mais voltadas aos riscos da dependência da agricultura em relação ao setor industrial e às multinacionais<sup>23</sup>.

De 12 a 17 de abril de 1987, ocorreu o III EBAA na cidade de Cuiabá-MT e contou com a participação de aproximadamente 3000 pessoas. Entre elas estavam líderes do MST, juntamente com Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), agricultores ligados a outros movimentos sociais do campo, engenheiros agrônomos, cientistas sociais, economistas e estudantes (FAEAB, 1987 p. 19). Durante o III EBAA se alterou o foco das discussões do estritamente técnico para o caráter social da produção. Essa mudança no foco, trouxe a figura do produtor para o debate e suas dificuldades no campo.

Os problemas ambientais causados pela agricultura convencional passaram a ser ligados ao modo de produção capitalista, e assim, tanto para os integrantes do encontro como para Luzzi (2007, p. 24-25), que estudou posteriormente o III EBAA, a luta no campo era entendida como luta de classe e compreendia o latifúndio alinhado com a Revolução Verde<sup>24</sup> e o modo capitalista de produção.

Neste III EBAA os participantes decidiram por identificar agricultura alternativa ao pequeno produtor como oposição ao modelo dominante. Aqui talvez esteja um dos principais pontos de encontro do produtor, principalmente o pequeno produtor, com um discurso que abarcava questões ambientais. O movimento de agricultura alternativa e as instituições e organizações derivadas dele foram importantes para a denúncia das consequências ambientais, sociais e econômicas do pacote tecnológico da Revolução Verde e na tentativa de produção de tecnologias para substituí-lo.

É importante destacar também que além de estar presente no III EBAA, o MST teve voz através do seu representante Fausto Andrelevicius que foi um dos debatedores do painel III *Caminhos para o Movimento de Agricultura Alternativa*, entre os 5 painéis que tiveram no evento. Na mesa de debate deste III painel se encontravam, José Lutzenberger, Adilson

---

<sup>23</sup> Na década de 1980, segundo Luzzi (2007, p. 21), “[...] as multinacionais já controlavam o setor químico e mecânico da agricultura, contudo [...] elas começam a voltar seu interesse para um setor bastante estratégico, o de produção de sementes [...]” (p.21). As da semente híbrida, que vão perdendo substancialmente sua alta capacidade produtiva se reproduzidas, estavam tomando espaço das sementes crioulas, e assim reduzindo a diversidade genética das culturas.

<sup>24</sup> O modelo de Revolução Verde começou a ser elaborado no pós II Guerra. Foi introduzido no Brasil na década de 1960 e apoiado pelo Estado como caminho para o desenvolvimento do campo. As principais técnicas que a caracterizam são o uso de espécies geneticamente modificadas e padronizadas para alto rendimento, utilização de maquinários em substituição da mão-de-obra e uso intensivo de insumos químicos. No Brasil foi criticada por nomes como Ana Primavesi, José Lutzenberger, Ricardo Abramovay, Jean Marc von der Weid, e movimentos sociais, por exemplo do MST, como veremos no decorrer deste trabalho.

Paschoal<sup>25</sup> e Jean Marc Von Der Weid<sup>26</sup>. A participação de Andrelevicius será melhor analisada no quarto capítulo, quando faremos a análise mais detalhada da participação do MST neste evento.

Passemos agora para a introdução do Projeto Tecnologias Alternativas/Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. A história do PTA/FASE teve início em 1981, quando Jean Marc Von Der Weid, após receber anistia e retornar da França para o Brasil, se aproximou das lutas pela terra no município de Parati-RJ. Ao perceber que a necessidade de assessoria era realidade de muitos produtores no campo, e que a pequena produção era incompatível com o modelo de produção agrícola proposto e incentivado pelo Estado, Jean Marc von der Weid passou, em 1981, a pensar em alternativas de produção mais compatíveis com os pequenos produtores em suas realidades específicas no campo (LUZZI, 2007, p. 37).

A PTA/FASE foi fundada em 1983 a partir da colaboração entre Jean Marc von der Weid e Silvio Gomes de Almeida, idealizadores do Projeto Tecnologias Alternativas, em parceria com Jean Pierre Leroy, coordenador da FASE<sup>27</sup>, com apoio da CPT. O PTA/FASE contava ainda com um financiamento aprovado pelo governo francês através do Solidarités Agro-Alimentaires (SOLAGRAL) e do Service Oecuménic d'Entraide (CIMADE), que enviaram dois franceses para trabalhar junto ao projeto Marcel Marloie, representando a SOLAGRAL e Alain Ruellan, representando a CIMADE (DIAS, 2004, p. 117).

Quando o PTA/FASE iniciou seus trabalhos de pesquisa por tecnologias alternativas no Brasil, as experiências regionais mostraram-se eficientes para solucionar os problemas no âmbito regional, mas não era possível se estabelecer uma solução de alcance nacional para a pequena produção, que era o objetivo inicial da PTA/FASE, assim como a Revolução Verde se propunha ao latifúndio. Porém Segundo Rosangela P. Cintrão<sup>28</sup>, em entrevista concedida a Luzzi em 2007 (p. 44), o perfil de esquerda dos técnicos produziu mais um trabalho de sensibilização política, enquanto que a sistematização e difusão de tecnologias alternativas ficaram em segundo plano.

---

<sup>25</sup> Engenheiro Agrônomo professor da ESALQ e assim como Lutzenberger, pioneiro do movimento de Agricultura Alternativa e crítico do uso de agrotóxicos.

<sup>26</sup> Economista agrícola e coordenador do PTA/FASE, viveu exilado de 1971 à 1979.

<sup>27</sup> A FASE é uma ONG que surgiu em 1961, comprometida com o trabalho de auto organização de trabalhadores urbanos e do campo a partir do associativismo e cooperativismo.

<sup>28</sup> Cintrão é engenheira agrônoma e já trabalhou junto ao Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais da Bahia (SASOP) de 1988 a 1992, Concluiu em 1996 seu Mestrado em Ciências Sociais com o título "ONGs, tecnologias alternativas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na zona da mata mineira". De 2005 a 2006 foi secretária executiva da Articulação Nacional de Agroecologia.

Devido à dificuldade dos técnicos do PTA/FASE em perceber que as práticas alternativas estavam presentes nos saberes do pequeno produtor, passaram a divulgar cursos de campo e ensinar as práticas que julgavam até então globalizantes. Criou-se uma espécie de pacote alternativo em detrimento da variedade de conhecimentos populares.

Em 1988, foi realizado no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional do PTA/FASE que ficou conhecido como Encontrão. Segundo Luzzi, esse encontro foi importante para ampliar a discussão sobre tecnologias alternativas e para a percepção de que elas possuíam influências que vão além das formas de produção, mas atuavam também nas relações de poder. Esse avanço foi importante para que a PTA/FASE passasse a rejeitar o próprio pacote tecnológico alternativo, uma vez que passou a atentar para a diversidade de realidades existentes do campo brasileiro e a criação de um pacote tecnológico generalizante não condizia com a intenção em se estabelecer um modelo de agricultura alternativa.

Entendia ainda que esta tecnologia que estavam procurando desenvolver não poderia ser pontual para resolver um problema, mas deveria possuir uma visão sistêmica da produção se quisesse se propor a ser solução para os problemas da agricultura como um todo (LUZZI, 2007, p. 52).

Dentro deste contexto de transição do movimento ambientalista, surgimento de grupos ligados a assessoria de produção no campo e discussão de tecnologias alternativas de produção que vinham acontecendo durante a década de 1980 no Brasil, deu-se a organização e surgimento de um movimento social rural, objeto de estudo deste trabalho, que atingiu grande expressão dentro e fora do Brasil.

A origem do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) foi precedida por um esforço despendido não apenas, mas também pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em organizar os trabalhadores do campo e elaborar o I Encontro Nacional dos Sem Terra, que ocorreu em Cascavel-PR, em 1984. Apesar do momento político de democratização, da luta pela terra e das experiências das Ligas Camponesas, João Pedro Stedile, em entrevista concedida a Fernandes em 1999, afirmou que provavelmente o MST não teria se formado como um Movimento de unidade nacional, se não houvesse tido a intervenção da CPT junto à luta dos trabalhadores rurais (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 21).

Veremos, então, com mais detalhes no próximo capítulo o contexto do surgimento e desenvolvimento deste movimento social.

### 3. A FORMAÇÃO DO MST E SUA RELAÇÃO COM A ECOLOGIA E OS MOVIMENTOS AMBIENTAIS

Neste capítulo buscaremos primeiramente elaborar uma contextualização acerca das condições do campo brasileiro durante o período de Ditadura Militar, para posteriormente trabalhar o contexto de surgimento do MST, o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a relação dos sem-terra com o Estado. Por fim, introduziremos o MST e sua aproximação com discursos ecológicos e com movimentos ambientalistas.

#### 3.1. A POLÍTICA AGRÍCOLA DO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Durante a década de 1960, os governos militares no Brasil colocaram em prática um programa de avanço tecnológico no campo com o objetivo de “modernizar” a área rural e aumentar a produção de alimentos e produtos destinados à exportação. Para tanto, foi estimulada a adoção de Pacotes da Revolução Verde, que neste momento, era sinônimo de modernidade (DELGADO, 2001, p. 165). Acreditavam que estas práticas poderiam tornar a agricultura brasileira forte e competitiva no mercado mundial.

Graziano da Silva refere-se a essa transformação do campo brasileiro como sendo uma modernização de cunho conservador, pois alterou a tecnologia de produção sem alterar a estrutura agrária, ou seja, o Brasil continuou baseado em latifúndios patronais e pouco se fez no sentido de reforma agrária (1982).

Segundo Medeiros<sup>29</sup>, citado por Luzzi<sup>30</sup> (2007, p. 8-9), na década de 1960 já existia um debate sobre desenvolvimento que havia produzido um consenso entre uma ala de intelectuais de que a presença do latifúndio era um indicativo do atraso no campo e discutia-se a reforma agrária, mas tinha o Governo Militar e as elites como opositores desta reforma.

Ricardo Abramovay indica que a pequena propriedade ou propriedade de pequena produção era definida, neste momento, por um limite de 20 hectares. Segundo o autor, essa maneira de delimitar a pequena propriedade levava a concluir que estas unidades produtivas estavam fadadas ao desaparecimento, pois tinham, a cada Censo, menos importância

---

<sup>29</sup> MEDEIROS, Leonilde S. **Luta pela terra e política fundiária: caminhos das últimas décadas**. Projeto olhar crítico, ActionAid, 2005. 20p.

<sup>30</sup> NilsaLuzzi, é agrônoma e em seu doutoramento se propôs a estudar as mudanças de estratégia de ação de empresas de pesquisa e extensão rural com a adoção de enfoques agroecológicos. Para tanto fez um levantamento de organizações e setores da sociedade que influenciaram a política que levou a essa guinada de estratégia ou pelo menos que levou a abertura também para este campo estratégico de produção que é o modelo agroecológico em oposição ao modelo do agronegócio.

econômica no desenvolvimento do país, e com isso se reafirmava a ideia de que o desenvolvimento da agricultura estava pautado nas unidades produtivas de grande extensão e patronais (ABRAMOVAY, 1997a, p. 18). Esse viés dado a pequenas unidades produtivas impactou negativa e diretamente nos planos de reforma agrária, e tornava difícil justificar a implantação de pequenas unidades produtivas, quando estas estavam supostamente fadadas a decadência e a grande propriedade fadada a desenvolver economicamente o país.

Com o golpe militar de 1964, o governo federal aprovou no mesmo ano o Estatuto da Terra e tomou para si o controle da questão fundiária e com ela a questão da reforma agrária. Como salienta Luzzi (2007, p.9), o Estatuto da Terra criou normas para desapropriação de terras, mas ao mesmo tempo a política de modernização agrícola ficou baseada em médias e grandes propriedades subordinadas ao abastecimento da indústria. Assim, o país optou pela “modernização conservadora”, e a reforma agrária, na prática, foi colocada em segundo plano até fins dos anos 1980 com a Constituição de 1988, quando Guilherme C. Delgado afirma que podemos encontrar alguns novos avanços dos direitos sociais e no Programa de Reforma Agrária (2001, p. 167).

Segundo aponta Delgado, um grupo de economistas e econométricos da USP liderado por Delfim Netto<sup>31</sup>, desconsideravam as relações de trabalho, a estrutura fundiária e as condições de trabalho do meio rural nos anos 1960 como problema econômico de relevância para a agricultura atingir seu papel no desenvolvimento econômico do Brasil (2001, p. 161).

Dessa maneira, o autor entende que a questão deixa de ser agrária e passa a ser agrícola, uma vez que esse debate negava a existência da primeira e encarava a modernização da produção agropecuária como caminho para que a agricultura cumprisse sua função: liberação de mão de obra para o setor industrial, criação de mercado consumidor dos produtos industrializados, fornecedora de matéria prima para a indústria e meio de expansão das exportações. Neste pensamento conservador, que descartava inclusive a necessidade de reforma agrária, só existiria crise e questão agrária, se estas funções não fossem cumpridas. (DELGADO, 2001, p. 161-162).

O Estatuto da Terra foi um conjunto de leis que davam a possibilidade do Estado desapropriar áreas que se enquadrassem nos critérios de improdutividade segundo a lei 4504<sup>32</sup> de 1964. Contudo, a existência dessa possibilidade não assegurava a aplicação da lei<sup>33</sup>, mas permitiu posteriormente que as famílias expulsas do campo baseassem suas lutas neste direito

---

<sup>31</sup> Delfim Netto assumiu em 1967 o Ministério da Fazenda.

<sup>32</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)

<sup>33</sup> Segundo Bernat (2012, p. 49), o governo se utilizava do Estatuto da Terra mais como uma ferramenta para resolução de conflitos graves, em que a repressão não havia sido efetiva para desorganizar os movimentos.

de desapropriar áreas improdutivas e dividir a terra entre aqueles que precisavam dela e poderiam nela trabalhar.

Como forma de incentivo a modernização do campo, o Estado brasileiro desenvolveu políticas e programas que fortaleciam instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, e estabeleceu um sistema de crédito rural<sup>34</sup> vinculado a incorporação do pacote tecnológico.

Segundo José Eli da Veiga, que estudou os processos de afirmação da agricultura familiar e sua relação com a sustentabilidade no início dos anos 1960, apesar das lutas das Ligas Camponesas do Nordeste e os movimentos por terras no Sul e Sudeste, a pressão não foi suficiente para que os governos deste período optassem pelo incentivo a agricultura de pequena propriedade de base familiar. Com a ditadura, o incentivo fiscal para ocupação do Oeste e o programa Proálcool, principalmente no Sudeste, priorizaram o latifúndio patronal da monocultura da cana-de-açúcar (1996, p. 390).

Junto com o pacote tecnológico da Revolução Verde, criou-se no imaginário social a ideia de que as práticas agrícolas tradicionais eram atrasadas e pouco produtivas. Segundo José Graziano da Silva (1982), essa difusão ideológica de modernização, que advinha também do Estado, principalmente através das instituições de ensino, pesquisa e extensão, objetivava valorizar as inovações tecnológicas na produção em grandes propriedades de gêneros de exportação e em detrimento dos conhecimentos tradicionais, aplicados na produção em pequenas propriedades e mais voltados aos gêneros alimentícios.

Ao fim dos anos 1970 e início da década de 1980, as consequências sociais desse modelo tecnológico insuflaram os questionamentos acerca de sua eficiência. Constatava-se cada vez mais os danos sociais e ambientais deste modelo, que vieram a favorecer o surgimento de debates e propostas alternativas.

Apesar do emprego de certa quantidade de mão-de-obra no campo, esta era mal remunerada, o que, somada às tecnologias que dispensavam mão-de-obra, contribuiu para o êxodo rural e para o crescimento dos perímetros urbanos. Nilsa Luzzi aponta que

Os impactos sócio-culturais são verificados através do intenso êxodo rural e conseqüente inchaço do meio urbano, da manutenção do padrão de distribuição da posse da terra, da precarização das relações trabalhistas, da desqualificação ideológica do conhecimento tradicional dos agricultores, do empobrecimento da população rural, da dependência tecnológica e de produtos externos à propriedade, entre outras [...] (2007, p. 13)

---

<sup>34</sup> Como o crédito era concedido para aqueles que pudessem adotar o pacote tecnológico, ele acabou por favorecer um parcela muito pequena dos agricultores, ou seja, aqueles que se encontravam entre o quadro das médias e grandes propriedades.

O êxodo rural levou a um rápido crescimento populacional principalmente das capitais industrializadas e/ou em processo de industrialização. Acarretou também com a formação de bairros periféricos em função de atender diretamente a indústria ou simplesmente por serem regiões de custo mais acessível para as famílias mais pobres. João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais apontam que estas pessoas que migravam da área rural, iam para as cidades ocupar trabalhos de baixa qualificação e alguns poucos de média qualificação. As mulheres trabalhavam de

[...] empregadas domésticas, caixas, manicures, cabeleireiras, enfermeiras, balconistas, atendentes, vendedoras, operárias [...]" e os homens como "[...] porteiros, vigias, garçons, [...]operários de fábrica [...] pedreiros, encanadores, pintores [...]" (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 584)

Diante dessa mobilidade de pessoas de uma área a outra, seja do meio rural para o urbano ou mesmo do rural para outras áreas de assentamentos rumo às fronteiras agrícolas, Mello e Novais consideram que os anos entre 1950 e 1980 foram "de uma sociedade em movimento", tanto entre espaços geográficos quanto entre culturas, classe social e modos de vida (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 585-856). Os autores apresentam que em três décadas 39 milhões de pessoas migraram para as cidades, sendo 8 milhões em 1950, 14 milhões em 1960 e 17 milhões em 1970 (1998, p. 581)

Mello e Novais apontam ainda a respeito da vida que o pequeno agricultor encontrou nas cidades:

As possibilidades de ascensão do trabalhador comum são bastante limitadas. Na indústria, um ou outro consegue se erguer até o trabalho especializado ou semi-especializado; alguns passam da pequena para a grande empresa, que paga melhor. [...] pouquíssimos poderão até chegar ao objetivo sonhado por todos: trabalhar por conta própria, ganhando para si mesmo, sem patrão, sem horário rígido, sem tarefas monótonas e contínuas. (1998, p. 600)

É possível aqui traçarmos um paralelo com o que Borges (2004) nos aponta sobre os desejos do camponês. Podemos ver que ser dono da sua força de trabalho era a esperança do trabalhador tanto do/no campo quanto do/no meio urbano.

Os mesmos autores ressaltam que embora os salários fossem baixos, os trabalhadores foram se incorporando ao padrão de consumo moderno, trocando o consumo dos produtos in natura pelos enlatados, mais baratos. A vida nas cidades aumentou o acesso a saúde e educação pública, embora Mello e Novais afirmem que fossem de baixa qualidade e nas escolas a maioria das crianças a abandonassem antes da quarta série. (1998, p. 621-622)

Feitas estas considerações acerca das políticas que o Estado estava adotando para o campo, que incentivava a produção em escala, concentrava terras e elevava o êxodo rural, vejamos como alguns agricultores se inserem neste contexto e a partir de uma frente de oposição fundam o MST como expressão de suas lutas.

### 3.2. O MST, A CPT E O ESTADO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra não foi a única forma de expressão social que os trabalhadores rurais expropriados de suas terras criaram, mas foi mais uma entre as ferramentas que foram se desenvolvendo entre grupos de famílias sem terra para dar expressão à luta no campo nos anos 1980.

Segundo Bernat (2012, p. 47) nos aponta, em muitos dos casos, a modernização agrícola promovida em grande escala pelo Estado brasileiro na década de 1970 levou a exclusão do campo de parte dos colonos dos setores agrários mais frágeis e pequenos proprietários, e subsequente êxodo rural no sentido dos polos industriais urbanos ou áreas de colonização oficial<sup>35</sup> ou para trabalhar como empregados em atividades agrícolas diversas.

Bernat avalia que a colonização oficial foi um fracasso como Reforma Agrária, pois estruturou a colonização nos modelos de grande propriedade sem levar em conta os costumes e necessidades dos colonos (2012, p. 47). Na prática, facilitou a acumulação de terras por parte da indústria nacional e estrangeira, e dificultou o acesso e permanência dos pequenos produtores que haviam abandonado suas terras e rumado para a colonização da região amazônica.

No fim da década de 1970, alguns acontecimentos no Rio Grande do Sul vieram a contribuir para a formação, em 1984, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra<sup>36</sup>. Em 1978, a expulsão de cerca de 1800 famílias de colonos da reserva Indígena Nonoai no Rio Grande do Sul, de certa maneira, marcou uma forma de organização social do campo. Segundo João Alexandre Peschanski, que em sua dissertação faz um estudo sobre a história

---

<sup>35</sup> Colonização na região amazônica incentivada pelo Governo Militar.

<sup>36</sup> A respeito do nome do movimento, apesar de se considerarem herdeiros das Ligas Camponesas, optou-se pelo conceito de “trabalhadores rurais sem-terra”. Stedile afirma, em 1999, que embora em essência o MST seja um movimento camponês, “[...]a palavra ‘camponês’ é meio elitizada. Nunca foi usada pelos próprios camponeses. Não é, digamos, um vocábulo comum. O homem do campo geralmente se define como agricultor, trabalhador rural ou como meeiro, arrendatário. É, na verdade, mais um conceito sociológico e acadêmico, que até pode refletir a realidade em que eles vivem, mas que não foi assimilado. Não sendo uma palavra popular, não tinha como colocá-la no nome do movimento. [...]” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 31). Muito embora veremos citações retiradas dos Cadernos de Formação em que é utilizada a palavra camponês quando se faz referência a esses trabalhadores e/ou seu estilo de vida próprio.

das formas de organização do MST, estas famílias ao serem expulsas da reserva indígena foram se abrigando como conseguiram, e muitas delas se alojaram em paróquias onde tiveram contato com membros da Comissão Pastoral da Terra, uma ala da Igreja Católica que fazia a leitura da função social da religião de uma maneira diferente da tradicional (2007, p. 15).

Segundo João Pedro Stedile, o primeiro trabalho intelectual com este grupo de agricultores sem terra foi estabelecer uma análise de conjuntura em que se alterasse o foco da luta, ou seja, ao invés de os agricultores se unirem para reivindicar as terras dos indígenas, eles precisavam compreender a forma de organização capitalista do campo para perceber que aquelas terras eram historicamente propriedade indígena e que as terras que deveriam ser conquistadas eram as que se acumulavam nas mãos de uma minoria de grandes proprietários que não faziam o uso adequado dela (1997, p. 71). E aqui, o autor se baseia também no Estatuto da Terra<sup>37</sup> quando pensou em uma forma de uso adequada da terra e na desapropriação do latifúndio para se fazer a reforma agrária.

Peschanski aponta que as Conquistas em Ronda Alta e das Glebas Macali e Brilhante, em 1979, foram espécies de revelação e incentivo para outros grupos de trabalhadores rurais de outras regiões do país se organizarem (2007, p. 49). Essas conquistas também acabaram por conferir à CPT papel fundamental na difusão dessa experiência de luta baseada na ocupação da terra, pois estava em frequente contato com as dificuldades destes agricultores e os auxiliando na organização. Como relata Peschanski, durante a primeira metade dos anos 1980, “[...] Os setores da Igreja atuantes nas mobilizações camponesas articularam [...] encontros estaduais, regionais e nacionais com o intuito de criar laços entre as diferentes iniciativas com as quais estavam envolvidos. [...]” (PESCHANSKI, 2007, p. 7).

Ainda para Peschanski, o momento histórico de fundação do MST coincidiu com o processo de mecanização do campo, fome e desemprego da zona rural e com os protestos das décadas de 1970 e 1980, que criaram inicialmente uma identidade entre os militantes que dispensou, em parte, o esforço em estimular a participação política, pois a proximidade entre os objetivos deu um caráter de quase homogeneidade das demandas (2007, p. 84).

Apesar de as terras públicas reivindicadas pelas famílias sem-terra em Ronda Alta, Rondinha, Glebas Macali e Brilhante já terem sido anteriormente reivindicadas pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) em 1958 e 1963, em 1979, o Governo Federal havia se comprometido a assentar as famílias acampadas quando fosse feita a reforma agrária.

---

<sup>37</sup>Lei 4.504 de novembro de 1964.

Como afirma Bernardo Mançano Fernandes, este comprometimento do Governo levou os agricultores a se desmobilizarem durante a espera do cumprimento do acordo, (2000, p. 51). Posteriormente, no entanto, quando se tornou evidente para estes agricultores a intenção do governo em descumprir o acordo de assentar as famílias, foi retomada a luta por terras a partir da ocupação, contra uma organização política e social que desafiava e marginalizava os costumes e a moral destes grupos. Para Peschanski (2007), esta conjuntura somada a outros acontecimentos levou a formação do MST.

Em 1984, a CPT ajudou os trabalhadores do campo a se organizarem no I Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel-PR. Esse encontro possibilitou a articulação de lutas isoladas pelo direito a terra em diversos estados pelo país e foi neste encontro que se criou, oficialmente, o MST. Entre as bandeiras de luta estava a reforma agrária, a luta por uma sociedade justa e pelo fim do capitalismo (MST, 1984).

Parte da origem da discussão acerca das dificuldades do campo em consequência da modernização tecnológica do meio rural no Brasil está ligada ao estabelecimento da CPT, fundada em 1975, por padres, bispos, especialistas em questões rurais e trabalhadores rurais. Peschanski (2007, p. 56) ressalta que a Igreja Católica, em sua vertente progressista, não foi meramente incentivadora da organização camponesa, mas aponta que a CPT e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) orientaram a forma de organização coletiva das tarefas e de tomada de decisões.

A Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra e inspirada na Teologia da Libertação, teve grande importância na organização crítica e criação de uma nova proposta de sindicalismo<sup>38</sup>. Tinha como base os setores da população que se viam privados dos seus direitos, atuando inicialmente nos conflitos pela terra em assentamentos de colonos na Amazônia e no Nordeste, abrangendo movimentos dos sem-terra, dos seringueiros e dos atingidos por barragem.

Os conflitos entre trabalhadores rurais expropriados de suas terras e latifundiários ocorriam por diferentes estados da federação. Para Bernat (2012), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi se articulando com a pretensão de concentrar e organizar estas lutas que apesar de diferentes em suas especificidades tinham como foco a reforma

---

<sup>38</sup>Luzzi (2007, p. 82), baseando-se em *Sindicalismo rural: organização, estrutura sindical e perspectivas*, de Paulo C. Brancher, afirma que os sindicatos e seus estatutos eram de ordem do governo, contudo não podemos pensar que os sindicatos foram passivos e condizentes com todas as políticas do regime militar. Ao mesmo tempo que se beneficiava da parceria com o Estado, tentava, por vias legais e amparadas pelo próprio Estatuto da Terra, manter a bandeira de reforma agrária como ponto de unificação entre os trabalhadores.

agrária e assim esperavam alcançar maior representatividade e condições de negociar suas demandas.

Peschanski utiliza-se de Michel Löwy<sup>39</sup> para afirmar que o MST seria fruto de uma cultura sócio-religiosa cristã que se opunha aos ataques que a ordem do Capital fazia aos laços de solidariedade pregados pela ideologia cristã progressista, baseados no Concílio Vaticano II, de 1965, que percebia uma incompatibilidade das doutrinas católicas com o capitalismo. A base da análise social da CPT seria, segundo o autor, de inspiração marxista e tirava o pobre da perspectiva de vítima e refém da caridade, colocando-o como sujeito autor de suas próprias histórias. (PESCHANSKI, 2007, p. 39).

A ação da CPT encontrava resistência dentro da Igreja Católica, e isso pode ser observado a partir, por exemplo, da condenação de ocupações no Rio Grande do Sul por parte dos bispos do Estado. Peschanski (2007, p. 52) aponta para o caso do bispo Cláudio Colling, de Passo Fundo, que condenou a ocupação do acampamento Encruzilhada Natalino-RS. No entanto, Peschanski relata também que em 1981, devido à forte repressão do Estado sobre este acampamento e perseguição dos membros da Igreja que apoiavam os Sem-Terra, a Igreja posicionou-se ao lado dos acampados e o destaque adquirido pelo acampamento o colocou como símbolo de resistência no campo contra a ditadura naquele momento.

Ainda de acordo com Peschanski, os missionários, através da Teologia da Libertação, atuavam junto aos trabalhadores rurais através de quatro principais meios de ação: 1) pressionava o Governo Federal pela reforma agrária<sup>40</sup>; 2) enviava militantes seminaristas para dar assistência a mobilizações de trabalhadores rurais sem-terra; 3) atuava junto a sindicatos para fortalecer a defesa dos trabalhadores; e 4) ajudava na preparação de encontros nacionais e estaduais de trabalhadores rurais para trocas de experiências e estabelecimento de vínculos entre eles<sup>41</sup>. (2007, p. 58).

Com o processo de redemocratização do país, ocorreu uma reorganização e revalorização dos meios institucionais de participação política. Com isso se deu um afastamento da Igreja dos espaços de luta direta, com a tomada de uma postura mediadora entre Estado e camponês sob a ordem da democracia e alguns de seus grupos mais radicais

---

<sup>39</sup>LÖWY, Michael. The Socio-Religious Origins of Brazil's Landless Rural Workers Movement. **Monthly Review**, vol. 53, junho de 2001.

<sup>40</sup> Junto a técnicos agrícolas e outros setores que lutavam pela reforma agrária, missionários da Teologia da Libertação pressionaram o governo pela reforma agrária e participaram diretamente da elaboração, em 1985, do Plano Nacional de Reforma Agrária (PESCHANSKI, 2007, p. 58).

<sup>41</sup> Entre 1979 e 1985 a CPT através da Teologia da libertação promoveu e ajudou a articular encontros regional, estadual, e nacionalmente, em favor das lutas camponesas que emergiam. (PESCHANSKI, 2007, p. 59).

que se mantiveram na luta direta do campo acabaram, sendo marginalizados na estrutura eclesial (PESCHANSKI, 2007, p. 64).

Mesmo assim, o MST manteve-se ligado a ideais da Teologia da Libertação e sua separação da estrutura eclesial foi se dando de forma progressiva, sem um ato formal. Esse processo foi ocorrendo de diversas maneiras como, por exemplo, segundo levantamento da pesquisa de Peschanski, a redução do número de missionários entre as lideranças do movimento após 1985 (2007, p. 71).

Além de ter uma diminuição na participação de missionários da Teologia da Libertação, o autor aponta também que ocorreu um aumento no número de militantes partidários e sindicalizados (2007, p. 71). Vale ressaltar aqui que o afastamento se deu em uma via de mão dupla, tanto da Igreja com o MST quanto do Movimento com a Igreja, mas as inspirações da Teologia da Libertação se mantiveram dentro da organização do Movimento. Um exemplo da permanência dessa inspiração são as místicas. Stedile (2005) explica que

[...] Antes só imitávamos: “A Igreja usa determinada liturgia mística para manter a unidade em torno do projeto do Evangelho”. Quando forçávamos a cópia, não dava certo porque as pessoas têm de ter o sentimento voltado para algum projeto. A partir dessa compreensão, em cada momento, em cada atividade do movimento, ressaltamos uma faceta do projeto como forma de motivar as pessoas. (p. 131)

[...] Até por influência da Igreja, tínhamos a mística como um fator de unidade, de vivenciar os ideais, mas, por ser uma liturgia, vinha muito carregada. Com o passar do tempo – tudo é um processo de construção – fomos nos dando conta de que se tu deixas a mística se tornar formal ela morre. A mística só tem sentido se faz parte da tua vida [...] (p. 130)

Nesse sentido, Borges afirma que a partir das entrevistas realizadas para sua tese, ela pôde perceber a mística para além de resquício da influência da Teologia da Libertação. A Autora apresenta a mística como caminho para uma reflexão acerca do indivíduo e do coletivo nas práticas e representações do MST, e a partir daí procurar entender os sonhos dos assentados em sua materialidade, principalmente no que tange a conquista da terra para permanência e cultivo enquanto um ato de liberdade, objetivando ainda transformações sociais. (BORGES, 2004, p. 315-316)

A partir de 1985, o entendimento da ocupação da terra foi se transformando e o Movimento passou a declarar a Luta Pela Terra em prol da reforma agrária como o ponto inicial para se poder conquistar a dignidade da vida no campo.

Bernat salienta em seu trabalho a importância para o MST, e para quem pretende compreender o Movimento, de se entender que reforma agrária e Luta pela Terra são coisas distintas. O autor aponta que a reforma agrária é uma política de responsabilidade do Estado, enquanto que a Luta pela Terra foi a forma como movimentos sociais do campo encontraram para pressionar o Estado a fazer com que esta política fosse cumprida (2012, p. 90).

Mesmo com a abertura política ao fim do Regime Militar e a elaboração da Constituição de 1988, a execução do Plano Nacional de reforma agrária ficou limitada, segundo Bernat (2012, p.49), devido a composição parlamentar de oligarquias rurais influentes chamada de bancada ruralista<sup>42</sup>. Barcellos, que em sua dissertação estudou o contexto do surgimento do discurso agroecológico no MST, aponta que durante os anos 1990, diante do endividamento do Brasil no cenário mundial e a necessidade de manter saldos comerciais positivos, os ruralistas tinham apoios governamentais sob o pretexto do agronegócio ser o setor que mantinha a balança comercial favorável com o crescimento das exportações in natura (2010, p. 35).

Esta retroalimentação entre bancada ruralista e Governo foi tomada pelo MST como representação do Capital contra a qual o Movimento se colocava. Assim, podemos pensar que se fortaleceu a ideia de oposição ao latifúndio com base na monocultura mecanizada, e fazer um paralelo entre esta articulação do MST e elementos aos quais também se opunha o movimento ambientalista.

Bernardo Mançano Fernandes resume a relação dos ruralistas com o agronegócio e contra a reforma agrária dizendo o seguinte

As diferenças e semelhanças entre ruralistas e agronegócio podem ser melhor compreendidas pelas relações que estes mantêm. Os ruralistas da década de 1980, em parte, integraram-se ao agronegócio por meio da produção ou pelo arrendamento da terra para as corporações. Os ruralistas, em grande parte, são formados por pecuaristas, produtores de soja e de cana de açúcar. Grandes latifundiários encontraram no modelo do agronegócio uma forma de utilizar suas terras para a expansão da soja e da cana, arrendando ou produzindo. O latifúndio controla grande parte das terras agricultáveis e por sua própria natureza as mantém improdutivas. O agronegócio avança sobre essas terras, por meio de sua lógica de produtividade de monoculturas em grande escala. As mudanças no uso do solo de pecuária para soja ou cana tornaram-se uma marca do processo em que improdutividade e produtividade se unem como barreiras às políticas de reforma agrária. (2008, p. 4)

---

<sup>42</sup>Bernat (2012, p. 50) correlaciona que foi neste período, mais precisamente em 1985, que se formou a União Democrática Ruralista (UDR), com reivindicações e políticas que pretendiam impedir a desconcentração da posse da terra.

Para o MST, a reforma agrária e a conquista da terra deveriam ser o ponto de partida, porque quando superada a primeira dificuldade, que era a posse da terra, o movimento passaria a buscar a solução de um outro problema mais relacionado a como garantir a estabilidade social e econômica para essas famílias assentadas. Só a posse da terra não daria conta de garantir o sucesso dos assentamentos, e com a frente de oposição do Estado e dos setores ruralistas crescendo, era preciso mostrar a viabilidade de se assentar no campo as famílias oriundas da reforma agrária. Os assentados deparavam-se, muitas vezes, com as dificuldades de produção devido à baixa qualidade da terra nos lotes e falta de recurso para investir na produção. Quando conseguiam produzir, muitas vezes enfrentavam dificuldades com a comercialização, sem contar a falta de atendimento à saúde e de acesso à educação condizente com as necessidades do movimento (LUZZI, 2007, p. 106).

Com o intuito também de superar estas dificuldades, em 1986, o MST tentou estimular de maneira prática e não só teórica as ações coletivas, tanto de caráter decisório como de cooperação agrícola e criação de cooperativas para produção e comercialização. Apesar de incentivar o modo cooperativo de produção, o MST expressava em documentos que era da competência de cada assentado ou de cada família assentada escolher como organizar a posse da sua terra, individualmente ou trabalhando-a coletivamente, porém o MST se posicionava através dos cadernos de formação dando preferência a opções mais coletiva possível de utilização da terra (MST, 1986b).

Também como tentativa de estimular a coletividade nos assentamentos, o MST investiu na organização interna, na sua estrutura administrativa, como forma de dar maior unidade ao movimento que era de abrangência nacional.

### 3.2.1. Estrutura Organizacional do MST

Desde sua fundação, o MST teve formas diferentes de organização. Entre os anos 1980 e início de 1990, Bernat aponta que as decisões eram bastante assessoradas por sindicalistas, membros da CPT, e ao mesmo tempo se desenvolviam posicionamentos que apontavam para a necessidade da organização e das decisões serem mais autônomas e próximas de um modelo de democracia direta (2012, p. 134). Sugere ainda que o processo econômico dos anos 1990 ao qual o MST se refere como sendo de neoliberalização da economia brasileira, foi um fator que exigiu do Movimento uma organização mais formal, que preparasse melhor os militantes (BERNAT, 2012, p. 134).

A partir do relato de Carlos Finhler<sup>43</sup> em entrevista concedida a Bernat, podemos ter uma ideia de como se organizava o MST até meados de 1990.

Lá por 84, 85, 86 por esses anos até 88 não havia assim uma coordenação mais formal; existiam os acampamentos os assentamentos, poucos na época, e quando se precisava discutir algum assunto mais, ou fazer uma atividade mais política estadual, se chamava representantes de cada área; sentava-se, discutia-se, tirava-se encaminhamentos, voltava para as áreas, analisava, fazia as ações, depois voltava a se avaliar aquilo novamente e tal. (...). Passados os anos oitenta, 87-90, nós passamos a organizar as coordenações regionais no Paraná: Região Centro, Região Oeste, Região Sudoeste, Região Norte... Todas eram MST, muitas coisas se faziam nos Encontros Regionais, depois tinha o Encontro Estadual, tínhamos a Direção... vêm no início não era Direção, nós chamávamos de “Executiva”, uma “Executiva Central”, depois foi transformada em Direção. Quando era Executiva, a nossa forma de tomar as decisões era muito assessorada por sindicalistas, por membros da Igreja Católica da Comissão Pastoral da Terra (a Pastoral da Terra sempre assessorava, padres... pessoas assim que tinham mais conhecimentos; eles vinham, explicavam as coisas para nós, traziam informações...); depois fomos percebendo que o Movimento estava crescendo, a realidade estava mudando e precisaríamos ter uma Direção mais própria; isso foi polêmico porque fomos ganhando autonomia do movimento sindical, do movimento mais eclesial... e nós éramos filhos [deles]: é nem quando um adolescente quer começar a caminhar com as próprias pernas e daí os pais ficam meio enciumados, quer pegar o carro sem pedir licença.

A meados dos anos 90, com essa onda neoliberalizante da economia é que nós fomos sentindo muitos limites; a burguesia passou a nos tratar diferente, nos transformou em inimigos do sistema, então a gente foi obrigado a dar qualidade, qualificar mais a militância, qualificar a organização, ter mais militante com mais capacidade. (2012, p. 134)

Como apresentado por Bernat, temos que pensar que o MST não se desfazia de seu método de organização quando um novo modelo era necessário, o caminho era o da adaptação de estruturas e elementos que davam resultados, com outros que viessem a ser criados, como por exemplo as divisões em Setores e Núcleos de Famílias (que posteriormente passou a ser chamado de Núcleo de Base) que se mantiveram desde sua fundação (2012, p. 140).

Segundo o MST<sup>44</sup> (2007, p. 40-41, apud BERNAT, 2012, p. 153), anteriormente a nucleação do assentamento pela Nova Organicidade, em 2003, as decisões ficavam em função de assembleias, que são difíceis de organizar, e na prática, as dirigências nacionais do MST

<sup>43</sup> Carlos Neudi Finhler foi integrante do MST desde 1984, e coordenador de acampamentos na Região Sudoeste do Paraná no final dos anos 1990. Quando foi feita a entrevista, Finhler era atuante na Secretaria Estadual do MST no Paraná. (BERNAT, 2012, p. 229).

<sup>44</sup> MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-PR. **Cartilha de Subsídio para Estudo. Kenô Vive: Reforma Agrária por Justiça Social e Soberania Popular! Cartilha num. 8.** Curitiba: MST, Dezembro de 2007.

não estavam vendo eficiência, pois as decisões acabavam sendo tomadas por poucos indivíduos ligados diretamente ao dirigente do assentamento.

Para Peschanski, na década de 1990, a atuação do governo federal influenciou decisivamente a forma organizacional do MST. Como opositores, o Movimento e o Governo Federal iniciaram um embate cultural pelo significado da Reforma Agrária: para o primeiro, uma bandeira justa e necessária; para o segundo, algo arcaico e superado. O MST conformou sua organização ao contexto dinâmico em que se situava e decidiu por organizar protestos massivos, de impacto nacional, para promover sua pauta política (2007, p. 104). Assim é possível supor que a conjuntura litigiosa principalmente durante os anos 1990, entre MST e Governo, pode ter sido um dos fatores que acabou levando o Movimento a adotar uma postura mais centralizadora e de fortalecimento dos laços internos.

Se com Viola (1998) vimos que durante o governo Collor, a política ambiental teve um certo destaque no cenário nacional, Barcellos (2010, p. 32) aponta que durante a década de 1990, com o governo Collor e FHC, o processo de abertura da economia tornou-se forte entrave a consolidação de assentamentos rurais. Foi retirado o crédito especial para reforma agrária e assistência técnica, criados no governo Sarney, o que enfraqueceu o processo de assentamento rural, dificultando o desenvolvimento das famílias assentadas. Assim, a organização para produção em cooperação foi apresentada nos Cadernos de Formação deste período como uma ferramenta para promover a união entre os acampados/assentados, um meio de dar continuidade a luta pela reforma agrária e pelo assentamento no campo.

Barcellos aponta que a fim de atingir a organização coletiva e se diferenciar da forma capitalista de produção, nos anos 1990, o MST passou a desenvolver atividades e estratégias que poderiam incentivar a cooperação para a produção e a formação social. Entre elas o autor cita os congressos, oficinas, místicas e produção de materiais de divulgação, como cartilhas<sup>45</sup>, jornais e revistas e criação das Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs). Estas últimas, afim de tornar os assentamentos economicamente viáveis<sup>46</sup> (2010, p. 30). Segundo o referido autor, estas estratégias influenciaram a ideologia de organização social, política e econômica de produção do Movimento.

---

<sup>45</sup> As cartilhas são produções pedagógicas do MST que tem por objetivo difundir os preceitos do MST e formar os acampados e assentados para a defesa de suas bandeiras. As cartilhas atingem as escolas do movimento, espaços de formação e discussão de militantes, pesquisadores, estudantes, técnicos e simpatizantes do movimento.

<sup>46</sup> É preciso ressaltar, como também reconhece Bernat (2012, p. 152), que apesar de incentivar o trabalho cooperativado, as famílias não são obrigadas a trabalhar coletivamente. No entanto, existe dentro do MST uma proposta de auxiliar com aporte de informação, visitas e intercâmbios entre seus assentamentos que funcionem de maneira cooperativada para a formação dos acampamentos/assentamentos interessados neste modelo.

Barcellos destaca que essa discussão e articulação coletiva de produção foram embasadas em um ideário marxista-leninista que na década de 1980 abriu espaço para iniciar a desarticulação do MST do discurso e de ações do eixo político religioso ligado às CPT (2010, p. 30). No entanto, não podemos esquecer que os próprios missionários introduziram também contestações de cunho marxista às bandeiras do Movimento. Sendo assim, essa desarticulação apresentada por Barcellos não pode ser compreendida como um desligamento completo da CPT, mas uma diminuição da dependência da Igreja em favor de uma construção mais autônoma do Movimento. Visto também que a organização da Igreja católica pós reabertura política do país procurava se afastar da Teologia da Libertação e das lutas sociais no campo.

Isaac Bernat defende que a Nova Organicidade foi uma estratégia do MST que visava integrar mais as bases nas decisões políticas, e relaciona sua criação e aplicação à conjuntura histórica do início dos anos 2000. Sustenta que o MST percebeu que nenhum governo, mesmo o do PT, um antigo aliado, teria "[...] a força e a vontade suficientes para reverter o cenário desfavorável para aplicar a Reforma Agrária [...]" (BERNAT, 2012, p. 148).

Peschanski em seu trabalho colhendo e sistematizando dados sobre a alternância de dirigências do MST nas cadeiras da Direção Nacional demonstra que durante os anos 1990 poucos dirigentes saíram do cargo de representantes na Direção Nacional, que "[...] 47% das lideranças que integraram a direção em 1988 compuseram a instância em 1996 [...]" (PESCHANSKI, 2007, p. 95), e conclui que

[...] apesar de ser um período em que a base do MST aumentou consideravelmente, com a intensificação de ocupações, as novas pessoas que ingressaram no movimento tiveram pouca oportunidade para assumir cargos de direção nacional [...]" (PESCHANSKI, 2007, p. 96).

Esses dados reafirmam um caráter de concentração de poder e falta de participação das bases que Bernat (2012) aponta. No entanto, Peschanski demonstra que gradualmente, após 2002, ano em que o MST intensificou a divulgação da Nova Organicidade, esse caráter de “rotação das cadeiras” começou gradativamente a se inverter. Afirma: "O grupo fundador da instância perdeu representatividade – a partir de 2002, só 7% das lideranças de 1988 permaneceram no cargo; 17% das de 1989" (PESCHANSKI, 2007, p. 97), e ressalta que

Em 2004, iniciou-se uma nova fase na composição da DN [Direção Nacional], em que novas lideranças ocuparam mais cadeiras do que as que já haviam estado na instância em outro momento. [...] treze lideranças, representando 54% do total, chegaram à Direção pela primeira vez. (PESCHANSKI, 2007, p. 98).

Em entrevista concedida à Peschanski, Ademar Bogo tenta esclarecer por que, após os anos 1990, e com a Nova Organicidade, o Movimento se encontrava em um momento de maior democratização das decisões políticas, e explica:

Antes, o dirigente ia para as reuniões estaduais e não sabia quantos núcleos tinha, se estavam se reunindo, se as escolas estavam funcionando etc., porque não conseguia passar nos assentamentos dispersos em vários municípios. Agora, cada dirigente tendo 500 famílias organizadas em 50 núcleos, ele está próximo de em média 2.500 pessoas. Acompanha com mais 10 dirigentes que formam o círculo de direção e cada um tem 5 núcleos para acompanhar. Estrutura os setores e os acompanha, onde também, para cada 5 núcleos, existe 1 representante por setor que são 8 no total. Então faça a conta: 10 dirigentes, mais 10 de cada setor multiplicados, por 8 (setores) dá 80 (com mais 10, são 90 ao todo) E, ainda temos em cada núcleo 2 coordenadores que somam 100 pessoas. Logo, em uma brigada de 500 famílias, temos 190 lideranças de fato ou em processo de formação. Ou seja, aquilo que era feito por um dirigente e mais alguns representantes de setores regionais, agora foi multiplicado por 190 e com a vantagem de que, naquela regional pode haver várias brigadas de 500 famílias. (2007, p. 108-109).

A Nova Organicidade parece ter sido uma tentativa de incentivar trabalhos coletivos e uma forma de inserir bandeiras como a de igualdade de gênero nos espaços de vivência dos assentados. Para Bernat, com a participação nos espaços coletivos de decisão e trabalho que a Nova Organicidade pressupõe, "Com o exercício da cooperação, consegue-se manter os vínculos orgânicos que depois do período do acampamento nem sempre se mantêm pulsantes [...]" (2012, p. 151).

Para outros estudiosos da organização do movimento, como Miranda e Cunha (2013) e também Bernat (2012), nos estados em que se optou por esta nova forma de organização, foi possível o aumento da participação dos assentados nos processos decisórios, porém, em comparação com as expectativas, os autores concordam que esta participação ainda é reduzida.

Sobre um suposto distanciamento dos assentados em relação organização do MST, Borges salienta que a partir das entrevistas realizadas para sua tese

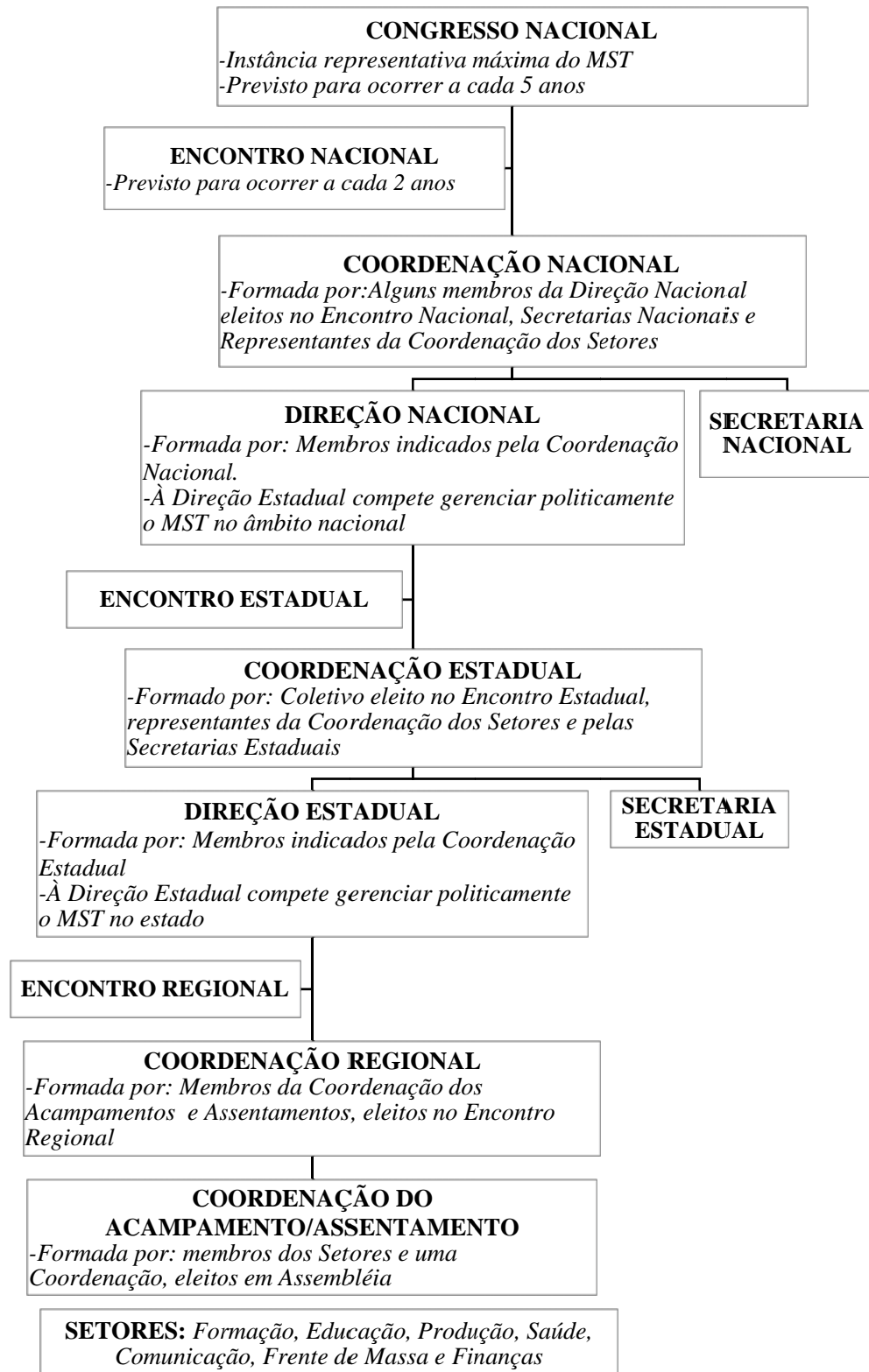
[...] se não participam cotidianamente das lutas orquestradas pelo MST, isso não se dá por terem perdido a “crença” no Movimento como fundador e organizador das práticas e representações, mas pelo fato de que a terra requer outras frentes de luta, como as travadas no cotidiano do trabalho na terra. [...] (2004, p. 175-176)

A autora afirma ainda que mesmo sofrendo no cotidiano com as políticas econômicas insatisfatórias, acesso precário a saúde, educação e transporte, para os assentados a luta para permanecer na terra através do trabalho, do cultivo, era parte da representação do ser camponês que formava a subjetividade do assentado. Não deixava de ser uma representação de luta contra o capital, pois a terra para quem nela trabalha, representava a liberdade perante o patrão, perante o latifúndio (2004, p. 175-176).

Levando em consideração a possibilidade de algumas especificidades na organização de acordo com qual estado e região estamos estudando, vemos então, de uma forma mais genérica, as instâncias de organização interna do MST prévias a implantação da Nova Organicidade, pois era a estrutura que existia durante o período estudado neste trabalho.

No Caderno de Formação nº 30, de 1998 (1998e, p. 41), podemos ver a existência das instâncias “Coordenação dos Assentamentos/Acampamentos”, “Coordenações Regionais”, “Direção Estadual”, “Coordenação Estadual”, “Direção Nacional”, “Coordenação Nacional” e “Congresso Nacional”. Interligam-se da seguinte maneira:

**Figura 1** – organograma da estrutura organizacional do mst – década de 1990.



**Fonte:** Organizado por Darcio Cesar Constante a partir do quadro apresentado por Bernat (2012, p. 156) e informações adicionais de MST (1985a) (1986a) (1998e), Miranda e Cunha (2013), Cruz (2010) e Peschanski (2007).

Até aqui vimos que o MST surgiu de uma demanda de trabalhadores rurais que estavam sendo expropriados de suas terras, como o Movimento representava a contramão da direção que o Estado intencionava dar à agricultura e encontrou nas CPTs o apoio para iniciar a luta contra os avanços capitalista no campo. Vejamos agora como podemos olhar para a luta do MST a partir de paralelos com movimentos ambientalistas e os discursos ecológicos.

### 3.2.2.Mst e Identidade Ecológica

A identidade é relacional, ou seja, ela se estabelece em comparação com o outro, e se faz essencialmente nas diferenças. Assim, Kathryn Woodward, ao fazer uma introdução teórica e conceitual do termo identidade, afirma que não é incomum quando investigamos construção de identidades percebermos a negação de quaisquer similaridades com outro grupo com o qual se rivaliza (2000, p. 8).

Para Woodward (2000, p. 13), a identidade coletiva e/ou individual é constituída tendo por base diversos símbolos que nós experienciamos. Estes símbolos podem ser relacionados à natureza, condições sociais materiais, de classe e de gênero. Para Kathryn Woodward ainda,

A complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. Podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de uma outra [...] (2000, p. 31).

No mesmo sentido, Marcos Lobato Martins (2007, p. 30) afirma que para formação do cidadão ecológico com seu senso de responsabilidade ecológica, não existe apenas incentivos financeiros ou razões instrumentais, é preciso que se construa elementos simbólicos de identidade. Porém, quando estes processos não são refletidos com ferramentas e metodologias mais adequadas, estes símbolos podem impelir o sujeito em um sentido e as necessidades materiais em outro e criar a ideia de que este é um processo contraditório.

A história ambiental pode ajudar nessa reflexão mais ponderada acerca da relação entre necessidades materiais e ideologias em geral, mas principalmente as ecológicas, e nos ajudar a pensar a tecnologia que produzimos como dependente da abundância e acessibilidade dos recursos naturais.

Nas palavras de Marcos Lobato Martins:

A aplicação das técnicas sobre os recursos naturais gera alterações na natureza e nas configurações sociais, econômicas e políticas das sociedades. Para o historiador ambiental, a consideração do repertório de técnicas, instrumentos e equipamentos de que dispõem as sociedades é fundamental, porque ele é o meio pelo qual os homens obtêm sua subsistência e arrancam da natureza as matérias-primas e a energia de que necessitam. Contudo, esta abordagem dos meios técnicos não pode ser ingênua, realizada sob a égide da ideia oitocentista de 'progresso'. O historiador deve lembrar de que a mudança técnica sempre é determinada por contradições de interesses entre grupos sociais e produz efeitos muitas vezes imprevistos, sobre os processos de trabalho e as condições ambientais (MARTINS, 2007, p. 37)

Ao estudarmos o MST, estes apontamentos de Kathryn Woodward e Marcos Lobato Martins se mostram importantes, pois nos ajudam a perceber que o posicionamento tomado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, fazendo frente ao Capital e se opondo ao latifúndio e ao agronegócio, é uma construção de sua identidade marcada também pelas condições materiais das pessoas que fazem parte dele. Estas pessoas estão colocadas a parte, primeiramente da terra, e depois das técnicas e instrumentos apresentados pelo Estado como competitivos no mercado.

Ao longo da década de 1980 e início de 1990, as pessoas que integram a base do MST, e o pequeno produtor de forma geral, viviam as consequências da Revolução Verde em que se procurava impelir os produtores a buscar fazer parte do "progresso", tentando relegar ao esquecimento a cultura de produção familiar e os saberes tradicionais, sob a égide do atraso. Isso porque, como nos afirma Woodward, "[...] Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. [...]" (2000, p.18).

Cabe aqui mais uma vez fazer uso de Borges para reafirmar a resistência oferecida pelos trabalhadores rurais sem-terra como sujeitos de "[...] histórias passíveis de serem apreendidas e valorizadas enquanto propiciadoras da formação de sujeitos que, por vezes, se sujeitavam, mas na sujeição também resistiam. [...]" (2004, p. 48). Não era porque viviam as consequências da revolução verde que não faziam resistência a ela. Ainda segundo a mesma autora

"Os camponeses assinalam que, na formação e condução do acampamento, bem como na "terra de trabalho", foram se descobrindo como sujeitos, já que, se o mundo do trabalho sempre para o outro, nas terras do outro, retirou-lhe quase tudo, permanecia (e permanece) o sonho de transformação dessa realidade. A luta pela conquista da terra tornava-se, então, condutora das suas práticas e representações. [...]" (BORGES, 2004, p. 201)

Conforme o Movimento aproximou sua luta das questões ambientalistas que também estavam em construção neste mesmo período, aumentou a preocupação com a manutenção dos conhecimentos tradicionais dos produtores que beneficiavam a produção agrícola em oposição aos padrões agroexportadores, baseados na exploração da força de trabalho do homem e da natureza.

Como reconheceu Woodward,

A Globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade. (2000, p.20)

No caso do MST, existem evidências de que a segunda opção da autora é a mais provável.

Como afirma Woodward (2000, p. 23), a identidade não é fixa, é uma construção histórica e social. O conflito do presente, através de sua contestação, impulsiona a busca por novas identidades a serem construídas, buscando no passado fronteiras que sejam capazes de estabelecer a diferenciação desejada. Estas fronteiras podem ser desde origens territoriais, mitológicas, até posicionamentos políticos.

### 3.2.3. O Mst e o movimento Ambientalista

O MST, quando foi fundado na década de 1980, questionava o capitalismo, principalmente na questão da concentração de terras no Brasil, e relativamente contemporâneos ao MST, os movimentos ecológicos da década de 1970 e 1980 ligavam o capitalismo à superexploração dos recursos naturais e sua transformação em mercadoria.

Em sua luta anticapitalista, o MST entrou em contato com outras correntes de negação do Capital e as incorporou, ressignificando delas as concepções que pudessem lhe caber. Estes contatos teriam ocorrido durante meados da década de 1990, em que, segundo Valadão e Brandenburg - que fizeram um estudo acerca da transição ecológica de alguns assentamentos no Estado do Paraná - o MST passou a assumir o discurso ecológico a respeito da questão agrária e a incentivar a ecologização dos seus assentamentos (2009, p. 4).

Segundo Brandenburg em um estudo sobre as trajetórias do Movimento Agroecológico, a agricultura alternativa surgiu no Brasil na década de 1970 como contraponto

à política de modernização agrícola no país, e foi incorporada principalmente por alguns agricultores familiares e outros que estavam sendo expropriados pela política agrícola(2002, p. 12). Assim, Brandeburg afirma que

[...] Sem assistência de serviços oficiais, esses agricultores serão agentes de ação de órgãos ligados à ala progressista da Igreja Católica ou Protestante. [se referindo aqui à Comissão Pastoral da Terra] [...] e, em alguns casos, através de órgãos criados com finalidade específica [...] (BRANDENBURG, 2002, p. 12)

Estes órgãos de que fala o autor podem ser, por exemplo, associações de assistência rural e de estudos críticos em relação a modernização da agricultura<sup>47</sup>, ou seja, a Comissão Pastoral da Terra e algumas associações de assistência rural apoiaram e trabalharam junto a agricultores que estavam sendo colocados à margem das políticas agrícolas, auxiliando no desenvolvimento do pensamento e das técnicas agroecológicas.

Durante os primeiros anos de formação do MST, a preocupação era com a organização dos trabalhadores para ocupação de terras e conforme foram aumentando o número de assentamentos, a capacidade produtiva passou a ter mais relevância. Para superar esta dificuldade, o modelo cooperativo de produção através da divisão social do trabalho foi incentivado pelo movimento, que buscava demonstrar que seu modelo de desenvolvimento era mais eficiente do que o capitalista.

Embora possamos observar em cadernos desde 1986 (MST, 1986a) (MST, 1986b) o MST se pronunciava a favor do trabalho em conjunto, da utilização de tecnologias alternativas ao molde da Revolução Verde e fazendo alusão às práticas tradicionais empenhadas por agricultores sem utilização de químicos nem maquinários a base de petróleo, a questão da tecnologia alternativa para produção era pouco aplicada. A respeito do que foi afirmado, atentemo-nos a estas citações:

Ultimamente começou a surgir uma reação de agrônomos, técnicos e agricultores contra a utilização das técnicas impostas pelas multinacionais. A partir daí começou-se a pensar em utilizar tecnologias alternativas. Essas novas técnicas seriam alternativas ao modelo insumista e destruidor das multinacionais de agrotóxicos, e buscaria o desenvolvimento e a aplicação de técnicas a partir do conhecimento de nossa agricultura, de nosso solo, de nossa natureza e de nosso clima, utilizando os insumos industrializados sempre e quando representassem respeito ao equilíbrio da natureza, ao

<sup>47</sup> Segundo Brandeburg, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), a agricultura alternativa passou a ser fomentada no Brasil por ONGs e entidades públicas de assistência técnica, mas foi tratada pelo Estado pelo nome de agricultura sustentável.

efetivo aumento da produtividade e a preservação da saúde e do meio ambiente.

Evidentemente que essas técnicas não estão todas sistematizadas e são dependentes [...] da fusão entre o conhecimento tradicional que os agricultores já têm de suas lavouras e do conhecimento científico dos agrônomos baseados nessa ótica de agricultura para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade [...] (1986b, p. 26-27)

Como já dissemos, o trabalho em conjunto num assentamento deve obedecer alguns princípios de organização, entre os quais o principal é a liberdade do agricultor só participar de uma organização de trabalho coletivo se quiser e estiver consciente da importância dessa forma de organização. O Movimento Sem Terra, no entanto, defende que os companheiros que conquistam a terra procurem estimular a organização coletiva do trabalho e da terra. (1986b, p. 19)

Ainda em relação ao que foi afirmado anteriormente, entre os “Compromissos Práticos” do MST listados no Caderno de Formação n. 1, de 1986, o item 14 afirma que “Em todas as conquistas de terra deve-se discutir formas alternativas de posse e cultivo da terra (1986a, p. 8).

O incentivo a coletivização do trabalho, segundo Valadão e Brandenburg (2009, p. 8), pode ser percebido no MST como vindo de influência de setores sociais diferentes, com propostas não necessariamente relacionadas. Apontam que a cooperação era incentivada por técnicos agrícolas governamentais, por agentes pastorais, militantes de esquerda e pelo próprio Movimento. Para os técnicos, esse tipo de trabalho em Cooperativa viabilizaria economicamente a produção, para os agentes pastorais, a cooperação caminharia no sentido de construção de comunidades fraternas e os militantes de esquerda relacionavam a cooperação com a possibilidade de construção do socialismo.

Barcellos (2010, p. 40) nota que as Cooperativas de Produção Agrícola poderiam viabilizar econômica e politicamente os assentamentos, por facilitar o acesso a créditos e dar maior destaque as demandas dos produtores uma vez que as fazem coletivamente. No entanto, este tipo de organização contrasta muitas vezes com as experiências de organização do trabalho e de produção que os assentados possuíam anteriormente ao MST. Isto é posto pelo autor como um reflexo da dificuldade de formação de base do MST durante a década de 1980 e 1990, pois, por mais que a formação não deva visar uma uniformidade de pensamento, ela coloca para os envolvidos uma linha de pensamento semelhante e dá ao assentado as ferramentas para avaliar a condição de propriedade da terra e de exploração dela, fazendo a distinção entre um modelo capitalista e o modelo proposto nas CPAs. Para Barcellos, essa crítica não era feita pelos assentados, que a partir de suas experiências prévias ao MST,

nutriam expectativas de produzir baseadas no modelo da Revolução Verde (2010, p. 40). Entretanto, o autor reconhece que do ponto de vista de parte das lideranças do MST utilizar-se das tecnologias não constituía em si o problema. A crítica que faziam até meados dos anos 1990 estava voltada à maneira desigual que se dava a apropriação dessas tecnologias de produção.

Como Barcellos (2010), Luzzi (2007, p. 116) faz afirmativas no sentido de que embora o MST fizesse críticas aos modelos tecnológicos de produção capitalistas, havia interesse por parte dos agricultores, como por parte das lideranças do Movimento, de ter acesso a inovações tecnológicas. Esse desejo poderia ser fruto de uma experiência de expulsão do campo daqueles produtores que não acompanharam as exigências do processo de modernização e acreditavam que terem perdido as terras foi por não conseguirem se adaptar a esta modernização.

Em “Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil”, Stedile começa fazendo um raciocínio parecido com o destes autores, apontando que

[...] a memória histórica dos camponeses que conquistavam a terra estava ainda na etapa anterior à modernização da agricultura. A família foi expulsa pela máquina, mas o seu memorial técnico era do boi e da enxada. Ela sonhava: “Bom, fui expulsa pela máquina. Agora, se eu reconquistar minha terra, vou conseguir criar meus filhos e progredir na vida com o boi e com a minha enxada. [...] (2005, p. 95)

[...] a própria base achava que podia resolver o problema só com as próprias forças. Foi preciso então que a própria base do movimento – os assentados – começasse a enfrentar os problemas reais: necessidade de mecanizar as lavouras, mudança de padrão técnico do seu trabalho, acesso ao crédito etc. [...] (2005, p. 96)

Mas o raciocínio de Stedile visa outra conclusão, a de que não se trata de nutrir a expectativa de produzir nas bases da Revolução Verde. Ao ser questionado por Fernandes a respeito da proximidade da agricultura praticada no MST com preceitos capitalistas da organização do trabalho, Stedile responde que

[...] O nosso objetivo, que está no programa agrário, é uma etapa superior aos modos camponês típico e capitalista. O que assimilamos do capitalismo é a divisão do trabalho, não com objetivos capitalistas. O capitalismo se utiliza da divisão do trabalho para explorar as pessoas. A divisão do trabalho foi nascendo com o processo natural de desenvolvimento das forças produtivas. (2005, p. 109)

Mas salienta que “[...] Vemos a divisão do trabalho ligada ao desenvolvimento técnico das forças produtivas que existem na sociedade. [...]” (2005, p. 110). Assim, no sentido dado pelo Movimento à divisão do trabalho, a renda de um setor é somada e dividida igualmente entre os outros que façam parte da cooperativa.

Em relação ainda aos métodos utilizados pelo Movimento para promover as Cooperativas, a fala de Stedile se mostra bastante esclarecedora sobre os apontamentos de Barcellos. Em entrevista a Fernandes (2005, p. 99), aponta que estes métodos eram baseados em Clodomir de Moraes que escreveu o Caderno de formação nº 11, “Elementos sobre a teoria da organização no campo” (1986c). Afirma:

[...] Clodomir teve uma grande utilidade ao nos abrir para essa questão da consciência do camponês. Ele trouxe um conhecimento científico sobre isso. O seu livro sobre a teoria da organização mostrou com clareza como a organização do trabalho influencia na formação da consciência do camponês. [...] (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 100)

Porém, o método era antes de tudo muito rígido e ortodoxo.

[...] Ou seja: tu reúnes a turma e em 40 dias tem que sair com a cooperativa. A experiência nos assentamentos nos mostra que esse processo é mais lento. Em geral, os grupos de cooperação agrícola já vêm se formando nos acampamentos em função de afinidades que vão se criando. [...] (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 99)

É importante ressaltar aqui que existiam experiências de cooperação agrícola prévias dos assentados, anteriores ao MST. Como coloca Stedile (p. 100-101), existem várias formas de cooperação, desde as mais simples, como formas de ajuda mútua na troca de serviços e sem nenhum pagamento material e que já faziam parte da tradição camponesa, até formas mais complexas em organização, como uma agroindústria. A não adoção do modelo cooperativado de produção não estava na incapacidade do assentado entender o modelo e estar adotando um suposto alinhamento com a Revolução Verde.

No mesmo sentido Borges, em sua tese, apresenta a importância de ser e pensar até as afirmações de teóricos e assessores do MST ao afirmarem que

[...] ao chegar à área conquistada, o camponês retoma o que consideram “vícios do campesinato”, como o “individualismo”. Diferentemente dessa leitura, o que se pode apreender, no grupo, é a dificuldade das famílias em conciliar o tempo do trabalho na terra - que requer o tempo do cotidiano -, com o das práticas coletivas. [...] (BORGES, 2004, p. 176)

A tese da autora é que o desejo da terra para sustento próprio da família, tradição camponesa anterior às memórias e representações incorporadas com a luta pela terra enquanto militantes do MST, é maior e sobressai até mesmo a imposições do Movimento, como por exemplo o trabalho coletivo. Porém isso não significa que a memória de luta e pertencimento ao MST não existam. Este é o conflito em que se criam e se desenvolvem as bases do MST

Após a abertura política do Brasil, entre 1985 e 1989, o presidente José Sarney se comprometeu em promover a reforma agrária. Fábio Souza da Cruz, em suas reflexões acerca da identidade cultural do MST, afirma que do ponto de vista do Movimento a promessa não foi cumprida e o período ficou marcado por ocupações de diversas sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de propriedades onde se montaram acampamentos e assentamentos (2010, p. 183), e por violenta repressão, como pode ser observado pelos documentos emitidos pelo MST entre esses anos.

Entre os documentos analisados neste trabalho, O documento final do I Congresso Nacional possui um item próprio, ocupando uma página, de um total de quatro, só para tratar da violência contra o MST (MST, 1985b, p. 4). No Caderno de Formação número 10 é feito um relatório do II Encontro Nacional, ocorrido em 1986, e entre as resoluções políticas do encontro é destacada a violência e os crimes contra os trabalhadores do campo (MST, 1986b, p. 30)<sup>48</sup>.

Para Barcellos (2010, p. 28), o contexto social do período seguinte ao Regime Militar foi de continuidade da repressão, do aumento da concentração de terras e consequente redução de pequenas propriedades, de dificuldade de acesso à terra, aumento da dependência do agricultor ao crédito escasso ao pequeno produtor, de redução da população rural, que migrou para as cidades e de destaque dos problemas ecológicos.

Com relação aos problemas ecológicos, precisamos nos atentar que eles não surgiram nestes anos. O que ocorreu foi uma mudança na forma de se encarar as transformações que vinham ocorrendo na natureza e que estavam sendo percebidas e evidenciadas também pelos cidadãos comuns e não apenas nos meios acadêmicos de pesquisa e extensão. Paulatinamente esta questão começou a ser inserida na pauta dos Estados desde a Conferência de Estocolmo, em 1972.

Ao fim dos anos 1980, o MST além de manter seu debate acerca dos procedimentos de ocupação, passou a discutir de maneira incipiente ainda questões como a importância de se ter

---

<sup>48</sup> Além deste citados, que utilizei diretamente na pesquisa, ao procurar pelos documentos que selecionaria para a pesquisa me deparei com muitos outros tratando do tema. Boa parte destes documentos podem ser encontrados no endereço eletrônico <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca>>.

um modelo de produção no campo que não fosse excludente. Apesar da necessidade de produzir em escala para demonstrar perante a sociedade que assentar a população no campo era uma medida viável, cresceu o debate que apontava o alto custo social do pacote tecnológico da Revolução Verde, no qual boa parte do lucro ficava nas mãos das empresas que produziam os insumos. Assim, ampliou-se também o debate referente a luta do Movimento por melhorias no campo, que se dependesse desse pacote tecnológico da Revolução Verde, estaria caminhando no mesmo sentido do modelo de agricultura excludente que o movimento se comprometia em combater (LUZZI, 2007, p. 122).

Neste sentido Isabelle Ferreira, em seu estudo sobre a politização do meio ambiente promovida pelo MST a partir de suas campanhas e jornadas, também aponta que o MST, embora com uma discussão que se aproximava da questão ambiental, não teve esta bandeira como uma das pautas principais quando da sua fundação, e citando o texto produzido pela Secretaria Nacional do MST de 2010, aponta serem estas pautas principais a "[...] luta pela terra, luta pela reforma agrária e luta por mudanças sociais no país." (2012, p.8).

O processo de globalização dos anos 1990, ao mesmo tempo em que expandiu e dispersou técnicas padronizadas de desenvolvimento agrícola e padrões de consumo predatórios, também atuou na dispersão de conceitos de cidadania, de direitos sociais e de ideais ambientais que possivelmente ajudaram a construir a identidade ecológica do MST. Ferreira afirma que o MST respondeu a essa globalização dos anos 1990, e sustenta que "É nesse ideário que o MST amplia sua luta para além do acesso à terra e se insere na construção dos espaços de cidadania amparados nos valores universais. [...]" e entre eles, se encontram os valores do ambientalismo (FERREIRA, 2012, p.6).

Assim, nos anos 1990, o discurso ambientalista, na forma de agroecologia, passou a ser mais trabalhado dentro da luta do MST, pois compartilhava da reivindicação anticapitalista, por uma sociedade mais justa, acrescentando à crítica da exploração do trabalho, a exploração dos recursos naturais que nesse momento poderiam ser amparados também na Política Nacional do Meio Ambiente de 1981 e na Constituição de 1988, que previam nos artigos 184 e 186 a necessidade da preservação destes recursos para o usufruto das gerações futuras e garantiam a desapropriação de terras que não estivessem cumprindo sua função social.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos,

a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

[...]

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

Segundo o artigo 186 podemos ver que existem obrigações ambientais por parte do proprietário que caso as descumpra pode ser alvo de denúncias. Assim sem perder seu ideal político de luta pela terra, o MST pôde se apoiar também nas leis de regulamentação de uso do meio ambiente em favor da Reforma Agrária.

O MST adotou o discurso agroecológico, e como uma das premissas da agroecologia é atingir a autonomia do produtor, o Movimento tentou incorporar esta agroecologia que vinha dos técnicos e instituições públicas de ensino e de pesquisa, do mesmo jeito que também tentou moldar estes conhecimentos aos saberes populares que já existiam entre os acampados/assentados, buscando dar valor ao produtor enquanto sujeito. Como afirma Barcellos, "[...] a formação discursiva relativa à Agroecologia no MST já está em circulação há muito tempo e, esta, advém de sentidos pré-construídos em relação ao MST e por ele ao longo de sua história. [...]" (2010, p. 14-15).

Para Barcellos (2010, p. 15), a Agroecologia teve um papel fundamental para o MST que foi apresentar uma outra relação sócioprodutiva, envolvendo organização social, produção agropecuária e comercialização, que coube às pretensões do movimento e o aproximou mais das questões ambientais que estavam perpassando pela sociedade em geral, influenciando na economia e na política.

É interessante darmos atenção ao apontamento de Valadão e Brandenburg (2009, p. 9) quanto a relação também conflitiva do MST com o movimento ambientalista dos anos 1990. Os autores relatam que o MST se manteve distante das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, como por exemplo a ECO-92, e um dos motivos, segundo os autores, seria em função da concepção de ambientalismo dominante entre as ONGs em que para a preservação ambiental deveriam se manter áreas isoladas da presença humana com exceção da presença para contemplação e pesquisa. Essa concepção ia na contramão dos apontamentos e exigências do Movimento quanto a importância de acesso à terra e trabalho.

Contudo, podemos considerar que quando os autores dizem que o MST ficou a distância do ambientalismo de 1992, não se pode afirmar que a questão ambiental e a preservação não fossem preocupações do Movimento. Elas existiam, no entanto, como já mencionado anteriormente, a postura inicial do MST é a luta para conquistar a terra e pelo direito de trabalhar na terra. No Caderno de Formação nº 12, de 1987, percebemos uma preocupação do MST em organizar e fortalecer as bases para buscar parceria de ação com trabalhadores das cidades, em âmbito nacional, e também especialmente de organizações camponesas da América Latina. Já no Caderno de Formação nº 17, de 1989, dedicado ao plano nacional do MST de 1989 a 1993, podemos perceber no capítulo *I – Análise do Desenvolvimento do Capitalismo no Campo* (p. 5), a relação que o MST constrói entre concentração de terra e exploração predatória de recursos naturais, mas foca suas denúncias no impedimento do acesso do trabalhador sem-terra à terra que se concentra, devido aos modos de produção capitalistas no campo, nas mãos de poucas pessoas.

[...] 3. Esse aumento da concentração de terras em poucas mãos, acentuou-se com a apropriação de grandes extensões de terras públicas ao longo da fronteira agrícola (nos estados do Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Maranhão). E também fora dela, dando-se com a entrada maciça de capital financeiro, industrial e comercial após 1966, o que antes não acontecia. Essa apropriação trouxe:

a) Exploração predatória e criminosa dos recursos naturais de todo tipo (como: madeira minérios, borracha, castanha etc);

[...]

d) impediu o acesso às terras da região pelos trabalhadores, favorecendo a formação de um exército de mão-de-obra de reserva na região, bem como, forçou o deslocamento de parte dessa mão-de-obra para o garimpo.

4. Por Outro lado, desenvolveu-se um processo de concentração da propriedade através da compra de terras, da expropriação e da expulsão de pequenos agricultores, proprietários ou posseiros, sendo usado todo tipo de pressões. Esse processo deu lugar à mecanização, à pecuária e à expansão dos cultivos permanentes, como: cana, eucalipto, café e cacau. Isso levou à diminuição da pequena propriedade em diversas regiões do país.

[...] (MST, 1989, p. 5).

Para Barcellos, apesar de os estudos acadêmicos datarem a perspectiva Agroecológica como sendo pautada pelo MST a partir de 1995 em seu 3º Congresso Nacional, é possível perceber a temática socioambiental no MST desde 1992 e também a importância que o Movimento dava para se desenvolver um modelo de produção sustentável do ponto de vista ecológico, pois aproximava o movimento das questões ecológicas que também rivalizavam com o Capital e não deixava de lado a luta pela reforma agrária (2010, p. 47). Estas condições

de aproximação foram se construindo conforme a pauta ecológica ganhava destaque nos espaços de discussão da sociedade como um todo e especificamente do MST.

Ceres Hadich<sup>49</sup>, ao comentar sobre qual era o objetivo do MST com a reforma agrária na década de 1980 e início de 1990, afirma que não se tinha a ideia de mudar o jeito de produzir, mas só de se dividir as terras.

[...] Quando o Movimento surge lá nos anos 80... [ele possuía] esse olhar: como você enfrentar o latifúndio pra fazer a reforma agrária? Esse era o debate nos anos 80, nos anos 90. Porque não necessariamente a gente tava falando em mudar o jeito de produzir [...] o novo já era ocupar e dividir a terra [...] (HADICH, 2016)

Sendo assim, Hadich afirma que o MST, na virada de 1980 para 1990, percebeu que só ocupar a terra para produzir não era mais suficiente, porque isso o agronegócio também estava fazendo: ocupando o latifúndio e tornando-o produtivo. Então o MST começou a buscar um modelo de produção que se diferenciasse do agronegócio.

É também nessa passagem dos anos 1980 para 1990 que se intensificou a discussão da forma cooperativa de organização no campo e foi a partir de então que começaram a desenvolver e introduzir o conceito de Reforma Agrária Popular. Dessa forma, Hadich afirma que “[...] a agroecologia<sup>50</sup> e a cooperação são dois conceitos que vão estar diretamente ligados a necessidade da reforma agrária popular [...]” (2016).

E conclui o raciocínio dizendo que

[...] o diferente lá nos anos 80, era produzir. Isso aí já era muito diferente. Agora, o diferente é produzir um alimento saudável, que isso o agronegócio não é capaz de fazer. O agronegócio é capaz de produzir soja melhor que nois, é capaz de produzir cana melhor que nois. Agora, ele não é capaz de produzir alimento. Essa é a sacada da Reforma Agrária Popular. [...] (HADICH, 2016)

Devemos ter em mente que dentro da corrente de pensamento ambientalista existem representantes de diversas classes sociais. Isso inclui desde o pequeno agricultor ao latifundiário que trabalha com agricultura de precisão<sup>51</sup>. Brandenburg analisa que

<sup>49</sup> Ceres Hadich possui 32 anos, é assentada pelo MST em Centenário do Sul-PR. Atualmente é membro da Direção Estadual e do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST no estado do Paraná.

<sup>50</sup> Aqui, Ceres utiliza-se do agroecologia, embora historicamente o conceito não estivesse definido e claro para o Movimento, que trabalhava mais com o termo agricultura alternativa, fazendo poucas referências ao conceito agroecologia propriamente dito, que só viria a ser tomado como bandeira em 2000.

<sup>51</sup> Prática agrícola que surgiu na década de 1980 na Europa e se aprimorou com o desenvolvimento do GPS na década de 1990. O objetivo principal é o de uniformizar a produção fazendo uso da menor quantidade de

O agricultor ecológico não constitui uma categoria social homogênea [...] pois a agricultura ecológica não é uma estratégia de produção ligada à um grupo social ou uma classe. [...] Entre os agricultores ecológicos podem ser identificados pequenos agricultores tradicionais, neo-rurais, pequenos empresários, empresas associativas, cooperativas de produção, empresas que contratualizam a produção. [...] (2002, p. 14).

É possível assim que a proposta de uma agricultura ecológica por si só não atrairia o interesse do MST. No entanto as condições em que a agricultura alternativa entrou no Brasil em oposição à modernização da agricultura e ao modelo de produção que excluía o pequeno produtor e representando do modelo capitalista de produção no campo, teria feito com que o MST voltasse seu olhar para ela como estratégia, não só de vivência e produção, mas também política.

Ricardo Serra Borsatto afirma que as CPAs, apesar de Cooperativas, se aproximavam do modelo de produção da Revolução Verde e acabavam fracassando como modelo de produção para pequenas propriedades de sem-terra.

[...] lideranças do Movimento que defendiam as CPAs como modelo a ser adotado pelos assentamentos, começaram a perceber as deficiências de sua proposta, não somente na perspectiva socioeconômica, como também ambiental. Assim abriu-se um espaço político que permitiu a emergência de um discurso que compreendesse preocupações ambientais. (BORSATTO, 2011, p. 170)

Esse fracasso da produção a partir do pacote da Revolução Verde, por volta de 1993, pode ter aberto mais espaço dentro do Movimento para que a discussão da agroecologia saísse da marginalização dentro do Movimento e começasse a se espalhar com mais força entre outros setores para além do da Produção, tornando-se uma ideologia mais central entre as demandas do MST<sup>52</sup>. Pelo menos entre as lideranças e o discurso oficial, pois a partir das entrevistas de Borsatto, o mesmo afirma que entre os assentados, o centro de relevância das lutas estava entre aquisição da terra e de infraestrutura básica (BORSATTO, 2011, p. 170-171).

Como Borsatto indica (2011, p. 168), suas entrevistas estão de acordo com a teoria de Barcellos (2010) que afirma coexistir dentro do MST dois discursos agroecológicos, um internamente, para os assentados em que se preza mais pela produção, alimentação e saúde; e

---

insumos e tempo nos processos de produção e obter a maior produtividade possível. Para tanto se faz uso de maquinários e equipamentos especializados comandados por softwares específicos ao processo produtivo, uso de insumos químicos e agrotóxicos (MAPA, 2013).

<sup>52</sup> Embora, em 2011, o autor afirme que o papel fundamental de puxar o debate agroecológico ainda é do setor de Produção (BORSATTO, 2011, p. 171).

um outro voltado para fora do movimento com um viés da agroecologia como representação política contra hegemônica. Entretanto, não são discursos divergentes quanto à essência da agroecologia, apenas possuem foco diferentes dentro do conceito de agroecologia.

O que Borsatto (2011), Luzzi (2007) e Barcellos (2010) podem ter deixado de se atentar é a dimensão dos conhecimentos tradicionais dos próprios agricultores, que longe de serem ingênuos e desprovidos de capacidade críticas, não eram simplesmente seduzidos pelo discurso oficial do Estado e/ou das lideranças do MST, mas exerciam suas resistências ao modo capitalista de produção. Maria Celma Borges aponta que

Se 'a vontade dos senhores' determinava o destino dos 'servos', questão que necessita ser repensada criticamente, essa determinação requer uma interpretação por uma outra leitura que não somente a da submissão e da derrota, logo que, se diante dos dados econômicos, derivados dos fatores objetivos, dava-se essa determinação, num outro prisma, os sonhos, as esperanças, os desejos de emancipação, enunciavam a subjetividade expressa no desejo de na terra permanecerem, e na esperança por melhores dias, alicerçada em valores que o poder da coerção e da violência não conseguiam anular. (BORGES, 2004, p. 49).

Borges (2004) afirma que esse reducionismo em relação às práticas e saberes dos assentados ocorreu mesmo dentro do MST, e aponta o caso do Caderno de Formação nº 11 (1986c), escrito por Clodomir Santos de Moraes (2004, p. 52), em que o autor relaciona a dificuldade do assentado em adotar o trabalho cooperativado em função de seus vícios tradicionais de trabalho.

Neste sentido, a autora aponta que

Na tentativa de verem os seus direitos reconhecidos ou “simplesmente” no ato de sobreviverem, os assentados vão re-definindo as suas trajetórias e os seus valores. Nessa redefinição, encontram-se presentes às raízes do ser trabalhador da terra, ou seja, os desejos que norteiam a “terra de trabalho”, a terra da família, e o espaço tão sonhado para a conquista de sua liberdade, e a conseqüente negação do patrão. (BORGES, 2004, p. 212)

Borges faz uma crítica à própria maneira que a organização do MST vê os assentados, negando a eles, em alguns momentos, o reconhecimento de suas subjetividades e reduzindo o modo de organização destes indivíduos a explicações econômicas e políticas. A autora apresenta uma perspectiva fundamentada em valores das múltiplas dimensões da vida, olhando para estes sujeitos históricos enquanto indivíduos e Movimento.

No entanto, devido ao caminho traçado neste trabalho, em que nos propomos a trabalhar com o discurso oficial registrado em Cadernos do MST, atas e informes de Eventos, não entraremos nos méritos da produção de conhecimento no chão dos assentamentos. No entanto, entendemos a importância de apresentar esta contrapartida no intuito de evitar reducionismos na hora de interpretar o MST.

Para Ferreira, a preocupação ambiental do MST, até 1994, é vista como periféricamente inserida em seus documentos impressos. A autora afirma que somente a partir de 1995, ao se ligar a ONGs representativas das questões de preservação ambiental, é que o Movimento intensificou seu discurso e programas em favor da sustentabilidade (2012, p. 8-9).

Em 1995, no III Congresso Nacional, o MST ampliou suas bandeiras de lutas. A questão da reforma agrária passou a ser encarada pelo Movimento nesse momento como uma questão de importância para a sociedade como um todo. A terra foi anunciada como um bem que deveria servir às necessidades do povo e em prol da sociedade, e a reforma agrária deveria ser capaz de modificar a estrutura de propriedade da terra para trazer, assim, o benefício para todos através da promoção de igualdade de direitos, da produção de alimentos saudáveis, de qualidade e respeitando a natureza<sup>53</sup>.

A partir destas propostas é possível perceber que os princípios das bandeiras do MST foram mantidos, porém foram ampliados para o benefício de toda a sociedade, com a introdução de algumas lutas novas, como é o caso da proteção ao meio ambiente e a segurança alimentar.

Outro ponto que pode ter vindo a contribuir para a incorporação e avanço do debate ecológico dentro do Movimento, apontado por Luzzi (2007, p. 123) e Barcellos (2010, p. 17), foi a filiação do MST, em 1996, à Via Campesina Internacional.

A Via Campesina é um movimento de defesa da pequena propriedade de agricultura sustentável contra as grandes corporações do agronegócio. Ela foi fundada na Bélgica em 1993 com representação de pequenos agricultores, da África, América, Ásia e Europa, com o objetivo principal de promover a soberania alimentar e lutar contra o neoliberalismo. A Via Campesina é reconhecida pela Organização das Nações Unidas pela Agricultura e Alimentação (FAO) como um dos principais movimentos mundiais de defesa da agricultura sustentável de pequena e média propriedade.

Basicamente a Via Campesina acredita que os pequenos agricultores e populações tradicionais são mais eficientes que o agronegócio em produzir alimentos saudáveis e de

---

<sup>53</sup> Outras características podem ser melhor observadas no Caderno de Formação n. 23 (1995b).

qualidade para a subsistência e para abastecer a comunidade local. Além disso, afirma que o direito de uso e gerência da terra, das águas, dos territórios, das sementes e da biodiversidade, é daqueles que produzem alimentos e não das grandes corporações (FERNANDES, 2012).

Em 1997, como uma das consequências das lutas sindicais, CONTAG e movimentos sociais do campo, o Incra<sup>54</sup> criou o projeto Lumiar que era um programa de assistência técnica exclusivo para trabalhadores assentados (BARCELLOS, 2010, p. 33). Segundo Luzzi (2007, p. 123), esse programa atuou de maneiras diversas nos Estados, porém em alguns destes Estados, como no caso do Rio grande do Sul, as equipes técnicas eram formadas por ex-militantes dos movimentos estudantis da agronomia e/ou tinham mais contatos com métodos alternativos de produção e assim se contribuiu para ampliação do debate agroecológico dentro do MST<sup>55</sup>.

Luzzi (2007, p. 125) aponta que, segundo entrevista de Denis Monteiro<sup>56</sup> concedida a ela em 2007, a territorialização<sup>57</sup> do MST para diversos estados e regiões do Brasil contribuiu ao Movimento com a percepção da complexidade e especificidade da agricultura pelo país. Em algumas regiões, os pacotes tecnológicos da revolução verde não haviam chegado com tanta força, como no Norte e Nordeste, e ainda era forte o emprego de técnicas tradicionais. Essas experiências serviram de acúmulo para as discussões agroecológicas.

Foi no IV Congresso Nacional, em 2000, que o MST oficialmente adotou a agroecologia como principal modelo de produção. O MST se colocou contra a importação de alimentos, contra os produtos transgênicos e monopólios de multinacionais, contra o latifúndio e o desmatamento, contra as práticas que favorecessem o aquecimento. Também se colocou na luta pela demarcação de terras indígenas e quilombolas, tornando-se um movimento extremamente abrangente em sua atuação.

O Movimento assumiu a agroecologia e a necessidade de sustentabilidade na produção agrícola como sendo uma de suas bandeiras, lançando um documento intitulado "Nosso Compromisso com a Terra e com a Vida" em que estabelece 10 doutrinas para a preservação e proteção da natureza:

---

<sup>54</sup>O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão federal autárquico responsável pela implementação da Reforma Agrária. Foi criado durante a ditadura militar e tinha como um dos intuítos a organização da colonização na região amazônica.

<sup>55</sup>O LUMIAR foi extinto entre final de 1999 e 2000, após denúncias de corrupção interna, e a assistência ficou a cargo das empresas estaduais de assistência e extensão rural (BARCELLOS, 2010, 34).

<sup>56</sup>Denis Monteiro era membro do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST quando da entrevista.

<sup>57</sup>A territorialização do Movimento se refere ao processo de conquista da terra, em que ao se conquistar e estabelecer um assentamento, se constroem perspectivas para a conquista de outro assentamento.

- 1- Amar e preservar a terra e os seres da Natureza;
- 2 Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a Natureza e a agricultura;
- 3-Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos;
- 4- Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas;
- 5- Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água;
- 6- Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores, etc.;
- 7- Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente;
- 8- Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a Natureza;
- 9- Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade;
- 10- Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras. (Secretaria Nacional do MST, 2010 apud FERREIRA, 2012, p. 9).

Para Valadão e Brandenburg (2009, p. 9), um dos caminhos de aproximação do MST com ONGs ambientalistas e com a discussão ambiental que contribuiu para a tomada da bandeira agroecológica, pode ter vindo também da luta contra a liberação de Organismo Geneticamente Modificados (OGMs) na década de 1990.

Os OGMs não eram produzidos para abastecer a agricultura em pequenas propriedades, sendo assim, a ligação entre OGMs, latifúndio e agricultura oriunda da Revolução Verde, foi tomada pelo MST, como partes integrantes de um mesmo sistema de exploração e deveriam ser dessa forma opostas as práticas do movimento. Valadão e Brandenburg (2009, p. 9) propõem, então, que o MST passou a se abrir com mais atenção a propostas de organização da produção no campo que fossem menos agressivas a saúde das pessoas e do meio ambiente, que dessem aos produtores maior independência de insumos externos à propriedade, principalmente os patenteados pelas multi e transnacionais e que garantissem maior respeito aos conhecimentos tradicionais dos agricultores.

Nilsa Luzzi (2007, p. 130 afirma que a apropriação do discurso agroecológico ocorreu de maneira lenta, e em 2007 a maioria dos assentados ainda praticavam agricultura próxima aos manejos convencionais. Ainda segundo Luzzi, também é possível perceber que até 2007, ano da publicação de sua tese, entre os setores do MST, a agroecologia era debatida de maneira mais intensa pelo Setor de Produção e Comercialização, enquanto era mais incipiente em setores como Educação, Saúde e Cultura. Outros motivos do pouco debate, apresentados por Luzzi, podem ser relacionados a um governo neoliberal que representou um entrave ao

avanço da agroecologia com suas políticas que beneficiavam a agricultura convencional e, ainda, a baixa capacitação em agroecologia dentro do MST (LUZZI, 2007, p. 131).

Borsatto (2011, p. 172) reafirma o apontamento de Luzzi (2007) quanto a existência de resistências a agroecologia dentro do movimento, pois entende que entre as lideranças existia a crença na necessidade da maximização da produção possibilitada pela utilização de pacotes convencionais de produção. Ainda, a partir de sua pesquisa, o autor afirma que em 2011 essa resistência existia, mas era representada por uma minoria sem força de expressão suficiente para mudar a bandeira agroecológica. Ainda que o autor deixe claro que a falta de expressão não significou falta de liberdade de expressão para essa minoria. (p. 172).

Talvez, isso possa ser melhor compreendido se pensarmos que até o início de 1990, o MST não estava com o foco voltado para a técnica, mas sim no sistema capitalista que articulava, pois a técnica alternativa de produção poderia ser além de uma forma mais coerente de produção, uma forma também de baratear a produção e garantir acesso ao mercado àqueles que não conseguiam produzir no sistema convencional. Vale lembrarmos que a agroecologia só é assumida pelo MST como caminho para transformação política da sociedade, no IV Congresso Nacional em 2000, apesar de já ser apontada como modelo de produção do MST no III Congresso Nacional em 1995.

O contato com a agroecologia pode ter contribuído com o MST no sentido em que seus preceitos se assemelhavam à lógica política do Movimento, pois pressupunha a reforma agrária como caminho para uma agricultura menos predatória, acreditava na emancipação do agricultor para que este fosse ativamente sujeito de sua história e a partir de ideais socializantes, inseriu-se entre as bandeiras do Movimento de uma maneira que mutuamente, MST e Agroecologia foram se construindo e se moldando.

Estas concepções teriam influenciado no desenvolvimento de uma nova proposta de reforma agrária após os anos 2000, nomeada pelo MST de Reforma Agrária Popular. Com esta proposta, o Movimento procurava se diferenciar da reforma agrária tradicional assistencialista de uma distribuição de terra da década de 1990 (VALADÃO; BRANDENBURG, 2009, p.3), e incorporou suas intenções ecológicas ao propor um novo modelo de desenvolvimento agrícola baseado na produção agroecológica que fosse capaz de fixar o produtor no campo com condições de produzir com excedentes para o mercado (FERREIRA, 2012).

A adoção da agroecologia como bandeira, como pauta principal do Movimento, seria mais um elemento, que reforçaria a identidade de resistência ligada a produção no campo

entre os acampados/assentados e o MST, e contra o Capital. Valadão e Brandenburg complementam esta suposição dizendo que

Portanto a Agroecologia possui também uma dimensão que vai além da contestação à agricultura convencional. Contesta também o sistema que reproduz essa agricultura convencional. Pois ao buscar romper com a lógica de pensar a agricultura como local meramente de produção de mercadorias padronizadas que procura o constante aumento da produtividade e do lucro a partir da aplicação de conhecimentos científicos fragmentados. Esta compreensão de Agroecologia se aproxima da noção de agroecologia do MST, o qual a compreende também como uma estratégia de luta, com o objetivo de se contrapor aos esquemas de dominação do agronegócio e do neoliberalismo. (2009, p. 12)

A Agroecologia foi uma resposta encontrada pelo MST a questão ambiental que demandava uma reformulação de diversos setores da vida social, como do Estado, do mercado e da indústria. E também se mostrou um caminho para a luta contra o Capital e estabelecimento de novas alianças que poderiam fortalecer o Movimento no cenário nacional e internacional, não perdendo de foco a reforma agrária em prol do uso adequado da terra.

#### 4. A INCORPORAÇÃO DO DISCURSO ECOLÓGICO PELO MST

Após a exposição de alguns aspectos do surgimento do MST, bem como a trajetória de suas bandeiras de luta, vamos procurar demonstrar através da análise de documentos, como a ecologia foi apropriada pelo movimento e se transformou em uma bandeira de luta agroecológica.

Inicialmente, faremos a apresentação de alguns aspectos metodológicos que adotamos para analisar o movimento. Roberto de Sousa Miranda e Luís Henrique Hermínio Cunha (2013) ao estudarem as relações entre base e lideranças do MST a partir da sua estrutura organizacional, afim de criar um modelo para estudos, definiram duas lógicas diferentes, porém inseparáveis na prática, de ação para o MST: a Lógica Política e a Lógica Prática (2013). Nas palavras dos autores,

Partimos do pressuposto de que coexistem duas lógicas inerentes à ação do MST: uma *lógica política*, pela qual o Movimento se apresenta e que orienta as estratégias de ação através das quais busca ganhar visibilidade; e *uma lógica prática*, adotada nas negociações com o poder público e a sociedade civil, nos esforços para desapropriação de áreas ocupadas ou viabilização de projetos de assentamento, e na gestão cotidiana de cooperativas, programas e projetos, que garante a legitimidade do movimento junto à base de famílias acampadas e assentadas. (MIRANDA; CUNHA, 2013, p. 363)

A Lógica Política pretende reforçar e consagrar os ideais e ideias revolucionárias, enquanto que a Lógica Prática está em função de obter resultados, dar eficiência às tomadas de decisões frente aos problemas enfrentados pelos assentados e acampados, e sendo assim ela se adapta ao meio social, político e econômico em que está inserido o Movimento, na tentativa de tornar a organização mais efetiva. Para os autores, estas lógicas também podem revelar tensões entre base e liderança.

Do ponto de vista de Isaac Bernat que em sua tese de doutoramento fez um estudo sobre a influência da luta pela terra na formação da identidade do MST, a importância para o Movimento em manter a ideologia política e revolucionária como estratégia política, mesmo que idealizada, faz-se tanto para que permaneça a união dos acampados/assentados, quanto para manter a autonomia do Movimento. O autor percebe que quando o Movimento, na prática, se limita a negociar medidas meramente imediatistas com órgãos responsáveis pelas políticas públicas, corre-se o risco de se institucionalizar a organização e as lideranças ficarem submetidas as ações paliativas do Estado e ao terem suas necessidades imediatas atendidas, diminuirão seu comprometimento com o Movimento como um todo (2012, p. 114).

Sendo assim, como afirmam Miranda e Cunha,

Embora o MST apresente uma *lógica política* orientada pela bandeira da reforma agrária e de uma sociedade socialista, os espaços constituintes da estrutura organizacional do movimento são permeados por estruturas paralelas e arranjos institucionais que refletem uma *lógica prática*, em que, muitas vezes, os ideais do movimento não são mencionados e os conflitos de interesse e as desigualdades no exercício de poder podem ser observados. (2013, p 373).

Estes apontamentos possuem o intuito de informar ao leitor que o trabalho não deixa de levar em consideração as subjetividades dentro do MST e tão pouco pretende sugerir que as decisões tomadas em assembleias representem cem por cento da vontade e a ação dos militantes. No entanto, vale lembrar mais uma vez que nesta dissertação se optou em trabalhar com documentos emitidos pelo MST, ou seja, atas de congressos e os Cadernos de Formação, sem a produção de um trabalho de campo que desse voz diretamente e individualmente aos assentados.

Outra observação a ser feita é com relação à aproximação de movimentos camponeses com a questão ambiental. Joan Martinez Alier afirma que todo movimento camponês é por essência também um movimento ambiental, uma vez que faz questionamentos sobre a distribuição da terra, espaço primordial de recursos naturais (1994, p. 20). Para Alier, no entanto, o movimento ambientalista não é característico de sociedades que se encontram em situações pós-materialistas, com as necessidades básicas garantidas. O autor apresenta o caso do assassinato de Chico Mendes em 1988 como o fato que espalhou a existência do que ele chama de ecologismo dos pobres. Uma atuação ecológica em que:

[...] La palabra <<ecología>> no se refiere a los lujos estéticos de la vida sino al flujo de energía y materiales, a la diversidad biológica y al uso agroecológico del suelo, y por tanto resulta absurdo pensar que la consciencia ecológica es una novedad nacida en círculos ricos de los países ricos (MARTINEZ ALIER, 1994, p. 20)

A partir da leitura que foi feita dos documentos emitidos pelo MST e pelos textos produzidos sobre o MST, pode-se observar que posteriormente ao início de 1990, a luta do MST foi se tornando também uma luta ambiental. No entanto, como tentaremos demonstrar adiante, existem evidências de que até o início dos anos 1990, apesar de o MST perceber que a luta poderia ser ecológica, não era a intenção do movimento a priori, e o foco se encontrava em satisfazer a necessidades materiais de acesso à terra.

O MST demonstrou ser um movimento também agroecológico, como também entende Borsatto (2011, p. 171). Sendo assim, com base no que foi pesquisado, neste capítulo apresentaremos contextos experienciados pelo MST que podem ter dado significativas contribuições para a formação da luta ecológica do Movimento que culminou com a adoção da agroecologia como forma de produção e luta política, símbolo do Movimento.

#### 4.1 A CONSTRUÇÃO DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA DO MST: ENTRE ENCONTROS, CONGRESSOS E CADERNOS DE FORMAÇÃO

Entre os eventos pelos quais o MST passou em sua trajetória de construção de ideais ecológicos culminando na adoção da agroecologia como modelo de produção do movimento, o III Encontro Nacional de Agricultura Alternativa (EBAA), em 1987, em Cuiabá, pode ter tido grande importância para a aproximação do MST com ideais de produção agrícola de base ecológica. Este evento concentrou discussões em que o Movimento se manteve engajado, outras que o MST voltou a abordar somente após seu IV Congresso Nacional, em 2000, onde assumiu a agroecologia como bandeira de luta.

O Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) foi uma idealização de profissionais agrônomos com o objetivo de organizar técnicos, estudantes e agrônomos para discutir uma outra forma de agricultura que diferísse da agricultura que vinha sendo praticada e apoiada pelo Estado brasileiro, baseada no latifúndio e nas técnicas de produção da Revolução Verde.

Segundo apresentado à Luzzi, por Manoel Baltasar Baptista da Costa, um dos organizadores dos EBAA's, a ideia do I Encontro foi de José Lutzenberger e era para ser realizado em 1981, na cidade de São Paulo. Como não houve apoio da prefeitura de Paulo Maluf, o encontro foi transferido para Curitiba, onde conseguiram o apoio do prefeito Jaime Lerner para a realização no mesmo ano. O intuito era organizar pessoas e discutir alternativas ao modo de produção capitalista no campo, que envolvia os pacotes tecnológicos da Revolução Verde (LUZZI, 2007, p. 17). Foram organizados quatro EBAA's e por motivos de divergências políticas, de atuação e de controle da coordenação do evento, extinguiu-se o Encontro<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Houve a tentativa de organização do V EBAA, no entanto este Encontro não ocorreu. Para maiores detalhes acerca dos embates políticos que levaram ao fim dos EBAA's, ver a tese de Luzzi (2007).

Se atentarmos ao momento histórico do encontro, notaremos que se trata do início de abertura política do país. Segundo Luzzi, a composição da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), que juntamente a outras entidades organizava os EBAA, era de antigos militantes estudantis (2007, p.17). O contexto político de início de abertura política do país somado a característica da composição dos interessados em organizar o EBAA pode ter sido um ponto chave para o posicionamento anti-capitalista do EBAA. Eram opositores também ao tipo de agricultura símbolo da ditadura brasileira, pois foi promovida durante este período ditatorial por meio de Instituições de Ensino e Pesquisa e Extensão do Estado como modernizadora do campo e caminho para o progresso.

Durante os dois primeiros encontros discutiu-se aspectos mais técnicos da adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, como erosão do solo, desequilíbrio biológico e técnicas de adubação verde. Luzzi afirma que o conceito de agricultura alternativa até o II EBAA era compreendido como "[...] um conjunto de técnicas que deveriam ser utilizadas de forma integrada e em equilíbrio com o meio ambiente." (2007, p. 19). Segundo os estudos da autora (2007, p.21), estes dois primeiros EBAA contaram com participação majoritária de engenheiros agrônomos e com um aumento da participação de estudantes e secretários de Estado a partir do II EBAA

O III EBAA teve uma composição mais heterogênea, fizeram parte dele agrônomos, estudantes, agricultores e movimentos sociais, e entre eles o MST. A temática, assim como a composição dos atores, se ampliou e além das questões técnicas passou-se a discutir as implicações sociais dos modos de produção.

Sendo assim, este encontro pode ter sido importante para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), fundado em 1984, ampliar sua rede de relações e apoios. Apesar de, durante meados de 1980, o MST estar mais focado na questão do acesso à terra, poderia ser interessante para o movimento tanto ampliar a discussão social do acesso à terra, como ampliar a discussão sobre fundamentar seu modo de produzir em técnicas mais coerentes com um pensar anticapitalista, e reafirmar, com isso, sua oposição ao modelo dominante. Muito embora o tema de agricultura alternativa já fosse de conhecimento do MST em 1987.

No Caderno de Formação número 1, de fevereiro de 1986, no capítulo sobre “Compromissos Práticos” dos acampados/assentados existe a menção sobre discutir-se formas alternativas de posse e cultivo da terra que diz “Em toda conquista de terra deve-se discutir formas alternativas de posse e cultivo da terra.” (MST, 1986a, p. 8), no entanto, ao se pensar o documento como um todo, é possível inferir que o MST estava mais envolto com questões de

acesso à terra e organização interna do que com questões ambientais. Os outros capítulos deste Caderno de Formação n.1 são a respeito de orientações sobre princípios do Movimento, organização interna, sindicatos, constituinte, critérios de ocupação e análise de conjuntura.

Entre os outros itens do capítulo sobre “Compromissos Práticos”, a temática girava mais em torno destes pontos

- 1.- Unir-se na luta pela conquista da terra.
- 2.- Articular as nossas lutas através de encontros, visitas e trocas de experiências.
- 3.- Fortalecer o Movimento a nível estadual e nacional.
- 4.- Sensibilizar a opinião pública para os nossos direitos.  
[...]
- 6.- Ampliar o Movimento nos municípios e regiões onde ainda não está organizado.  
[...]
- 13.- Os que conquistam a terra devem continuar participando do Movimento e apoiando inclusive materialmente. (MST, 1986a, p. 8)

Já o Caderno de Formação número 10, de junho de 1986, como consta em sua apresentação, possui o intuito de tratar especificamente de como se pode organizar grupos de famílias para garantir melhor produção e infraestrutura e, assim, encontrar uma forma de garantir a permanência do homem no campo. Este Caderno possui o quarto capítulo destinado a apresentação e discussão de alguns princípios da agricultura alternativa, trazendo um esboço da discussão que vinha acontecendo sobre o uso de tecnologias alternativas e ecológicas no combate às multinacionais e sua estreita relação com o Estado.

Nos últimos 35 anos (1950-1985) assistimos as multinacionais invadirem o Brasil [...] impondo novos padrões de consumo [...] As empresas multinacionais são a forma como o capitalismo internacional foi dominando nossa economia [...]

Na agricultura não poderia ser diferente. Nesse mesmo período houve uma violenta entrada dos interesses das multinacionais no campo, introduzindo e vendendo seus produtos agrônômicos, fertilizantes inseticidas, herbicidas, etc... [...]

A principal forma como elas introduziram essas novas técnicas e o consumo de seus produtos foi através do sistema de assistência técnica patrocinado pelo estado, ligados às antigas ASCAR, ACARESC, ACARPA, CATI, etc... e agora aglutinada nos sistemas EMBRATER (as Emater) [...] (MST, 1986b, p. 25)

E quanto a estas afirmações, o MST faz os seguintes alertas:

1º) A Maioria das técnicas induzidas aos agricultores foram trazidas dos Estados Unidos e da Europa, onde o clima, as características do solo e a organização das propriedades agrícolas são completamente diferentes de nossa realidade.

2º) Juntamente com a introdução dessas "novas técnicas modernas" foi realizada uma campanha de desmoralização dos conhecimentos do agricultor e daquelas práticas que ele vinha utilizando tradicionalmente [...]

[...]

4º) Muitas dessas técnicas introduzidas se baseiam no uso abusivo de agrotóxicos que, em vários casos, são proibidos nos países de origem por afetarem violentamente a saúde dos agricultores, levando-os até à morte, e aos consumidores dos produtos [...](MST, 1986b, p. 26)

Como tecnologia alternativa ainda em construção conjunta com agrônomos e técnicos, como visto nas páginas 47-48 deste trabalho, o MST apresentava neste caderno algumas propostas, que embora de maneira resumida, demonstram articulação com a temática: conservação dos solos e adubação verde, reflorestamento, máquinas adequadas ao pequeno produtor, adaptação de novas plantas a região e/ou recuperar variedades mais adaptadas (melhoramento genético), consorciação (produzir na mesma área plantas que se ajudam no desenvolvimento mutuo) e controle biológico (MST, 1986b, p. 27-28).

Existem muitas técnicas que já podem ser utilizadas e muitas outras para serem aperfeiçoadas [...] A título de exemplo vamos enumerar algumas:

1º Conservação dos solos e adubação:

Uso de adubação verde, compostagem [...]

2º Reflorestamento:

[...] Preocupação em preservar as matas na beira dos rios, das fontes de água

[...] usar a prática de reflorestar com o objetivo de ter barreiras contra vento, alimentação animal, madeira [...]

3º Máquinas:

Desenvolver equipamentos para agricultura mais adequados às características d nosso solo [...]

4º Novas Culturas:

Introduzir e adaptar novas plantas que usem melhor o solo [...]

5º Variedades:

Recuperar variedades mais adaptadas ao nosso clima e ao nosso solo [...]

6º Consorciação:

[...] buscando melhor aproveitamento do solo, adubação natural, menor necessidade de capinas e proteção contra erosão.

7º Energia:

[...] uso e aproveitamento de esterco e restos de cultura [...], aproveitar quedas d'água e outras fontes de energia natural que respeitem o equilíbrio da natureza.

8º Combate as pragas e doenças:

Utilização de métodos naturais, inimigos naturais [...] (MST, 1986b, p. 27-28)

Essa discussão praticamente cessa em outros Cadernos consultados até 1993. Em parte pode ter sido pelo governo neoliberal que se formou depois da reabertura política, que na avaliação do MST não estava comprometido em assentar os sem terras, promoveu um Estado altamente repressor aos sem-terra nestes anos, o que pode ser observado pela quantidade de textos, cartas, denúncias e cadernos abordando a conduta do governo com relação aos assentados<sup>59</sup>.

Passado um ano do Governo Collor, comprova-se que em relação à reforma agrária, não foi feito absolutamente nada! [...] Com um ministro da Agricultura subserviente aos interesses dos latifundiários, não resta dúvida de que nesse governo não ocorrerá nenhuma modificação fundiária em benefício dos trabalhadores [...] (MST, 1991, p. 1

[...] Embora tenha havido uma diminuição nos últimos anos, no número de assassinatos, isso não significa que há uma diminuição da violência rural. também não significa que a justiça deixou de ser inoperante e que acabou a impunidade dos assassinatos de trabalhadores [...]

Hoje, a violência exercida pelos latifundiários contra os trabalhadores, assumiu novas características. Cada vez mais utiliza-se, de forma arbitrária e violenta, a Polícia Militar para atingir seus objetivos. Em vários estados, começa a aparecer grupos para-militares, com armas e técnicas próprias das forças policiais, para "limpar" as áreas para os fazendeiros. (MST, 1991, p. 2)

O Caderno de Formação número 11, de agosto de 1986 (1986c), traz uma teoria de organização cooperativa baseada em Karl Kautsky e propõe que ela seja baseada na produção em escala, mecanização e divisão social do trabalho. Essa influência de Kautsky na organização da produção do MST foi identificada por Borsatto que afirma que, de início, o MST possuía um modelo de assentamento mais fundamentado nas ideias de Lênin e Kautsky<sup>60</sup>, no entanto, com o passar do tempo foi abrangendo questões além da produtividade dando mais espaço para a relevância de questões organizativas e ambientais (2011, p. 33).

<sup>59</sup> Outros documentos referentes emitidos pelo MST sobre a ação repressiva que estavam enfrentando neste período podem ser observados neste site <[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/acervo?tid=All&field\\_bib\\_tipo\\_documento\\_value\\_many\\_to\\_one=All&field\\_bib\\_ano\\_value%5Bvalue%5D%5Byear%5D=1991&title=>](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/acervo?tid=All&field_bib_tipo_documento_value_many_to_one=All&field_bib_ano_value%5Bvalue%5D%5Byear%5D=1991&title=>)>.

<sup>60</sup> Borsatto, na página 23 de sua tese, apresenta um quadro com uma síntese acerca do pensamento de Lênin e Kautsky em relação a cooperação para produção, traduzida e adaptada de BERNSTEIN, H. V.I. Lenin and A.V. Chayanov: lookingback, lookingforward. *JournalofPeasantStudies*, v. 36, n.1, p. 55-81, Jan 2009.

O Caderno de Formação número 17, que apresenta os planos do MST, aprovados em seu V Encontro Nacional, para os anos compreendidos entre 1989 e 1993, afirma que era objetivo do MST até 1993

Desenvolver através da cooperação agrícola, a apropriação da tecnologia disponível, estimulando a mecanização de todas as atividades possíveis e aumentando a escala de produção, de forma adequada à realidade sócio-econômica e de recursos naturais do assentamento (MST, 1989, p. 20).

A partir destas citações e apontamentos acerca de documentos produzidos pelo MST, podemos perceber que em 1987, ano do III EBAA, o MST já acompanhava a discussão sobre agricultura alternativa, embora não fosse o foco do Movimento, e assim como outros grupos envolvidos com a agricultura alternativa, estava construindo suas práticas da maneira que melhor coubessem ao momento. Como veremos, a discussão sobre a agricultura alternativa poder ser aplicada em latifúndios ou apenas poder ser aplicada em pequenas propriedades era um debate ainda inacabado entres os oradores do painel do Movimento de Agricultura Alternativa.

A oposição ao modelo tecnológico de produção da Revolução Verde não foi ineditismo do EBAA. Essa oposição já havia sido feita nos EUA por Rachel Carson em 1964, em seu livro “Primavera Silenciosa” em que a autora denunciou os impactos ambientais que poderiam ocorrer devido ao uso de agrotóxicos. No Brasil, José Lutzenberger<sup>61</sup> é apontado por estudiosos do ambientalismo no Brasil como um dos expoentes na década de 1970 destas denúncias e da proposta de uma agricultura alternativa ao modelo de produção da Revolução Verde (LUZZI, 2007, p. 14) (VIOLA, 1987, p. 23). Ana Maria Primavesi<sup>62</sup>, agrônoma austríaca, que veio para o Brasil em 1946 também participou, a partir do fim da década de 1970, do grupo de agricultura alternativa, um segmento da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), do qual também participava Manoel Baltasar Baptista da Costa, e publicou em 1980 o livro Manejo Ecológico do Solo em que criticava o uso de técnicas advindas de outros países na realidade brasileira.

Pensadores, como estes, foram grandes influenciadores do movimento ambientalista no Brasil, e para Luzzi (2007, p.14), Lutzenberger foi o grande influenciador das bandeiras

---

<sup>61</sup> Lutzenberger foi um dos fundadores, em 1971 na cidade de Porto Alegre-RS, da Associação Gaucha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN).

<sup>62</sup> Primavesi também ajudou a implantar na Universidade Federal de Santa Maria-RS, o curso de pós-graduação com foco em manejo ecológico do solo.

levantadas pela FAEAB, que junto com a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) foram as marcantes realizadoras dos EBAA.

Essa crítica ao uso dos agrotóxicos e a importância da nutrição e recuperação dos solos a partir de uma técnica adaptada à realidade brasileira pode ser encontrada no MST a partir de documentos anteriores ao III EBAA, demonstrando, de certa forma, que pensadores como Lutzenberger e Primavesi, grandes expoentes do movimento ambientalista brasileiro, também influenciavam o MST, corroborando com a ideia de que o ecologismo do MST é sim tributário da discussão ecológica do fim da década de 70 e início da de 80 no Brasil. Podemos pensar que adotar a agroecologia foi uma estratégia política do MST, mas isso não significa que os princípios ecológicos não estivessem inseridos dentro do Movimento.

Como visto, a partir das citações da página 63 deste trabalho, no Caderno de Formação número 10, entre os problemas de se utilizar as tecnologias convencionais apresentadas, encontramos as tecnologias que foram trazidas dos EUA e da Europa sem que fosse feita uma adaptação para o clima brasileiro. É possível encontrar também uma denúncia da desmoralização do conhecimento do agricultor em favor do novo método de produção, a base de maquinários e químicos que prometia ser mais eficaz e a condição destas técnicas estarem todas voltadas para o grande produtor serem prejudiciais ao equilíbrio da natureza e a conservação dos solos (MST, 1986b, p. 26)

A Partir de seus estudos, Luzzi afirmou que os engenheiros agrônomos foram pioneiros da crítica a este modelo modernizante da agricultura, tema que era discutido em encontros da categoria desde meados da década de 1970 (2007, p. 15). A autora apontou também que apesar do alinhamento inicial da FAEAB às forças políticas da ditadura, quando foi fundada em 1963, esta associação, ao longo da década de 1970, foi vivenciando debates de tendência emancipadora das rédeas do Estado entre as associações estaduais que a compunham e na década de 1980 elegeu uma gestão de alinhamento político à esquerda.

Com uma direção militante dentro das políticas de esquerda, a FAEAB junto com o apoio de figuras como Primavezi e Lutzemberg e com o apoio da FEAB<sup>63</sup> deram início a organização do I EBAA, ocorrido em 1981, em Curitiba.

Como já mencionado, os dois primeiros EBAA foram de caráter predominantemente mais técnico e neles ocorreram discussões como

---

<sup>63</sup> A Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil se torna mais atuante na organização do EBAA a partir da sua segunda edição II, em 1984.

[...] denúncia sobre contaminação por agrotóxico (humana, ambiental e nos alimentos), erosão do solo, aumento do número de pragas e doenças – e as tecnologias consideradas alternativas ao mesmo – adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, manejo de pragas e doenças. Ademais, as experiências apresentadas eram ainda bastante teóricas e o conhecimento tecnológico era produzido visando principalmente à substituição de insumos. (LUZZI, 2007, p. 19).

Até este momento dos dois primeiros encontros, o conceito de Agricultura Alternativa estava baseado em um modelo técnico de procedimentos e arranjos no campo que rivalizavam com o modelo tecnológico dominante da Revolução Verde.

Durante a década de 1980, as multinacionais controlavam os setores químicos e mecânicos do setor agrícola e estavam com seu foco voltado para outro mercado estratégico, o de patentes genéticas, tentando assim se apoderar do direito sobre as sementes<sup>64</sup>.

No entanto, Pelaez e Schmidt salientam que a oposição aos OGM no Brasil não aconteceu de uma hora para outra, nem tão pouco foi fruto de intervenção de organizações externas como, por exemplo, o Greenpeace. Os autores reconhecem que a resistência aos OGM foi fruto de um processo que se iniciou nos 1970 questionando o modelo de produção adotado pelo Estado brasileiro, e está fortemente ligada ao movimento da agricultura alternativa (2013, p. 17).

A esse respeito encontramos nos documentos do MST anterior ao III EBAA, de 1987, referências menos diretas a OGMs, mas é possível inferir que o Movimento estivesse a par destas discussões.

Sobre multinacionais, encontramos esta reflexão no Caderno de Formação número 10:

Nos últimos 35 anos (1950-1985) assistimos as multinacionais invadirem o Brasil [...] impondo novos padrões de consumo [...] As empresas multinacionais são a forma como o capitalismo internacional foi dominando nossa economia [...]

Na agricultura não poderia ser diferente. Nesse mesmo período houve uma violenta entrada dos interesses das multinacionais no campo, introduzindo e vendendo seus produtos agrônômicos, fertilizantes inseticidas, herbicidas, etc... [...]

---

<sup>64</sup> Victor Pelaez e Wilson Schmidt apontam que a questão dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) começou a tomar proporções no Brasil após 1998 (2013, p. 5). Os autores sugerem que os OGM tiveram maior aceitação neste período no Brasil entre uma camada de agricultores brasileiros pois havia a promessa de que os transgênicos trariam uma maior rentabilidade à produção e devemos lembrar que nesse momento o Brasil passava por reduções dos subsídios agrícolas, e apresentou para o governo a possibilidade de recuperar a competitividade da agricultura brasileira em âmbito internacional e equilibrar a balança comercial. Mas ressaltam que houveram resistências sociais entre organizações ambientalistas não-governamentais e organizações de apoio a agricultores familiares, chegando a ser proibido oficialmente o plantio de transgênicos no Rio Grande do Sul (2013, p. 6).

A principal forma como elas introduziram essas novas técnicas e o consumo de seus produtos foi através do sistema de assistência técnica patrocinado pelo estado [...] (MST, 1986b, p. 25)

Neste trecho, quando é feita referência no documento à importância de se trabalhar com variedades mais adaptadas, expressa-se a intenção de "[...] Melhorar a produtividade de variedades antigas, buscando maior resistência **natural** a pragas e doenças." (MST, 1986b, p. 28) (grifos nosso)

O MST ter conhecimento destas discussões e ao menos citá-las em seus textos demonstra que o movimento ambientalista brasileiro teve influência sobre este Movimento desde seus primórdios. Este tema referente ao controle das sementes pelas multinacionais aparece com mais detalhes a partir das deliberações do V Encontro Nacional do MST, em 1989, a partir do Caderno de Formação número 17, no capítulo de “Análise de Desenvolvimento do Capitalismo no Campo” em que fica expresso, no item 5, que

O processo de modernização da agricultura, teve como características básicas, além da maior concentração das terras:

[...]

f) Produção de sementes, mudas melhoradas, de matizes animais e desenvolvimento da genética animal e vegetal, controlada por grandes empresas (1989, p. 5-6)

A patente genética de sementes (OGM ou não) poderia garantir a hegemonia do processo produtivo às Multinacionais, mas ainda era pouco debatido pelo movimento de agricultura alternativa, como nos relata Luzzi(2007, p. 21-22) e a partir da fala de John Wilkinson<sup>65</sup>, registrada nos anais do II EBAA

O grande desafio que se nos apresenta é que, nestes últimos 20 anos, tem acontecido a apropriação de todo o circuito da produção agrícola pelo domínio da indústria de sementes pelas multinacionais. [...] antes, nos anos 40, a semente não podia ser apropriada capitalisticamente pela indústria porque o próprio produtor produzia suas sementes para safra seguinte. [...] O que aconteceu foi que Estado, sobretudo o americano, e depois as grandes fundações ligadas às multinacionais, entraram na área de produção de sementes junto com os produtores individuais e seus pesquisadores desenvolveram modelos de sementes híbridas, que têm, sobretudo, uma qualidade específica - a de que não podem ser simplesmente reproduzidas a nível de propriedade rural, uma vez que progressivamente elas perdem a produtividade. (FAEAB, 1985, p. 76).

<sup>65</sup> Wilkinson era então o coordenador do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da UFRRJ.

Esse aspecto de dominação do processo de produção pode ter sido um ponto de mudança da crítica ao aspecto estritamente técnico para um aspecto mais social da agricultura alternativa, pois o agricultor ficaria preso ao modelo de produção das multinacionais desde o início do processo com a compra da semente até a última etapa que envolve colheita e processamento do produto.

O III EBAA, ocorrido em 1987 na cidade de Cuiabá, contou com a presença de 3 mil participantes<sup>66</sup> (FAEAB, 1987, p. 09), e uma composição majoritariamente de estudantes. No entanto, foi um encontro mais heterogêneo no qual também participaram agricultores, integrantes de comunidades alternativas, hippies, naturalistas, secretários de Estado, da EMATER-MT e organizações como PTA/FASE, CUT, CONTAG e MST, entre outros (FAEAB, 1987, p. 3).

Além de estar presente no III EBAA, o MST se pronunciou através do seu representante Fausto Andrelevicius, que compôs a mesa de debatedores do painel III *Caminhos para o Movimento de Agricultura Alternativa*, entre os 5 painéis que tiveram no evento. Na mesma mesa de debate estavam José Lutzenberger, Adilson Paschoal e Jean Marc Von Der Weid<sup>67</sup>.

Neste III EBAA com a maior abordagem dos aspectos sociais da produção, criticou-se a atuação das instituições oficiais de ensino, pesquisa e extensão que promoviam a padronização da agricultura nos modelos tecnológicos de forma acrítica e menosprezando os conhecimentos populares dos agricultores e formas alternativas de produção.

Segundo Pascal Byé e Wilson Schmidt (2013), a proposta de agricultura de base orgânica incentivada pela FAEAB se apresentava de forma a fortalecer a agricultura familiar em oposição a agricultura capitalista. A agricultura orgânica trazia, através dos estudos geralmente de agrônomos, teorias e metodologias que iam no sentido de melhorar as técnicas no campo e ao mesmo tempo garantir a participação do agricultor no processo de produção. Para os autores, procurar basear as propostas da agricultura alternativa em técnicas comprováveis foi uma tentativa de suprir esta necessidade do agricultor por produtividade e rentabilidade (BYÉ e SHCMIDT, 2013, p. 109).

---

<sup>66</sup>Os anais do III EBAA, possui a lista dos participantes anexada em suas últimas páginas (1987, p. 273-284). O documento pode ser acessado pelo site da Associação Brasileira de Agroecologia, através do link <<http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?wpdmpro=anais-do-iii-encontro-brasileiro-de-agricultura-alternativa>>.

<sup>67</sup> Economista agrícola e coordenador do PTA/FASE.

Neste encontro também se iniciou uma discussão acerca do termo “alternativo”<sup>68</sup>, com o objetivo de estabelecer uma definição mais concreta. Segundo Luzzi, por trás dessa necessidade de definição, e diante da ampliação da discussão para características sociais, estava também a importância de deixar claro “[...] se a luta do movimento deveria ser por tecnologia alternativa ou por uma sociedade alternativa.” (2007, p. 27).

Os problemas atrelados ao modelo de produção da Revolução Verde passaram da crítica às consequências para o ambiente, para a crítica ao modo de produção capitalista no campo. Mesmo que uma agricultura alternativa pudesse ser ainda aplicada em grandes propriedades, o conceito de agricultura alternativa no III EBAA foi estabelecido e destinado aos pequenos produtores, como campo de resistência a exploração do capital e do latifúndio.

Como os próprios anais do III EBAA afirmam o intuito do evento é ser deliberativo (FAEAB, 1987, p. 7), e respeitando a última deliberação em que se estabelecia o compromisso de elaborar e divulgar um manifesto nacionalmente contendo as deliberações do III EBAA, assim foi produzida a Carta de Cuiabá (FAEAB, 1987, p. 17).

De forma geral, na Carta de Cuiabá, em suas 53 deliberações, foi avaliado que o capital nacional e multinacional estava entre as causas da concentração de terras, de destruição do meio ambiente, apresentou-se como fomentador da dependência tecnológica sobre o pretexto da necessidade de modernização da produção agrícola e inimigo do trabalhador (FAEAB, 1987, p. 11)

Na carta ficou expresso também oposição a projetos de cunho conservador e militar que traziam e poderiam trazer consequências graves para sociedade e para a agricultura brasileira. Entre estes projetos estavam o

“[...] Projeto Nuclear da Serra do Cachimbo; projeto Calha Norte; projeto hidrelétrico na bacia do Rio Uruguai; projeto hidrelétrico do Xingu; destruição do Pantanal; devastação da Amazônia; desertificação de áreas agrícolas; contaminação generalizada do solo e da água por agrotóxicos; expulsão e morte dos índios; expulsão dos seringueiros na Amazônia.” (FAEAB, 1987, p. 11)

A Carta também mostra que existia uma consciência de que a abertura política do país foi uma recomposição da classe dominante no Governo.

---

<sup>68</sup> Este tema foi discutido no Painel I *Perspectivas da Agricultura Alternativa* pelos debatedores José Graziano da Silva, engenheiro agrônomo e doutor em economia, Horácio Martins de Carvalho, também engenheiro agrônomo com especialização em Ciências Sociais, Paulo Roberto Farina, representante da CUT e Ezídio Pinheiro, representante da CONTAG.

[...] as soluções para esses e outros problemas nacionais passam necessariamente por uma decisão política firme e que atenda a todas as reivindicações sociais da maioria da população, deliberadamente marginalizada pelas classes dominantes que se recompuseram no governo da Nova República. (FAEAB, 1987, p. 11).

A política brasileira do governo militar era de incentivo a modernização do campo, a base da incorporação do pacote tecnológico da agricultura da Revolução Verde. Para tanto, o governo desenvolveu programas de fortalecimento de Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão rural para aprender essa forma de agricultura e também estabeleceu um sistema de crédito rural vinculado a aceitação do pacote tecnológico da revolução verde (LUZZI, 2007, p. 10-11). Como o crédito era concedido para aqueles que pudessem adotar o pacote tecnológico, ele acabou por favorecer uma parcela muito pequena dos agricultores, ou seja, aqueles que se encontravam entre o quadro das médias e grandes propriedades.

Por isso, podemos encontrar nas deliberações do III EBAA apontamentos e exigências que demandavam que o crédito agrícola fosse concedido prioritariamente ao agricultor que dependesse exclusivamente da atividade agrícola, "[...] livre de imposições tecnológicas e comprometido com a conservação ambiental" (FAEAB, 1987, p. 15). Exigiam também a suspensão da importação de gêneros alimentícios como arroz, feijão, milho, cebola, carnes e leite e que assim fosse incentivada a agricultura que abastecia o mercado interno.

É proposto também cobrar através da organização e mobilização popular, atuação das instituições públicas para que cumpram a sua função social, e que nestas instituições públicas se desenvolvam pesquisas voltadas para práticas de pequenos agricultores, priorizando a produção de alimentos para abastecer o mercado interno e que poupem o uso de insumos, preservem recursos naturais e sejam menos agressivas ao meio ambiente. Assim, fica marcada a exigência de se promover a criação de Instituições de Pesquisa, Ensino e Extensão com foco na agricultura alternativa, próximas aos produtores e principalmente em áreas de assentamento. (FAEAB, 1987, p. 14-16).

E ainda, a partir de uma capacitação mais humanística dos profissionais e técnicos das Ciências Agrárias para trabalharem com agricultura alternativa fica a cobrança sobre o Estado para que remodele a assistência técnica e extensão rural, contratando profissionais vinculados a organizações de pequenos produtores e comprometidos com as técnicas alternativas de produção, que saibam prezar pelo conhecimento dos agricultores e sejam capazes de estabelecer uma relação mais horizontalizada entre assistente técnico e agricultor (FAEAB, 1987, p. 14-16).

Ao se estabelecer que a agricultura alternativa seria a ferramenta de luta e modelo para todo pequeno agricultor, inclusive sem terra, que queira produzir de forma não opressiva, ecológica e se opondo a agricultura capitalista, tornou-se imperativo para os deliberadores que deveria existir um comprometimento em estabelecer articulações entre FAEAB e FEAB com outras entidades como CUT, CONTAG, CPT e MST para organizar a difusão da agricultura alternativa em suas bases e organizar o próximo EBAA, que passaria a ocorrer a cada 2 anos. Assim, entre as deliberações encontramos o compromisso de:

Estabelecimento, pela FAEAB e FEAB, de articulação com outras entidades de caráter nacional (CUT, CONTAG, CPT, MST, FENATA<sup>69</sup> e outras, a critério dos citados), para a busca de mobilização e organização de suas bases em torno da Agricultura Alternativa [...]

A FAEAB e a FEAB terão um prazo de 3 (três meses para os contatos, sendo que o prazo para reunião entre as referidas entidades será definido a partir das consultas. [...] (FAEAB, 1987, p. 14)

Ficou estabelecido então um prazo de 3 meses para que FAEAB e FEAB entrassem em contato com estas entidades e marcassem as reuniões. Assim, se pretendia tanto promover e propiciar a troca de saberes e experiências em Agricultura Alternativa entre os núcleos alternativos existentes, quanto apoiar estudos e encontros que incentivassem o aprimoramento técnico dos estudantes e trabalhadores (FAEAB, 1987, p. 14-16).

A partir da temática “Os Caminhos para o Movimento de Agricultura Alternativa”, o 3º painel teve um debate acirrado entre ideias às vezes contrastantes, mas vindas de pessoas que buscavam discutir ali o papel do modelo de produção do campo na organização social e política brasileira. Luiz Carlos Pinheiro Machado, eng. agrônomo e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e membro da gestão da FAEAB, foi o expositor do painel e fez questão de reafirmar a importância do momento de abertura política em que estava ocorrendo o encontro. Em seu retrospecto dos últimos EBAA, ressaltou as vantagens de se poder “[...] discutir livremente, abertamente, sem nenhum preconceito, freio ou grilhão” (FAEAB, 1987, p. 117) e neste sentido afirmou ainda

Neste 3º EBAA, algumas características novas em nosso país devem ser consideradas, para balisarmos corretamente as ações futuras. A modificação mais decisiva, mais importante é que hoje, graças aos avanços do povo brasileiro, as suas conquistas, ainda que incompletas e parciais, temos condições de discutir livremente, abertamente, sem nenhum tipo de preconceito, freio ou grilhão. (FAEAB, 1987, p. 117).

---

<sup>69</sup> Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas.

Encontravam-se entre os debatedores o eng. agrônomo José Lutzenberger, o eng. agrônomo e professor da Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (ESALQ), Adilson Paschoal, Jean Marc von der Weid, economista agrícola e coordenador do PTA-FASE e Fausto Andrelevicius, representante do MST. E entre os ouvintes estava Ana Maria Primavesi.

Entre os temas abordados nas exposições e nos debates encontramos a importância em se definir um conceito de agricultura alternativa, se ela representa um modelo de produção ou também se refere a relações sociais entre os indivíduos envolvidos no processo. Pinheiro Machado contrastou com Jean Marc quanto ao debate acerca de a quem serve a agricultura alternativa, se ao pequeno produtor ou ao latifundiário. Jean Marc, que havia sido preso e torturado durante o regime militar, se colocava radicalmente contra a grande propriedade e apresentava a Agricultura Alternativa como caminho para a superação do modelo capitalista de produção no campo, enquanto que Pinheiro Machado defendia a possibilidade de aplicação da Agricultura Alternativa em pequenas e grandes propriedades e chegou a ser vaiado em alguns momentos de sua fala ao afirmar esta posição.

Lutzenberger ao adentrar na discussão a respeito das tecnologias oferecida pela Revolução Verde à agricultura chama à reflexão a importância de compreender a serviço de quem a tecnologia se encontra, quais as implicações em aceitar fazer uso dela. Para ele, a maneira como a tecnologia é instrumentalizada e onde, ou seja, em que contexto social está inserida, representará se é uma tecnologia com o objetivo de servir as necessidades humanas ou somente aos capitalistas (FAEAB, 1987, p. 127). Levantou ainda a discussão a respeito da intenção das multinacionais em aumentar a dependência dos produtores com as tecnologias genéticas que vinham desenvolvendo e escondendo essa intenção atrás do discurso de contribuir para o fim da fome. Assim, afirmou que "Muitas empresas estão fazendo manipulação genética, para produzir e colocar no mercado cultivares não resistentes a doenças e pragas, mas resistentes a seus próprios agrotóxicos" (FAEAB, 1987, p. 125).

Adilson Paschoal concentrou sua fala na importância dos estudantes assumirem, nas Universidades, a frente das lutas para incluir disciplinas e projetos de agricultura alternativa nos currículos, enquanto Jean Marc von der Weid concentrou-se em expor a importância dos movimentos sociais do campo se organizarem para, a partir da agricultura alternativa, fazer frente às condições precárias de auxílio oferecidas aos pequenos produtores pelo Estado e para a importância da extensão rural estar preparada para trabalhar com cada realidade encontrada nas propriedades, respeitando e incluindo o produtor no processo produtivo, afastando-se o máximo possível a assistência do tecnicismo.

Fausto Andrelevicius foi o último dos debatedores a fazer suas colocações. Em sua fala percebemos muitas referências a CPT, ainda muito representativa dentro do MST neste momento, e uma preocupação em apontar questões de ordem mais políticas e sociais em relação ao acesso à terra a partir da reforma agrária do que encontrar uma definição para agricultura alternativa ou fazer a ela uma defesa como caminho para superar a exploração do trabalhador rural do campo, como foi referenciado pelos debatedores anteriores a ele em suas respectivas falas.

No início de seus apontamentos, Andrelevicius fez uma ressalva afirmando que "[...] talvez minhas palavras fujam um pouco do tema, mas me perdoem, pois é aquilo que os trabalhadores sem terra gostariam que transmitíssemos ao público que aqui está." (FAEAB, 1987, p. 136). Após apresentar alguns dados do IBGE de 1986, afirmando que a especulação imobiliária vinha contribuindo para a expulsão do trabalhador rural do campo, continuou sua fala se dirigindo aos engenheiros agrônomos com o seguinte questionamento:

Assim, pergunto a vocês Engenheiros Agrônomos que estão preocupados com a agricultura alternativa, para quem vocês vão trabalhar? o compromisso é com o agricultor ou com o latifundiário? Assim companheiros devemos dar as mãos e ajudar estes trabalhadores rurais sem terra a se organizarem, juntando sindicatos, outros movimentos populares e pessoas responsáveis pela agricultura, que são os educadores e lutarmos juntos para sanar o êxodo rural. (FAEAB, 1987, p. 137).

Os próprios trabalhadores não sabem porquê e por quem são explorados, pois não sabem industrializar, sabem apenas plantar e colher. O trabalhador trabalha o dia inteiro, para defender o pão e não tem tempo par estudar. Esta é a situação do trabalhador rural no campo. (FAEAB, 1987, p. 138).

Seu argumento está mais na alçada da denúncia a respeito da reforma agrária, que no ponto de vista do MST, não estava acontecendo de maneira minimamente satisfatória, com assentamentos em condições precárias servindo de estoque de mão de obra para as fazendas vizinhas. Fez denúncias também de perseguições e assassinatos de lideranças do movimento. (FAEAB, 1987, p. 136-137).

Considerando o contexto histórico do MST em 1987, neste momento, Andrelevicius falava de um MST ainda tendo os primeiros contatos com a forma alternativa de agricultura, ainda mais focado em conseguir a terra para nela produzir e conquistar as necessidades materiais básicas. De certa forma provocativo, o questionamento sobre com quem estaria o compromisso dos agrônomos, pode ter sido a partir de uma perspectiva de que para ele, como

integrante e representante do MST na mesa de debate, o acesso à terra era mais importante que o modo de agricultura a ser implantado.

Para Luzzi, até fins dos anos 1980, o MST não tinha uma formação clara a respeito de tecnologias alternativas e parece não existir experiências deste tipo de trabalho sendo desenvolvidas dentro do movimento (2007, p. 121). Até fins dos anos 1980, ao MST importava menos as tecnologias utilizadas do que a possibilidade do controle dos meios de produção: a terra. No entanto, no Caderno de Formação nº10 do MST, de 1986, existe um capítulo para “O Uso de Tecnologias Alternativas” que discute o papel das multinacionais na modernização da produção agrícola e o papel do Estado na reprodução desse modelo tecnológico, que previa importação de tecnologias externas, desqualificação do conhecimento e práticas tradicionais dos agricultores e uso excessivo de agrotóxicos (p. 25-28).

Em relação ao posicionamento de Andrelevicius, é interessante notar que aproximadamente dois meses antes do III EBAA, tinha ocorrido o III Encontro Nacional do MST. De acordo com as deliberações deste Encontro, reunidas no Caderno de Formação número 12, o foco estava na necessidade de se organizar para a produção cooperada (MST, 1987). Por não encontrar neste documento menção a questões ambientais, isto nos levou a crer mais uma vez que apesar de existirem posicionamentos em prol da natureza, conhecimento de agricultura alternativa, eles não faziam parte ainda das prioridades das lutas do MST.

Em 1989, ocorreu o V encontro Nacional do MST, e a partir das deliberações deste encontro, é produzido um plano quinquenal para o Movimento, ou seja, foram traçados neste encontro objetivos para o MST entre 1989 e 1993 (MST, 1989). Entre os 49 pontos e diversos itens levantados pela avaliação de conjuntura feita neste Caderno de Formação 17 a respeito dos subitens "Terra, os Meios de Produção e o Mercado", "A Burguesia no Meio Rural", "Os Trabalhadores no Meio Rural", é possível avaliar que apenas dois dizem respeito diretamente a questões ambientais, enquanto os outros giram em torno do arranjo capitalista nacional e internacional que dificultam o acesso à terra, concentração da terra e as ferramentas de aprisionamento do pequeno produtor em um ciclo de dependência em relação ao mercado capitalista. Percebe-se que existe uma preocupação com a preservação de recursos naturais, mas só é apontada a necessidade e não entram no mérito do por quê preservar, como é feito com os temas destacados acima.

Nos itens "A Luta pela Reforma Agrária" e "Desafios da Luta pela Reforma Agrária", e nos subitens "Sobre a Questão das Alianças" e "Sobre as Questões Relativas a Luta pela Terra", fica mais destacado o entendimento de que a luta pela terra não é só do MST, que é

preciso buscar entre outros setores da classe trabalhadora o apoio a causa da reforma agrária. O texto enfatiza muito a necessidade de aproximação com os operários principalmente, mas não descarta a aproximação com outros grupos desde que atendam às necessidades do movimento.

28. A luta pela terra é o motor principal da luta pela reforma agrária. No entanto, esta luta ainda permanece com um caráter corporativista. Nesta nova conjuntura de desenvolvimento do capitalismo e das lutas dos trabalhadores impõem-se a necessidade de transformar a luta pela terra em lutas massivas e permanentes, com caráter classista.

[...]

30. Nesse processo precisamos ir acumulando forças, ampliando o trabalho entre as massas dos diferentes segmentos camponeses, dos assalariados rurais e realizando alianças com os operários e demais setores progressistas da sociedade. (MST, 1989, p. 10).

Com relação ao item “Perspectivas para o MST – 1989/1993”, encontramos que

57. As alianças conjunturais, visando alguma ação em comum, de caráter imediato, devem ser feitas com todos os setores interessados, de modo a enfrentar o inimigo principal, e de se obter as conquistas exigidas pelos trabalhadores naquele momento.

58. A construção de alianças, deve obedecer à prioridade de podermos avançar na ampliação do movimento de massas e de romper com o isolamento do meio rural [...] (MST, 1989, p. 14).

A partir destes apontamentos, é possível inferir que o MST se colocava com uma abertura maior neste momento a outras organizações que pudessem vir a somar em sua luta contra o capital, não apenas no meio rural, mas de forma geral, partindo do entendimento de que a reforma agrária era o caminho para uma sociedade mais justa e igualitária também para o espaço urbano.

Ao longo dos anos 1990, o MST começou a pensar em uma luta por uma reforma agrária mais ampla, para além da simples distribuição de terras. No documento intitulado *Rumo ao II Congresso Nacional* quando trata das vantagens da reforma agrária, é apontada a possibilidade de aumentar a produção de alimentos e baixar os preços, mas não faz menção a qualidade dos alimentos como aconteceu a partir do momento que a agroecologia passa a ser mencionada como forma de luta (MST, 1990a, p.3). A temática ambiental durante este momento continuou não sendo o foco, porém, menções e cobranças por um Estado que atentasse ao meio ambiente continuaram aparecendo esporadicamente nos Cadernos. Neste mesmo documento, Rumo ao II Congresso Nacional, em um dos itens de reivindicações que o

MST pretendia apresentar ao Presidente da República estava incluso "Políticas de estímulo à preservação do meio ambiente, recuperação e conservação do solo e de reflorestamento nos assentamentos" (MST, 1990a, p. 2).

Em outro documento de 1990, intitulado "Resposta ao Ministro da Agricultura", uma carta de repúdio ao Ministro da Agricultura de Collor, Antônio Cabrera Mano Filho, após o ministro ter afirmado que a maioria dos agricultores assentados desistiam de suas terras. Neste texto, o MST rebate as acusações do ministro, e aproveita para cobrar coerência do Governo com a questão ecológica, denunciando que apesar de ter José Lutzenberger como Secretário do Meio Ambiente, na secretaria geral do Ministério da Agricultura foi colocado José Lourenço da Silva, ex-presidente da Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas, e reconhecem o agrotóxico como o mais grave problema ecológico do campo (MST, 1990b, p. 3).

O Caderno de Formação número 20<sup>70</sup>, de abril de 1993, retomou a discussão sobre as técnicas alternativas de produção. O Caderno reconhece que se discute pouco no MST a questão das tecnologias de produção condizentes com o desenvolvimento rural buscado pelo MST e faz referência a necessidade de discutir mais essas tecnologias, principalmente as que respeitem e preservem de forma racional o meio ambiente (MST, 1993b, p. 50).

Em agosto de 1993, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) publicou o primeiro número do Caderno de Cooperação Agrícola, o qual possui na apresentação o seguinte apontamento

No MST temos debatido pouco este tema [desenvolvimento rural]. Em geral, tem-se a idéia de que 'desenvolvimento rural seria garantia de progresso econômico e social para todos os que vivem no meio rural, de forma sustentável e respeitando o equilíbrio de recursos naturais. de maneira a garantir melhorias permanentes das condições de vida, para todos, e não só para alguns, no aspecto material (alimentação, habitação, transporte, etc), cultural e espiritual.

No entanto, para alcançarmos esse desenvolvimento sonhado precisamos alterar todo o modelo de produção agropecuária no país. E alterar o poder político. E além disso, precisamos discutir como chegar lá, para que todos os trabalhadores se beneficiem desse processo. (CONCRAB, 1993, p. 5)

---

<sup>70</sup> Após o Caderno de Formação número 17, de 1989, que trazia os planos do MST para os anos de 1989-1993, só voltou a ter publicação do Caderno de Formação em 1991, intitulado "O que Queremos com as Escolas dos Assentamentos", e após este, o número 19 só foi publicado em 1993, com o título "Calendário Histórico dos Trabalhadores".

Neste trecho percebemos a utilização do termo sustentável e a menção a equilíbrio de recursos naturais. Além disso, o texto aponta para alterar o modo de produzir como meio de se atingir o desenvolvimento desejado pelo MST.

No documento, percebemos também a revisão da temática ambiental com discussão acerca das patentes genéticas de sementes, da coerência do modelo produtivo com a luta dos trabalhadores sem-terra e um cuidado em explicitar a necessidade de se fazer uma proposta de desenvolvimento rural para que os trabalhadores não fiquem reféns do projeto burguês

[...]Hoje, ou corremos o risco e tentamos ir rascunhando um projeto de desenvolvimento rural ou ficamos na defensiva, na crítica e na espera de que um governo "bom" resolva nossos problemas. Mas podemos assumir as rédeas de nossa história. Se não fizermos isto copiaremos o projeto da burguesia na esperança de sobreviver, o que normalmente acontece, ou participamos para uma falsa resistência que apenas adia a nossa expulsão do meio rural." (CONCRAB, 1993, p. 7)

Hoje, a realidade nos pressiona a assumir uma nova concepção de desenvolvimento rural onde seja possível incluir a preservação do meio ambiente que garanta, de fato, a fixação ou sobrevivência dos trabalhadores rurais no campo, sem estarem a serviço, direta ou indiretamente, de um 'patrão'" (CONCRAB, 1993, p. 10)

De maneira diferente dos textos anteriores a 1993, que foram lidos para esta pesquisa, este traz seguidas referências a preservação do meio ambiente de forma sustentável em relação a transformação do trabalhador no campo, através de uma proposta concreta de desenvolvimento rural contraposto ao capitalista - "[...] Já sabemos que não basta fazer condenação da modernização que acontece no campo. [...]" (CONCRAB, 1993, p. 10).

Considerando que a produção agrícola é dependente do equilíbrio do ecossistema, pode ser observado que o MST faz uma relação de problemas relacionados à adoção dos modelos capitalistas de produção no campo, como neste trecho que trata justamente sobre possíveis causas da adoção da modernização capitalista do campo

Utilização irracional dos recursos naturais provocando uma ação predatória, causando a compactação e morte do solo, a erosão, o assoreamento dos rios e vertentes, o envenenamento da terra e das águas, a eliminação de espécies vegetais, animais e até de florestas inteiras, causando um desequilíbrio no ecossistema e assim aumentando as pragas e variações climáticas. (CONCRAB, 1993, p. 14).

O texto segue bastante o padrão do planejamento de 1989 a 1993, no entanto é possível perceber a preocupação maior com questões que envolvam equilíbrio do meio ambiente para o sucesso da produção agrícola e assim, também, do desenvolvimento rural.

Em nota de rodapé, ao explicar o meio de produção familiar a que se refere como resistência em forma de competição com o livre mercado, é expresso o seguinte:

[...] para a produção familiar se manter, isto é, 'competir' no mercado pelo seu valor de troca (trabalho abstrato), necessita de uma super-utilização dos seus meios de produção, inclusive da terra, e da mão-de-obra familiar que, normalmente não é contabilizada, e de passar a utilizar tecnologias alternativas e a seguir princípios agroecológicos que, também, vem de fora (técnicos) como um outro modelo de produção e que, por isto, nem sempre são seguidos. No princípio parece que dá certo por causa da alta produtividade, mas, a super-utilização de seus recursos é um paliativo cruel na dilapidação dos recursos naturais [...] (CONCRAB, 1993, p. 21)

A crítica deste parágrafo se dirige à tentativa de se enquadrar o modelo de produção do campo ao modelo capitalista, mesmo quando se parte da agroecologia, trazida aos assentados pelos técnicos, muitas vezes com pouca familiaridade com a vida de assentado. Essa crítica também foi feita durante o III EBAA e ressaltada a importância do trabalho do técnico estar em consonância com as necessidades do assentamento para o sucesso da agricultura alternativa.

É interessante notar que apesar do MST ter avaliado que tentar enquadrar a produção familiar ao modelo de mercado não daria certo, a crítica feita pelo Movimento não foi dirigida ao modelo de produção agroecológico, uma vez que foi admitido no texto que muitas vezes ele não era aplicado pois era visto como algo que "vem de fora", ou seja, de fora dos costumes do agricultor. A crítica que coube aqui, e parece subentendida, uma vez que ao longo do texto é possível perceber o descontentamento do MST com a assistência técnica, é aquela feita pelo Movimento ao modo de intervenção do técnico junto aos agricultores, como observado nesta citação, por exemplo

Já sabemos que a competência e a vontade dos técnicos não invertem [acredito que era invertem] a correlação de forças e, portanto não geram transformação, se não houver a adesão dos trabalhadores rurais. [...] Precisamos conseguir assessoria técnica disposta a construir conosco a 'tecnologia alternativa' que precisamos (CONCRAB, 1993, p. 30)

E ao discutir modelos de produção e tecer críticas às tentativas de assentados em aderirem e/ou adaptarem-se ao modelo tecnológico de produção convencional como forma de

desenvolvimento rural, o texto traz a seguinte conclusão em favor da adoção do modelo de produção agroecológico "[...] Na medida que são capazes de começar a produzir para o mercado, alterando o modelo tecnológico e buscando uma maior produtividade e ao mesmo tempo levando a sério os princípios agroecológicos, tendem a avançar" (CONCRAB, 1993, p. 25).

Um dos aspectos importantes de se notar neste documento é que o MST, embora não desenvolva os conceitos de agroecologia, já se mostra adepto a sua adoção, introduzindo-a em suas comunicações. Embora seja perceptível que o foco está mais na cooperação entre trabalhadores rurais como forma de desenvolvimento rural.

Outro aspecto interessante de se notar é que apesar da inclusão do termo e da discussão sobre a importância de se adotar a agroecologia, percebemos ao final do texto que o conceito ainda estava inserido de forma incipiente no Movimento, uma vez que é feita esta observação a respeito da agroecologia:

A conservação e a recuperação racional do solo e dos demais recursos naturais é absolutamente necessário. Precisamos dominar a adubação orgânica animal e vegetal, o controle biológico de pragas, o combate a erosão, a produção de artigos mais saudáveis... Mas, não podemos cair na negação total dos produtos químicos-industriais; apenas seduziremos [acredito que era reduziremos] a sua utilização ao máximo, evitando assim prejuízos vitais ao produtor e tendo produtos diferenciados, garantindo assim faixas de mercado. Temos que garantir o meio ambiente e, ao mesmo tempo, a qualidade e a produtividade na produção agropecuária [...] (CONCRAB, 1993, p. 30-31)

É possível inferir que a proposta de adoção de tecnologias alternativas e ecológicas possa ainda estar ligada à estratégia de mercado, e que a concepção da produção se conservava presa ainda à proposta de aumento da produção.

Em dezembro de 1993 foi tornado público um documento, fruto do VII Encontro Nacional do MST, ocorrido em Salvador-BA, ou seja, estas propostas já vinham sendo discutidas antes de 1993, em âmbito também estadual e regional, e estavam sendo deliberadas, então, no Nacional.

O documento é constituído de 89 itens numéricos sequenciais subdivididos em 9 temas. O tema 2, iniciado no item 22 e concluído no 39, trata dos "Assentamentos", e possui um de seus itens específico sobre implantação de técnicas agroecológicas nos assentamentos, utilizando-se do termo agroecológico como pode ser observado na citação: "36. Implantar políticas de preservação do meio ambiente com a utilização de técnicas agroecológicas" (MST, 1993c, p. 4).

O quinto tema, iniciado no item 53 e concluído no 64, trata da “Amazônia, Áreas Indígenas e Meio Ambiente” e demonstra uma preocupação com recuperar e preservar o meio ambiente, principalmente nas áreas de assentamentos na Amazônia. É proposto no item "58. Desenvolver um programa de orientação sobre o manejo e utilização econômica das áreas de reserva legal" (MST, 1993c, p. 6) e o 64 expressa a necessidade de "Desenvolver tecnologias alternativas, adequadas ao equilíbrio ecológico evitando o uso de agrotóxicos, a poluição das águas, a intoxicação dos alimentos e a depredação dos recursos naturais" (MST, 1993c, p. 6). Este documento expunha ainda sobre a importância de se compreender a Amazônia como reserva ecológica de biodiversidade, colocando-se contra a exploração irracional de recursos, e propondo ocupar as áreas que possuíssem produção predatória ao meio ambiente e que causassem desequilíbrio ecológico.

Assim, afirmam que a partir destas medidas, o MST colocaria como pretensão combater a fome, o desemprego e a miséria, ao passo que eliminaria a concentração de terras e riquezas, apontados como causadoras das injustiças no Brasil (MST, 1993c, p. 8). Isto pode ser um indicativo de que agroecologia estava começando a ser pensada como ferramenta de luta também política.

Em 1994, ocorreu no Peru o I Congresso Latino Americano de Organizações do Campo (CLOC) em que o MST teve a oportunidade de expandir suas relações e entrar em contato com outras organizações que também lutavam por reforma agrária.

No III Congresso Nacional, em 1995, que segundo a contagem do próprio MST contou com a participação de 5226 pessoas entre convidados e delegados, estabeleceu-se que a reforma agrária deveria ser capaz de modificar a estrutura da propriedade da terra. A terra deveria servir às necessidades do povo e em prol da sociedade e garantir a segurança alimentar, através da utilização de técnicas de produção alternativas ao modelo tecnológico da Revolução Verde. Técnicas que respeitassem o equilíbrio do meio ambiente e fossem capazes de produzir alimentos com qualidade<sup>71</sup>. Deveria existir acesso a créditos e subsídios em apoio a produção cooperativada e familiar, entre outras características que podem ser melhor observadas no Caderno de Formação n. 23 do MST (1995b, p. 20).

O atual modelo tecnológico adotado na agricultura visa apenas o lucro das empresas produtoras de insumos. E é completamente predatório aos nossos recursos naturais: solo, água, fauna e flora. E sobretudo, prejudicial ao ser

---

<sup>71</sup> A segurança alimentar referida desta maneira se aproxima do conceito de soberania alimentar defendido pela Via Campesina em 1996.

humano, tanto pela contaminação no uso de agrotóxicos, como por comprometer os recursos naturais para as gerações futuras.

[...]

[Deve-se] Utilizar técnicas adequadas e desenvolver programas de capacitação técnica dos agricultores em todas as regiões do país. Especializando quadros em diferentes áreas específicas do novo modelo tecnológico. (MST, 1995b, p. 25-26).

Este Caderno retoma a discussão do desenvolvimento do capitalismo no campo a partir da concentração da terra e do crédito, ligando o desenvolvimento a manipulação genética das multinacionais, aumento de uso e dependência de máquinas e produtos químicos que provocam a destruição e desequilíbrio do meio ambiente, acarretando danos à saúde do homem, tanto por marginalizá-lo quanto por produzir alimentos contaminados e em quantidades insuficientes para alimentar a população (MST, 1995b). Quando debate a necessidade de aumentar a produtividade, é acompanhada de preservação de recursos naturais e da qualidade do alimento (MST, 1995b, 23). Também se observa a continuidade das denúncias às péssimas condições de vida do trabalhador rural e sem-terra, assim como as denúncias de perseguição e violência contra os assentados (MST, 1995b, p. 15-17).

Nota-se com essas propostas que os princípios das bandeiras do MST foram mantidos, porém foram ampliados na justificativa, ou seja, eram apresentados como forma de beneficiar toda a sociedade, com a introdução de algumas lutas novas, como é o caso da segurança alimentar através da agroecologia.

Em 1996, ocorreu no México, na cidade de Tlaxcala, a II Conferência da Via Campesina, da qual o MST participou. Nesta conferência foram debatidos e formuladas propostas de ação a serem adotadas pelos movimentos participantes da Via Campesina. Entre eles estavam questões de reforma agrária, gênero, direitos humanos, patente genética, agricultura campesina sustentável e soberania alimentar (VIA CAMPESINA, 1996).

A filiação a Via Campesina também trouxe para dentro do MST a necessidade de debater mais sobre estes temas, novos contatos com ONGs, Associações e órgãos internacionais. Inspirado pela discussão agroecológica, em 1997 foi criada, no RS, a Bionatur, uma experiência do MST em produção de sementes de hortaliças de maneira orgânica e de forma cooperativada, com o intuito de disseminá-las entre as famílias assentadas e disseminar também a prática de reprodução e troca de sementes (VALADÃO; BRANDENBURG, 2009, p. 11).

Na apresentação do Caderno de Formação número 25, de 1997 (1997b), intitulado “Preparação dos Encontros Estaduais e 9º Encontro Nacional MST”<sup>72</sup>, o Movimento ressalta diversas conquistas no ano de 1997, entre elas, muitas são referentes a intercâmbios com outros movimentos de outros países, e participações em eventos internacionais.

Também neste ano de 1997, as viagens e convites para visitar outros países multiplicaram-se como nunca. Foram dezenas de militantes nossos que tiveram a oportunidade de conhecer a realidade de outros países, de outros povos, intercâmbio, experiências, conhecimentos e exercitando os valores da solidariedade e companheirismo (MST, 1997b, p.5).

Como preparação para os Encontros Estaduais, o caderno traz uma análise de conjuntura sobre a política agrária no Brasil em que na avaliação do MST o projeto de agricultura que o governo Fernando Henrique aplicou dando continuidade ao de Fernando Collor, seguia o padrão de abertura ao capital estrangeiro e inviabilizava a reforma agrária, pois reduzia o investimento em pequenas propriedades. Assim, esta política estava assentando menos famílias do que o número de famílias que perdiam as terras. Ela prezava por incentivo à produção de culturas para serem vendidas no mercado externo e baseava o método de produção nos pacotes das multinacionais indo contra a ideia de segurança alimentar (MST, 1997b). A questão da segurança alimentar é muito evidenciada em vários momentos pelo caderno.

Diante das alianças feitas pelo MST com outros movimentos camponeses<sup>73</sup> pelo mundo, percebemos uma preocupação do Movimento em fazer um esforço para aproximação da identidade dos assentados com camponeses de outros países. Teceu-se uma leitura sobre a crise gerada em países periféricos pelo modelo capitalista de produção no campo como característica da agricultura convencional imposta pelas elites mundiais, destacando a incompatibilidade deste modelo de produção com as características edafoclimáticas<sup>74</sup> destes países.

---

<sup>72</sup> O Intuito deste caderno foi apresentar algumas discussões a serem feitas no Encontros Estaduais no fim do ano de 1997, para serem apresentadas e deliberadas no 9º Encontro Nacional do MST que ocorreu em janeiro de 1998 em São Paulo.

<sup>73</sup> Aproveitando uma definição utilizada pelo próprio MST no período de que trata esta passagem do texto, o conceito de camponês ao qual MST se refere é definido como: "25 - Camponeses sem terra é uma categoria política formada pelos sem-terra que conquistaram a terra. Embora o governo procure incutir o conceito de com-terra, esses sujeitos mantêm a sua identidade. Com essa consciência política continuam lutando pela terra, organizando novos grupos de famílias sem-terra" (MST, 1998e, p. 57).

<sup>74</sup> Referente a condição e características do solo associadas as condições climáticas em determinada região.

O modelo tecnológico adotado nas agriculturas periféricas [em relação aos países periféricos] segue uma lógica unicamente consumista de produtos agroindustriais produzidos por empresas transnacionais. E não tem nenhuma relação com o clima, condições de solo, de nossos países. É um modelo tecnológico deslocado mecanicamente dos países centrais, e estão trazendo enormes consequências, incontáveis, tanto para os recursos naturais disponíveis, quanto para a sobrevivência do homem, assim como para o aumento permanente da produtividade por hectare; (MST, 1997b, p. 30)

O Caderno de Formação número 26, de 1998, intitulado “A Vez dos Valores” (1998a), pretendeu criar conceitos ou, pelo menos, introduzir conceitos referentes a alguns valores que todo sem-terra deveria prezar, como o de solidariedade, respeito a vida, beleza, entre outros. Como forma de demonstrar aqui a inserção do MST cada vez mais nos preceitos agroecológicos que o Movimento vinha construindo internamente e em conjunto com outros movimentos camponeses, é interessante notar neste caderno que o valor referente à beleza enfatiza bastante o reflorestamento dos assentamentos e conservação da biodiversidade (MST, 1998a, p. 9), enquanto os valores referentes à vida trazem críticas aos agrotóxicos e ao técnico que não consegue perceber que o modelo de produção faz parte da saúde do produtor (MST, 1998a, p. 12).

Tanto os Cadernos de Formação de 1997, quantos os de 1998 e 1999 possuem um trabalho de rememoração constante dos caminhos trilhados pelo MST e da importância da adoção das novas políticas acordadas no 3º Congresso Nacional, em 1995, para que a luta do movimento seja mais coerente e efetiva.

No Caderno de Formação número 31, de 1999a, ao fazer um retrospecto do aprendizado que o Movimento teve durante seus anos de luta o MST reconhece que de início a luta era apenas econômica, pela terra e pelas condições de sobrevivência, afirmando que

Segue-se os principais elementos de avanços que já superamos na luta de classe da reforma agrária.

1. Organizar os trabalhadores para lutar apenas pela conquista "econômica" da terra, como luta de sobrevivência. (MST, 1999a, p. 39).

E segue um pouco a frente ao tratar do período de fim dos anos 1980,

[...] É necessário articular esta resistência com a sociedade local, nacional e internacional, para que se consiga vitórias econômicas e políticas com a participação do maior número de pessoas possível. (MST, 1999a, p. 42)

A fase da luta pela terra como necessidade da categoria dos "Sem Terra" foi importante na década passada e início desta para dar identidade ao

Movimento. Na medida em que o Movimento obteve consistência e a reforma agrária passou a ser uma bandeira nacional, e por outro lado, o Estado virou "usurpador" dos direitos fundamentais dos trabalhadores, as lutas cooperativas perderam o sentido de existir. (MST, 1999a, p. 43)

No IV Congresso Nacional do MST, em 2000, a agroecologia foi assumida como uma das bandeiras de luta e apresentada como modelo produtivo e político de oposição ao individualismo, a monocultura, aos transgênicos, uso de agrotóxicos e concentração de terras que eram representados pelo modelo convencional capitalista.

A partir de então, o MST passou a desenvolver políticas mais concretas de afirmação da agroecologia e a reviver debates antigos sob novas prioridades. Como exemplos podem ser citados o desenvolvimento de atividades de intercâmbio e tentativas de iniciar assentamentos modelos de agroecologia, como é o caso do Dorcelina Folador, de Arapongas-PR, fundado no fim de 1999. Ainda como exemplo podemos citar o posicionamento contrário à propriedade intelectual de seres vivos, tomado pelo MST, juntamente com a Via Campesina em 2001, dando continuidade a um debate que ocorria dentro do Movimento ao menos desde o III EBAA. Em 2002 iniciaram-se as Jornadas de Agroecologia; em 2005 foi criado o Coletivo Nacional de Frente de Meio Ambiente, e outras iniciativas.

Essas ações demonstram que o MST, naquele momento, após o IV Congresso Nacional em 2000 principalmente, estava definitivamente alinhado com uma proposta agroecológica em que se criavam mecanismos para discussão e aplicação da agroecologia e não apenas utilizando algumas de suas premissas como forma de garantir a subsistência de assentamentos com poucos recursos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das transformações ecológicas dentro do MST não é inédito. Como visto neste trabalho, outros autores já se lançaram na produção de conhecimento a este respeito. Entre eles temos Luzzi (2007), Barcellos (2010) e Borsatto que foram amplamente utilizados neste trabalho. Basicamente estes autores apontam que a relação ecológica do MST se deu de forma gradativa logo após sua fundação, como maneira de se opor ao que representava o Pacote Tecnológico da Revolução Verde que era o modelo capitalista de produção no campo.

Demonstramos a partir da análise das fontes selecionadas que o MST começou a inserir nos Cadernos de Formação a importância da adoção de uma agricultura alternativa como forma de se contrapor a representações do Capital no campo. Vimos também que o conceito de agricultura alternativa estava em debate naquele contexto entre ambientalistas e agrônomos. Mas logo, principalmente após 1990, os Cadernos passaram a ter menos conteúdos relativos às técnicas alternativas de produção, objetivando-se primeiro as necessidades de se estabelecer na terra. Para isso, não se opunham ao uso em certa quantidade de agrotóxicos, mas sem deixar de fazer ressalvas a importância de preservar o meio ambiente. Após 1995, surgiram outras forças anticapitalistas internacionais pró meio ambiente e o MST encontrou apoio e se fortaleceu nelas, adotando e adaptando para si um modelo de produção agroecológico como bandeira também de luta social e não apenas como uma forma de produção no campo.

Assim como estes autores citados anteriormente, este trabalho apresenta uma análise do processo de transformação do modelo de agricultura e luta do MST como tendo preceitos ecológicos desde o início do Movimento, embora o foco ecológico fosse outro daquele assumido em 2000, oportunidade em que foi afirmado como caminho de luta contra o Capital a partir do modelo agroecológico de produção.

No entanto, à diferença destes autores que fizeram suas análises a partir de fontes basicamente externas ao Movimento, procuramos apreender a construção do discurso ecológico no MST priorizamos a utilização de fontes produzidas pelo próprio MST. Optamos por trabalhar com os Cadernos de Formação e os de Cooperação Agrícola, informes de deliberações de eventos, notas em resposta a acusações feitas pelo Estado e anais de eventos. Ainda, como forma de demonstrar a hipótese de que o MST estava em consonância com a Revolução Ambientalista que vinha se desenvolvendo na sociedade, nos utilizamos do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa.

Assim, destacamos que a incorporação da ecologia pelo Movimento ocorreu demarcada em um contexto histórico de transformação social da interação homem e natureza que produziu profundas alterações nas política, economia e cultura internacional e nacional. Sendo assim, as relações que o MST teve com outros grupos surgidos nesse momento fizeram parte da sua construção do conceito de agroecologia. O III EBAA, em 1987, mereceu um grande destaque neste aspecto pois aproveitando o momento de abertura política do país, deu espaço e voz para que o MST apresentasse suas demandas em um evento para tratar especificamente de agricultura alternativa, construído, naquele momento, pelos grandes nomes do ambientalismo brasileiro, agrônomos, estudantes de agronomia, sindicatos, ONGs e movimentos do campo.

Apesar de a temática ecológica ter ficado em segundo plano dentro do MST até meados dos anos 1990 em função de um foco maior nas denúncias de violência e perseguição do Movimento pelo Estado neoliberal e da necessidade de se fortalecer internamente para resistir, é possível perceber nos Cadernos posteriores, a continuidade do debate naquela linha de discussão ocorrida no III EBAA.

Outra questão que merece destaque nestas considerações é a contribuição da história ambiental para a pesquisa e análise deste trabalho. A partir da história ambiental percebemos o ser humano como parte inseparável do ambiente em que está inserido e seu nascimento e sobrevivência dependem deste meio. Sendo assim qualquer tentativa de reconstrução do passado precisa incluir tanto a natureza quanto o homem em suas atividades humanas. A história ambiental proporcionou as bases para olhar para o contexto histórico de surgimento e desenvolvimento do MST como um momento de profundas transformações na leitura que os homens faziam do meio ambiente, contrabalanceando necessidades materiais com responsabilidades ecológicas e sociais ao mesmo tempo em que se percebia e compreendia no mundo as respostas da natureza às ações humanas.

Assim, percebemos que se a luta pela terra foi a bandeira inicial do MST, posteriormente estas bandeiras foram se tornando mais amplas, abrangendo desde qualidade de vida digna no campo, a segurança alimentar e o **respeito** a natureza. À diferença das primeiras menções que os Cadernos de Formação fazem em relação a necessidade de se preservar a natureza, no fim da década de 1990, com a aproximação do MST a outros movimentos agroecológicos, quando se trata o respeito à natureza se fala da compreensão da relação com a natureza na manutenção da vida em equilíbrio com o meio através de um modelo de produção alternativo, que fosse coerente com os posicionamentos do Movimento. Dessa forma, seguindo os preceitos da história ambiental, percebemos que a natureza não se

apresenta de forma direta ao ser humano, mas precisa ser compreendida em sua relação com as sociedades e grupos humanos.

É importante ressaltar aqui que possuímos a consciência de que a tentativa de perceber a construção deste discurso somente através dos documentos produzidos pelo MST é apenas uma interpretação possível desta trajetória, em que um trabalho de campo, no chão dos acampamentos/assentamentos poderia trazer à luz contribuições riquíssimas a respeito das práticas e representações ecológicas dentro do Movimento. Neste sentido, sempre que oportuno, procuramos fazer adendos e considerações acerca das subjetividades na luta pela terra.

Assim, analisamos que como movimento social surgido concomitantemente a expansão do ambientalismo no Brasil, o MST foi e ainda é um Movimento também ecológico e ao seu tempo, nos momentos que se mostraram oportunos, inseriram junto a suas lutas principais a luta ambiental, levando, em 2000, no IV Congresso Nacional do MST, à adoção da bandeira de luta Agroecológica como caminho para a luta no campo e desenvolvimento social.

## 6. REFERÊNCIAS

### 6.1. FONTES

#### 6.1.1. Impressas

CONCRAB. **Uma concepção de desenvolvimento Rural**. Caderno de Cooperação Agrícola, n.1, 1993.

\_\_\_\_\_. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999)**. São Paulo: Peres, 1999.

MST. **Encontro Nacional dos Sem Terra**. Cascavel, Parana, janeiro de 1984. Porto Alegre: MST, 1984.

\_\_\_\_\_. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Organização**. Caderno de Formação n. 5. São Paulo, 1985a.

\_\_\_\_\_. **Documento final do primeiro Congresso Nacional**. Porto Alegre, 1985b.

\_\_\_\_\_. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: a organização do movimento; quem é quem na luta pela terra**. Caderno de Formação n. 1. Porto Alegre, 1986a.

\_\_\_\_\_. **A luta continua: como se organizam os assentamentos**. Caderno de Formação n. 10. São Paulo, 1986b.

\_\_\_\_\_. **Elementos sobre a teoria da organização no campo**. Caderno de Formação n. 11. São Paulo, 1986c.

\_\_\_\_\_. **3º encontro nacional - nossas prioridades: organização da base; formação dos companheiros, articulação com a cidade; organização dos assentados**. Caderno de Formação n. 12. São Paulo, MST, 1987.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional do MST 1989 a 1993**. Caderno de Formação n. 17. São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. **MST rumo ao II Congresso Nacional**. 1990a.

\_\_\_\_\_. **Resposta ao ministro da agricultura**. São Paulo, 1990b.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Piracicaba**. São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **1893-1993 Canudos: 100 anos de luta**. São Paulo, 1993a.

\_\_\_\_\_. **A cooperação agrícola nos assentamentos**. Caderno de Formação n. 20. São Paulo, 1993b.

\_\_\_\_\_. **A Reforma Agrária que queremos**. Salvador, 1993c.

\_\_\_\_\_. **MST realiza exitoso Congresso Nacional.** São Paulo, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Programa de reforma agrária.** Caderno de Formação n. 23. São Paulo, 1995b.

\_\_\_\_\_. **Rumo ao 3º Congresso Nacional.** São Paulo, 1995c.

MST e CONCRAB. **Método de trabalho Popular.** Caderno de Formação n. 24. São Paulo, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Preparação dos encontros estaduais e 9º Encontro Nacional do MST.** Caderno de Formação n. 25. São Paulo, 1997b.

\_\_\_\_\_. **A vez dos valores.** Caderno de Formação n. 26. São Paulo, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Mística: Uma necessidade no trabalho popular e organizativo.** Caderno de Formação n. 27. São Paulo, 1998b.

MST e CONCRAB. **Pequenas histórias para entender economia política.** Caderno de Formação n. 28. São Paulo, 1998c.

\_\_\_\_\_. **Campanha de construção da escola nacional do MST.** Caderno de Formação n. 29. São Paulo, 1998d.

\_\_\_\_\_. **Gênese e desenvolvimento do MST.** Caderno de Formação n. 30. São Paulo, 1998e.

\_\_\_\_\_. **O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária.** Caderno de Formação n. 31. São Paulo, 1999a.

\_\_\_\_\_. **O massacre de Eldorado dos Carajás-Pará, Brasil.** Caderno de Formação n. 32. São Paulo, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Latifúndio – o pecado agrário brasileiro.** Caderno de Formação n. 33. São Paulo, 1999c.

\_\_\_\_\_. **O MST e a cultura.** Caderno de Formação n. 34. São Paulo, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Método de Organização.** Caderno de Formação n. 35. São Paulo, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndios! Texto para debate do 4º Congresso Nacional do MST.** São Paulo, 2000c.

#### 6.1.2. Orais

CeresHadich. Londrina, 20 de dez. 2016. Entrevista concedida a Darcio Cesar Constante.

## 6.2. BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, Ricardo - De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. in. **Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA - Anais**, Petrolina, 1997a.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997b.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formação do discurso da Agroecologia no MST**. 2010. 139 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/DDAS). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

BERNAT, Isaac Giribet. **Um novo jeito de organizar: A Nova Organicidade em/do Movimento; luta pela terra, Luta na terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil)**. 2012. 292 fls. Tese de Doutorado. Universitat de Lleida, Espanha, Departamento de História, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. trad. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BORGES, M. C. **De Pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP**. Assis, 2004, 391 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

BORSATTO, Ricardo Serra. **A agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (mst) e assentados da reforma agrária**. 2011. 298 fls. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, 2011.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, jul-dez. 2002.

BRASIL, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6938.HTM>>.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>.

BRENNEISEN, Eliane. The Landless Rural Movement and the settlements on the west of Paraná: agreements and disagreements over the struggle for land. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 128-163, abr, 2004.

BYÉ, P.; SCHMIDT, W. Agricultura familiar no Sul do Brasil—de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada?. **Estudos Sociedade e Agricultura**. p. 104-118, 2013.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, H. M; COSTA, F. S. Agricultura camponesa. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 28-34, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLACIOS, Roger. Os usos e abusos das ciências naturais pela história ambiental: interdisciplinaridade, diagnósticos e reflexões. **HALAC**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 180-207, 2014.

CRONON, William. Modes of prophecy and production: placing nature in history. **The Journal of American History**. v. 76, n. 4, p. 1122-1131, 1990.

CRUZ, Fábio Souza da. Do essencialismo ao não essencialismo? - reflexões sobre a identidade cultural do MST. **Lua Nova**, São Paulo, 80,p. 181-201, 2010.

DECOL, René D. Mudança religiosa no Brasil: uma visão demográfica. **Revista Brasileira de Estudos de População**. n. 16, p.121-137, 1999.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**. v. 15, n. 43, p. 157-172, São Paulo, 2001.

DIAS, Marcelo Miná. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria de Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. 199fls. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>>. Acesso em: 30 Set. 2014.

DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FAEAB. Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 2. 1984, Rio de Janeiro. **Agricultura alternativa – homem natureza namorando a terra: anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: FAEAB/AEARJ. 314p. 1985.

FAEAB. Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 3. 1987, Cuiabá. **Agricultura alternativa: anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa**. Cuiabá: FAEAB/FEAB. 284p. 1987.

FAO/INCRA. **Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil**. Versão resumida do Relatório Final do Projeto -UTF/BRA/036, janeiro de 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista Osal**, ano 9, 2008.

FERNANDES, B. M. Via Campesina. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 767-770, 2012.

FERREIRA, Ana Raquel P. Guedes. **História do movimento ambientalista: A sua trajetória No Piauí**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Universidade Federal do Piauí (UFPI), PIAUÍ. 2008.

FERREIRA, Isabelle Azevedo. Campo em confronto: a politização do meio ambiente através das campanhas e jornadas de luta do MST. in: **CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE**, 14, 2012, Recife-PE, p. 1-15.

FRANCIS, Paula Chagas. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): O estudo de caso do Assentamento Rural DorcelinaFolador (Arapongas- PR)**. 2005. 138 f. Monografia (apresentada ao Curso de Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina.

\_\_\_\_\_. **Os programas de créditos para os assentamentos rurais - o estudo de caso do DorcelinaFolador (Arapongas-PR)**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR. Curitiba, v. 4, n. 1, p. 78-97, jan./jun. 2009.

GARCIA, Marcílio Ronaldo. **MST – Assentamento DorcelinaFolador: História Oral da Luta na terra**. 2009. 82fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006: Resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuariaio.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2014.

JACOBI, Pedro. **Meio ambiente e sustentabilidade**. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Ed. Especial. São Paulo, p. 175-183, 1999.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, n. 118, p. 189-205, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Movimento ambientalista no Brasil - representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: RIBEIRO, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental - EDUSP – 2003b.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental: o desvio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. 182fls. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro. 2007.

MAPA -MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agricultura de precisão**.Brasília: Mapa/ACS, 2013.

MARTINS, Marcos Lobato. Teoria e Método. In: \_\_\_\_\_.**História e Meio Ambiente**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007. p.25.

MARTINEZ ALIER, Joan. **De la economia ecológica al ecologismo popular**. Barcelona: Editora ICARIA, 1994. Disponível em <<http://pdfsr.com/isbn/9788474262278>>. Acesso em: 25 out. 2016.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil vol. 4**, São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 559-658.

MIRANDA, R. S; CUNHA, L. H. H. A estrutura Organizacional do MST: lógica política e lógica prática. **Caderno CRH**, Salvador v. 26, n. 68, p. 363-376, Maio/Ago, 2013.

\_\_\_\_\_. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos semterra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NEGRI, Paulo Sergio. **A identidade ecológica do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST: o caso do assentamento DorcelinaFolador – Arapongas – Paraná**. 2005. 125fls. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2005.

OAKESHOTT, Michel. **Sobre a história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2003.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. v.24, n. 68, p. 81-101, São Paulo, 2010.

PELAEZ, V.; SCHMIDT, W. A difusão dos OGM no Brasil: imposição e resistências. **Estudos Sociedade e Agricultura**. P. 5-31, 2013.

PESCHANSKI, João Alexandre. **The organizationalevolutionof MST**. 2007. 165 fls. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

PORTAL DO PLANALTO. **Agricultura familiar já produz 70% dos alimentos consumidos no mercado interno do país**. 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/excluir-historico-nao-sera-migrado/agricultura-familiar-ja-produz-70-dos-alimentos-consumidos-no-mercado-interno-do-pais-informa-pepe-vargas>>. Acesso em: 22 set. 2014.

SILVIA, Regina; SATO, Michèle. Territórios e identidade: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso - Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 261-281, jul-dez 2010.

SIRKIS, Alfredo. Enquanto isso, na terra do pau-brasil. In: McCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1992.

STEDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária. **Estudos avançados**, vol. 11, nº 31. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 1997.

STÉDILE, J. P. e FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

THOMPSON, Edward, P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALADÃO, Adriano C.; BRANDENBURG, Alfio. **A emergência da dimensão ecológica nos assentamentos rurais do MST no Estado do Paraná**. in: Congresso Brasileiro de Sociologia, 14, 2009, Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=216&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=216&Itemid=171), acessado em, 7 de janeiro as 18h.

VEIGA, José Eli. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Caxambu, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

VIA CAMPESINA. **Memoria de la II Conferencia Internacional de la Via Campesina**. Tlaxcala, México, 1996.

VIOLA, Eduardo J. **O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecopolítica**. Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, 1987.

\_\_\_\_\_. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. In **XXI international congress of the Latin American studies association**, panel ENV, vol. 24, pp. 24-26. 1998.

VIOLA, Eduardo J.; NIKEL, James W. Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente: lições do Brasil. **Novos Estudos** 40. p. 171-184. 1994.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. in. SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

\_\_\_\_\_. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, v. VI, n. 1, p. 23-44, jan/jul 2003.

\_\_\_\_\_. Los historiadores y la naturaliza. **HALAC**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 114-128, 2015.

**ANEXOS**

## ANEXO A

Caderno de Formação nº 5, de 1985.



MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Organização. Caderno de Formação n. 5. São Paulo, 1985a.

## ANEXO B

Caderno de Formação nº 10, de 1986.

## 1. COMO ESTÃO ARTICULADOS OS ASSENTAMENTOS



### a) INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra já tem um grande número de vitórias. Desde as primeiras ocupações que aconteceram no ano de 1979, na Fazenda Macali (RS), em 1980, na Fazenda Primavera (SP) e na Fazenda Burro Branco (SC), e sobretudo a partir de 1984, muitas áreas foram conquistadas pela organização e luta dos trabalhadores rurais sem terra.

No capítulo 2, apresentamos uma tabela com um resumo das principais áreas já conquistadas: são mais de 70. Nas regiões de atuação do Movimento, praticamente 90 por cento das terras conquistadas foi graças à organização direta do Movimento. Outras áreas também foram conquistadas sob influência de partidos políticos, ou de forma espontânea, mas todas elas foram resultado de muita luta. Até hoje ninguém conseguiu terra ficando em casa esperando pro-

1

## ANEXO C

Caderno de Formação nº12, de 1987.



MST. 3º encontro nacional - nossas prioridades: organização da base; formação dos companheiros, articulação com a cidade; organização dos assentados. Caderno de Formação n. 12. São Paulo, MST, 1987.

## ANEXO D

Caderno de Formação nº 17, de 1989

MST - 3

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

Acervo Nº 292

## APRESENTAÇÃO

*O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está no seu quinto ano de existência. Durante estes anos consolidou-se como um grande movimento de massas na luta pela terra. Neste momento, mais do que a avaliação do avanço alcançado, pesa a responsabilidade de sabermos conduzir a luta histórica dos trabalhadores rurais, de contribuir para que todos os trabalhadores construam uma nova sociedade.*

*Diante dessa responsabilidade e frente às novas exigências que se apresentam ao Movimento, seja no enfrentamento com os latifundiários, governo e classes dominantes, seja do ponto de vista da necessidade de organização interna do Movimento, é que o V Encontro Nacional do MST tomou as deliberações que constam deste plano quinquenal.*

*Este resultado foi obtido através do debate com todos os militantes, em encontros estaduais do MST, bem como através de contribuições de companheiros estudiosos da questão agrária, que forneceram valiosos subsídios para o debate.*

*No desenrolar da luta dos trabalhadores e do Movimento, certamente teremos de ir fazendo ajustes, conforme a prática for exigindo.*

*Durante os próximos cinco anos, este plano será nosso guia. Conhecê-lo, estudá-lo e transformá-lo em prática, eis a tarefa de todos os militantes, em todas as intâncias do MST.*

**“OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR”**

**COORDENAÇÃO NACIONAL**  
**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**  
**março-maio de 1989**

## ANEXO E

Caderno de Formação nº 5, de 1985.

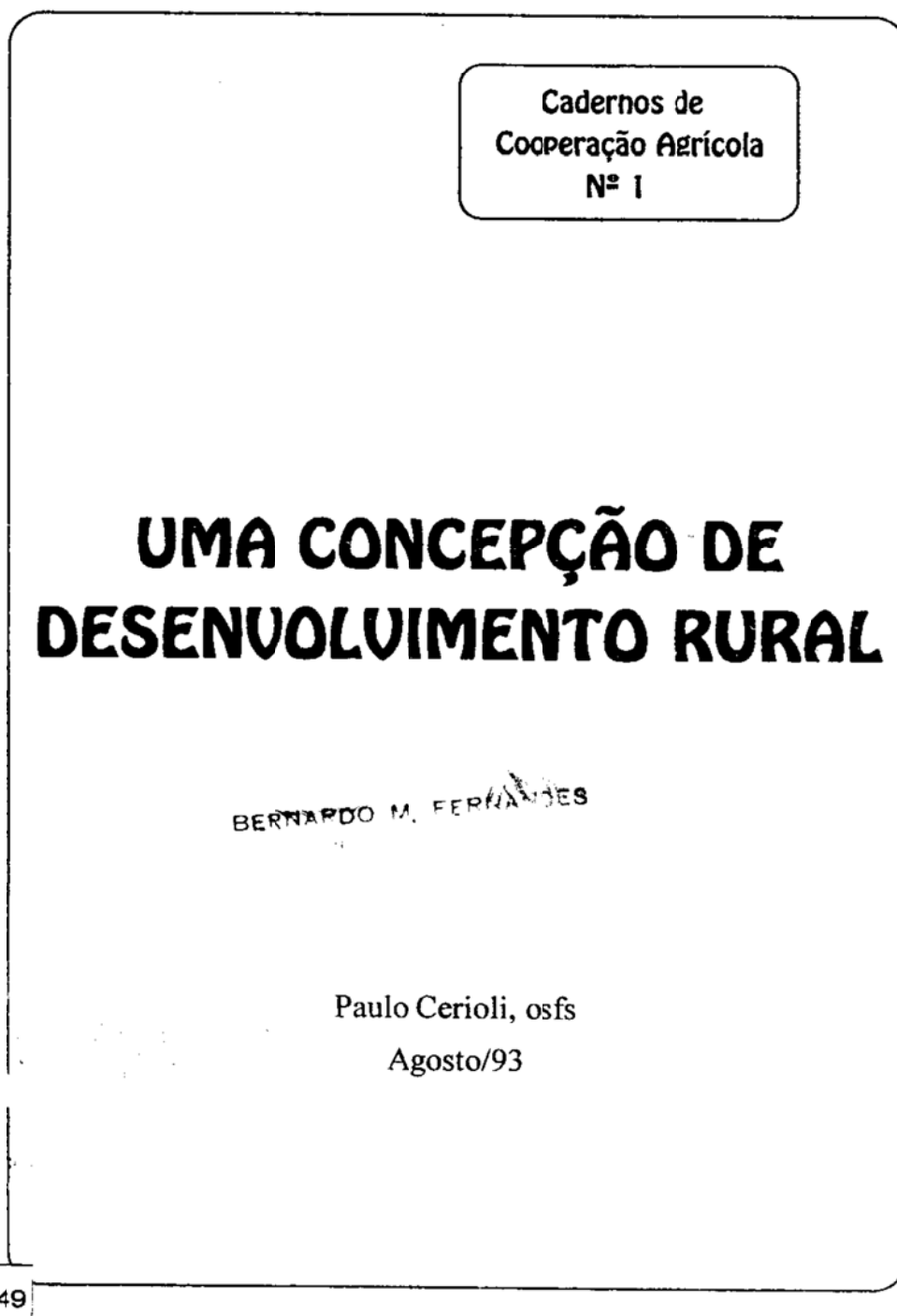
**RESUMO**

<b>O QUE É?</b> .....	<b>5</b>
<b>COMO COMEÇAR A ORGANIZAÇÃO?</b> .....	<b>6</b>
- Municípios onde o Sindicato é bom	
- Municípios onde o Sindicato é pelego	
- Municípios de ocupação	
<b>DEPOIS DE FORMADA A COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA</b> .....	<b>7</b>
- Fazer um plano de trabalho	
- Organizar uma caixinha	
- Distribuir tarefas dentro da Comissão	
- Fazer um plano das datas de reuniões	
<b>PROCURAR ORGANIZAR A ASSEMBLÉIA MUNICIPAL</b> .....	<b>8</b>
<b>E COMO SE PODE ORGANIZAR NA BASE MESMO?</b> .....	<b>9</b>
- Núcleos nas comunidades	
- Grupo na delegacia sindical	
- Reuniões amplas	
- Grupo de confiança	
<b>COMO ESTÁ ORGANIZADO A NÍVEL ESTADUAL?</b> .....	<b>10</b>
- Organizar a Comissão Estadual Provisória	
- Organizar a Comissão Estadual Executiva	
- Os Movimentos Regionais	
- Escontros de estudos a nível estadual	
- Encontros e Congressos Estaduais	
- Secretaria Estadual	
<b>COMO ESTÁ ORGANIZADO A NÍVEL NACIONAL?</b> .....	<b>13</b>
- Coordenação Nacional	
- Comissão Executiva Nacional	
- Secretaria Nacional do Movimento	
- Como um Estado pode se integrar na Nacional	
<b>A NECESSIDADE DE ASSESSORIA</b> .....	<b>14</b>
<b>ALGUNS PRINCÍPIOS DE NOSSA ORGANIZAÇÃO</b> .....	<b>14</b>

4

## ANEXO F

Caderno de Cooperação Agrícola nº 1, de 1993.



ANEXO G  
Caderno de Formação nº 23, de 1995

---

## SUMÁRIO

---

<b>A REALIDADE DO CAMPO BRASILEIRO.....</b>	<b>7</b>
I - O desenvolvimento do capitalismo no campo.....	7
II - As classes sociais no campo.....	10
III - Os problemas agrário.....	14
<b>A REFORMA AGRÁRIA NECESSÁRIA.....</b>	<b>20</b>
I - Objetivos.....	20
II - Características da Reforma Agrária.....	21
III - Os beneficiários da Reforma Agrária.....	27
IV - Os mecanismos de implementação do programa.....	27
Resumo dos Objetivos do MST.....	29

---

## APRESENTAÇÃO

---

Estamos apresentando esse texto, que é o resultado de praticamente um ano de discussões e debates no interior do MST. Recebemos a colaboração de inúmeros intelectuais amigos do MST, debatemos intensamente em nossos cursos de formação e nas instâncias. E temos agora o resultado final.

Esse documento representa agora o programa agrário do MST. Representa a síntese de nossa visão sobre que tipo de reforma agrária, que tipo de transformações sociais queremos para o meio rural brasileiro. Representa o nosso sonho de mudanças.

Para muitos pode ser interpretado apenas como uma utopia. Ou um mero exercício de "como poderia ser". Mas, para nós, deve ser um roteiro para estudo e um guia do futuro que é possível ser construído. Um alentador de nossa prática cotidiana!

Por isso conclamamos a todos, para que aproveitem esse texto. Discutam nos cursos de formação de base, nas instâncias, nos setores.

Nos sentimos ainda mais motivados a conhecer melhor a realidade que nos cerca para poder transformá-la. Mas transformá-la no sentido de construir uma sociedade mais justa, igualitária e socialista. Uma sociedade em que todo o povo usufrua os resultados de seu trabalho e viva bem e feliz!

Direção Nacional - MST

Julho/95

*Aprovado pela Coordenação Nacional  
e pelos Encontros Estaduais do MST  
De novembro/94 a março/95*

---

## A REALIDADE DO CAMPO BRASILEIRO <sup>1</sup>

---

### I - O desenvolvimento do capitalismo no campo

1. A agricultura brasileira está completamente subordinada à lógica do capital. A busca do lucro como objetivo principal da produção agropecuária trouxe um processo permanente de concentração da propriedade da terra, dos meios de produção (máquinas, armazéns, agro-indústrias, comércio, insumos industriais) e da própria produção.

2. O desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira se deu com uma ampla integração entre os diferentes tipos de capital: industrial, financeiro, comercial e agrário. E hoje existe uma total subordinação da agricultura à indústria. A produção agropecuária no Brasil representa apenas 12% do PIB nacional (Produto Interno Bruto). Mas se considerarmos o valor da produção incluindo todo o setor agro-industrial, chega a aproximadamente 30%.

3. Nas últimas décadas, as classes dominantes e seus governos aplicaram uma política econômica para agricultura na busca permanente de quatro objetivos básicos: a) produzir para exportar; b) produzir para o mercado interno a preços baixos, com a finalidade de manter baixo o custo da reprodução da força de trabalho, com isso pagar baixos salários aos operários urbanos e garantir uma elevada taxa de lucro; c) liberar mão-de-obra do campo para a cidade como pressão para baixar os salários; d) produzir matérias primas baratas para a indústria.

4. O Estado foi o principal agente dessa dinâmica do desenvolvimento capitalista na agricultura na busca dos objetivos da política econômica, nas mudanças induzidas no padrão tecnológico e na alteração das relações sociais no meio rural.

---

(1) A abordagem aqui desenvolvida refere-se a uma análise econômica do processo recente de desenvolvimento da agricultura brasileira. Para uma compreensão mais abrangente da realidade agrária e suas características seria necessário incorporar análises das relações sociais e de poder (a nível estadual e regional). As diferenciações culturais da população, suas formas de luta e de organização.